

## Carnaval

Durante o período de Carnaval, a Assessoria de Poder Judiciário do Imprensa do Tribunal de Estado. O serviço volta à Justiça deixa de veicular, normalidade na segunda-feira, 6 de março.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 39

# Diário Oficial

Pequenas Causas

## Mais um Juizado para a população

A população do Pina e de áreas vizinhas vai ser beneficiada pela instalação de um Juizado Especial de Pequenas Causas naquele bairro. Trata-se do sexto JEPC no Recife e do 13º em todo o Estado. O nú-

cleo vai funcionar à avenida Antônio de Góis, 434, em imóvel alugado pelo Poder Judiciário pernambucano.

De acordo com o secretário Judiciário do Tribunal de Justiça José Bezerra, ainda não foi possível fixar data de instalação, uma vez que o prédio de-

ve passar por reformas. Engenheiros da Assessoria Técnica do TJ foram designados para fazer levantamento das obras necessárias no local.

Funcionam no Recife os Juizados de Pequenas Causas do Rosarinho, Afogados, Cordeiro, Boa Vista e Casa Amarela. As Comarcas de Olinda,



Belém de Alencar, presidente do TJ, determina instalação do novo Juizado



Bezerra explica critérios de escolha

Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Petrolina, Caruaru, Cabo e Camaragibe também dispõem de núcleos semelhantes, com média mensal de 80% de conciliação entre as partes.

## Encontro

Por iniciativa do corregedor Francisco de Sá Sampaio, Pernambuco vai sediar o II Encontro do Conselho de Corregedores Gerais das Justiças Estaduais, do Distrito Federal e Territórios. O encontro acontece nos dias 10 e 11 de março, no Hotel Sofitel, em Olinda.

O critério de escolha, segundo Bezerra, deve-se ao fato de ser uma zona bastante habitada, de população carente e de grande extensão. O JEPC do Pina vai, igualmente, trabalhar na resolução de litígios, de custo inferior a 20 salários mínimos, conforme legislação específica.

## Nomeação

O Tribunal de Justiça vai nomear 46 assistentes judiciários de 3ª Entrância, aprovados em concurso público realizado há cerca de dois anos e que aguardavam nomeação. A decisão foi tomada pelo Conselho da Magistratura, em atendimento à proposição do presidente do TJ, desembargador Luiz Belém de Alencar. Os concursados serão chamados pelo critério de maior nota e irão ocupar os cargos criados por lei e vagas decorrentes de aposentadoria, exoneração ou falecimento.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Mildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Alcides Pinheiro

Editor:

Roberto Távares

Redatores: Lúcia Carvalho,

Marcelo Gomes

Fotografia:

João Sanches

Diagramação:

Celene Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.3811/96

288 - Telex: 3115 - Fax:

43471822

## Remanejamento

Com o novo horário de expediente do Foro do Recife, o corregedor geral da Justiça, Francisco de Sá Sampaio, vai fazer um remanejamento de servidores. Eles serão relocados para as Varas nas quais existem

carência de pessoal. A medida será posta em prática dentro de poucos dias. Com a mudança o funcionamento da Corregedoria também será das 12 às 18h. O corregedor vai permanecer atendendo nos dois horários.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 04 DE MARÇO DE 1995 Nº 42

# Diário Oficial

## Foro atende em novo horário

O horário de atendimento do Foro da capital foi modificado desde a última quinta-feira. O expediente passou a ser das 12 às 18h, de segunda à sexta-feira. A exceção são os Juizados Especiais de Pequenas Causas que continuam a funcionar nos três turnos. Essa decisão foi tomada pela Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado.

Conforme a Resolução nº 080/95 o expediente forense, em dois horários, não vinha surtindo os efeitos esperados. As substituições de pessoal vinha causando desajustes e refletindo de forma negativa na qualidade e produtividade do serviço. Nas Comarcas do interior, a prestação dos serviços jurisdicionais poderá ser das 8 às 14h, mediante proposta do juiz diretor do Fórum e autorização do Conselho da Magistratura.

A decisão da Corte Especial não atinge as Comarcas de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Camaragibe e São Lourenço da Mata. No que diz respeito aos ofícios extrajudiciais existentes no Estado, o atendimento ao público será das 8 às 12h e das

13h30 às 17h30. Os Juizados continuam a funcionar sem alteração, das 7 às 22h.

A Resolução do Tribunal de Justiça estabelece, ainda, que o serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também aos sábados, domingos e feriados, com sistema de plantão. O horário deverá ser publicado no Diário Oficial e afixado aviso em cartório, em lugar acessível ao público.

Com a modificação os magistrados passam a dar expediente de cinco horas diárias no Fórum. Já nos JPC's eles devem trabalhar em dois horários: O primeiro, de duas horas, pela manhã e o segundo, de três horas, divididos entre o segundo e terceiro. A Corte Especial decidiu, na mesma sessão, que a ausência do

juiz ou servidor, durante o expediente, sem prévia autorização, implicará na perda do vencimento do dia.

No caso do juiz, a

autorização para faltar ao trabalho será dada pelo presidente do Conselho da Magistratura. Em relação aos funcionários, a permissão será con-

cedida pelo juiz diretor do Fórum, nas Comarcas do interior, e pelo corregedor geral da Justiça para os servidores da capital.



Funcionários trabalham no horário da tarde

Brasília

## Concurso para juiz

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal abriu inscrições para concurso de Juiz de Direito Substituto. Os interessados em participar devem fazer requerimento, dirigido ao vice-presidente do TJ de Brasília até o próximo dia 24. O candidato deve enviar junto com o comprovante de depósito, no valor de R\$ 50,00, documentos que comprovem ser brasileiro, ter mais de 25 anos, ser bacharel em Direito, duas fotos 3/4 e atestado médico.

O edital do concurso foi publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco, do dia 25 do mês passado. Conforme o regulamento as provas escritas incluem as seguintes matérias: Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Penal, Comercial, Processual Civil e Processual Penal. O concurso constará, ainda, de demonstração de requisitos pessoais, prova oral e de títulos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Azevedo

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor da Imprensa:  
Aldemar Paiva

Edição:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Márcio Gláucio  
Fotografia:  
João Batista

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.090-040 - Fone: 424.3811/9-  
208 - Telex: 3114 - Fax:  
4247822

## Mudanças

A nova estrutura do Corpo de Bombeiros, que se desvinculou da Polícia Militar, é um dos itens a ser abordado amanhã pelo major Carlos Alberto Gonçalves da Silva. O militar vai explicar quais são as novas atri-

buições da corporação e de que forma o órgão está se organizando para melhoria do serviço prestado à população pernambucana. A palestra começa às 8h30, no Tribunal do Júri, no 1º andar do prédio do TJ.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 07 DE MARÇO DE 1995 Nº 43

# Diário Oficial

## Prevenção contra incêndio é tema de palestra



Miguel Ximenes organiza o cronograma de encontros

A prevenção e combate a incêndio é o primeiro assunto abordado este ano dentro da proposta de profissionalizar ainda mais os militares que trabalham nas dependências do Tribunal, Foro e Juizados de Pequenas Causas. De acordo com o assessor Policial Militar, Miguel Ximenes, para ouvir as explicações do representante do Corpo de Bombeiros foram convocados funcionários dos diversos setores que integram o TJ.

"As pessoas que

trabalham e permanecem diariamente no prédio precisam conhecer as noções básicas de segurança e saber que medidas devem ser tomadas em caso de incêndio ou outros incidentes de menor gravidade", destaca o coronel. Por essa razão ele solicitou a presença de servidores dos departamentos para conhecerem essas normas e repassar aos demais funcionários do setor onde estão lotados.

O assistente Policial Militar afir-

mou que estão sendo definidos os temas para dar continuidade à série de palestras. "O nosso pessoal deve ser reciclado constantemente para um aperfeiçoamento cada vez maior e com isso prestarmos um serviço de qualidade". O coronel lembra as importantes personalidades que estiveram no Tribunal do Júri no ano passado, falando para o seu efetivo.

Em novembro esteve no TJ o tenente da PMPE, Walter Benjamin de Me-

**O**ciclo de palestras, promovido pela Assistência Policial Civil e Militar do Tribunal de Justiça, tem continuidade amanhã (08), com o tema *Prevenção e Combate a Incêndio*. Para falar ao efetivo da PM, que atua no TJ, e servidores dos diversos departamentos foi convidado o oficial do Corpo de Bombeiros, major Carlos Alberto Gonçalves da Silva. A palestra será às 8h30, no Tribunal do Júri.

deiros Filho. Ele integrou, juntamente com outros oficiais, durante o período de um ano, a missão de Paz da Organização das Nações Unidas na antiga Jugoslávia. Walter Benjamin relatou a sua experiência naquele país, desde a sua chegada em Zagreb, na Croácia. A principal atividade era a fiscalização da polícia local, no sentido de garantir os direitos humanos.

### DIREITOS DO IDOSO

Para falar sobre

envelhecimento e proteção ao idoso a Assistência Policial Militar convidou o coronel João Martins de Almeida Campos, médico geriatra e diretor do Hospital da Polícia Militar de Pernambuco. Na ocasião, o especialista abordou a Lei 8.842, que trata da proteção ao idoso. A finalidade é assegurar os direitos sociais do maior de 60 anos, criando condições para promover sua autonomia e efetiva participação na sociedade.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luís Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nilton Mary dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessor de Imprensa:**  
Aldemir Paiva

**Editor:**  
Roberta Távora

**Redatores:** Lúcia Carvalho,  
Marcelo Orlaco  
**Fotografia:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Celene Dias

**Redação:**  
Pça. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP:  
50.010-040 - Fone: 424.2811/8-  
265 - Telex: 5115 - Fax:  
4241822

## Pauta

A pauta completa de julgamentos a serem realizados pelo Tribunal do Júri do Recife no primeiro semestre deste ano foi publicada na íntegra no Diário Oficial do Poder Judiciário do dia 10 de janeiro de 1995. Já a relação dos jurados sorteados para as sessões está no D.O. do dia 23 de dezembro de 1994.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 08 DE MARÇO DE 1995 Nº 44

# Diário Oficial

## Tribunal do Júri marca julgamentos

O Tribunal do Júri do Recife está com sua pauta de julgamentos completa para o primeiro semestre do ano. Iniciados no mês passado, os trabalhos da primeira sessão periódica do júri seguem até o mês de junho, num total de 60 julgamentos.

Já no final do ano passado, o juiz Fausto de Castro Campos, da 1ª Vara do Júri, fez publicar no Diário Oficial do Poder Judiciário a relação dos 21 jurados sorteados, que atuarão durante este período.

A média mensal de julgamentos neste primeiro semestre é de 12 sessões. Iniciadas sempre às 8h30, quando realizadas no horário da manhã, ou às 14h30, na parte da tarde, as sessões de

julgamento são realizadas na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves, no 1º andar do Palácio da Justiça.

O Tribunal do Júri conta com duas Varas, sendo que a 2ª

na e Marco Antônio Abreu Martins, na 1ª, e Ângela Simões de Fa-

meiro semestre o Tribunal do Júri constam alguns julgamentos tidos como polêmicos — assim chamados pela sua repercussão junto à imprensa de um modo geral.

Foi o caso da sessão realizada no dia 09 de fevereiro. Mais uma vez estava sentado no banco dos réus César Augusto Cunto Guerreiro, indiciado no artigo 121 do Código Penal através do processo de número 1442.



Magistrado comanda mais uma sessão do Júri

Vara tem à frente o juiz Roberto Ferreira Lins, como titular, e o juiz Antônio Carlos Alves da Silva, como substituto. Na 1ª Vara, atua apenas o juiz titular Fausto Campos.

### PROMOTORES

Nas duas Varas do Tribunal do Júri atua uma equipe do Ministério Público, composta de quatro promotores de Justiça. Eleonora de Souza Lu-

rias e Mário Germano Palha Ramos, na 2ª Vara.

As Varas ainda contam com o trabalho dos advogados de ofícios Fernando Vieira da Cunha e Caudimmar Feitosa, na 1ª Vara, e João Olympio Valença de Mendonça, José Antônio Fonseca de Melo e Benjamin Cavalcanti de Farias, que atuam nos processos da 2ª Vara.

Na pauta do pri-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Stegaglia

Assessor de Imprensa:  
Aldemar Paiva

Editor:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Ottoni

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Caleste Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 3º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-040 - Fone: 424.3513/9-  
285 - Telex: 3116 - Fax:  
424.71822



Até o mês de junho, o Tribunal deve julgar cerca de 60 processos

## Palestra

Durante a palestra sobre Prevenção e Combate ao Incêndio (ver matéria abaixo), o major Carlos Alberto Gonçalves da Silva, do Corpo de Bombeiros, fez uma demonstração de como uma pessoa deve se

comportar diante de um incêndio provocado por botijão de gás. Alguns servidores do Judiciário participaram como voluntários. Ele também mostrou o correto manuseio dos extintores.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 09 DE MARÇO DE 1995 Nº 45

# Diário Oficial

## Tribunal terá brigada contra incêndio

A importância da criação de uma brigada contra incêndio no Tribunal de Justiça e demais edificações do Poder Judiciário estadual. Esse foi o ponto ressaltado pela Assistência Policial Militar para os participantes da palestra sobre Prevenção e Combate ao Incêndio.

A palestra, ocorrida ontem, no Tribunal do Juri, foi dada pelo oficial do Corpo de Bombeiros, major Carlos Alberto Gonçalves da Silva, e faz parte do Ciclo de Palestras promovido pela

Assistência Militar do TIPE.

Antes de destacar a necessidade da brigada, o palestrante falou para uma platéia formada de servidores e policiais militares sobre a necessidade do conhecimento das diversas formas de prevenção aos agentes causadores de incêndio, bem como dos métodos para combatê-lo.

Comandante do Centro de Instrução do Corpo de Bombeiros de Pernambuco, o militar procurou fazer uma palestra técnica e bastante

didática, abordando todo o conhecimento básico que a maioria das pessoas devem ter sobre o assunto tratado.

Medidas simples que evitam a ocorrência de incêndio, agentes extintores e métodos para o combate foram alguns dos tópicos analisados pelo major Carlos Alberto. Ele ainda relatou alguns dos principais problemas enfrentados pelo Corpo de Bombeiros no Recife e destacou a importância da taxa que está sendo cobrada para a manutenção e



O militar destacou a importância da brigada

"Além da grande quantidade de funcionários do nosso departamento, temos muito material combustível aqui na Taquigrafia. Por este motivo, solicitei o treinamento", acrescentou a diretora.

Com relação ao 3º andar do Palácio da Justiça, onde fica o departamento de Taquigrafia, além dos gabinetes dos novos desembargadores, a administradora do prédio, Mônica Varejão, garantiu que os extintores de incêndio estão sendo recarregados e serão colocados até o final do mês.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luis Belém de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Pinó

Editores:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Corvello,  
Marcelo Glaser  
Fotografia:  
Israel Sanches

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Rua da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-000 - Fone: 424.26.11/06  
268 - Telex: 3136 - Fax:  
424/1823

reequipamento da entidade.

### BRIGADA

Lançada no final de 1993, a ideia da criação de uma brigada contra incêndio no Poder Judiciário é retomada agora com a palestra do Corpo de Bombeiros. Segundo o assessor militar do TJ, coronel Miguel Ximenes, a próxima etapa será uma reunião com todos os servidores voluntários.

"Serão dois voluntários por andar do Palácio da Justiça, que serão treinados e preparados para qualquer

emergência", afirmou Ximenes. "Logo que se tenha os nomes dos servidores, faremos uma reunião e depois começaremos o treinamento", completou.

A participação efetiva dos servidores na palestra, segundo o militar, demonstra a importância do tema para todos. Diretora do Departamento de Taquigrafia, Ana Brito de Medeiros não só esteve presente como solicitou a Assistência Militar um treinamento simulado para qualquer tipo de emergência.



O palestrante falou para uma platéia de servidores e policiais

## Encog

O II Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça foi organizado pela As-

ssessoria de Planejamento e pelo Departamento de Recursos Humanos da Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1995 Nº 46

# Diário Oficial

## Começa hoje encontro de Corregedores Gerais

### PROGRAMAÇÃO

Dia 10

9h — Entrega das pastas aos participantes

9h30 — Abertura do II Encog pelo corregedor geral de Pernambuco, desembargador Francisco de Sá Sampaio.

10h — Palestra do corregedor paulista, Antônio Carlos Alves Braga, sobre "Informática em convênio com a Justiça Eleitoral".

12h — Almoço

14h — Palestra sobre "O futuro da carreira dos magistrados", proferida pelo corregedor de Minas Gerais, Lauro Pacheco M. Filho.

15h30 — Intervalo

16h — "Uma proposição para nova legislação de trânsito de veículos no Brasil", pelo corregedor gaúcho Décio Antônio Erpen.

17h — Encerramento

Dia 11

9h30 — Recomeço do II Encog

10h — "Atividades notórias e registrais", palestra do corregedor geral Sylvio Pellico de Oliveira Neves, do Espírito Santo.

12h — Almoço

14h — Eleição do vice-coordenador do Colégio, deliberação sobre o estatuto e temas em aberto, com sugestões de assuntos para o próximo Encontro.

15h30 — Intervalo

16h — Avaliação do evento e encerramento pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Belém de Alencar.

21h — Coquetel e jantar de confraternização.

**H**oje e amanhã (10 e 11), Pernambuco sedia o II Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais das Justiças Estaduais e do Distrito Federal. O evento acontece nos salões Tabajara I e II do Hotel Sofitel, em Olinda.

O Encontro tem a participação de 50 representantes estaduais. De Pernambuco, comparecem o corregedor geral Francisco Sampaio e os

corregedores auxiliares Fernando Cerqueira e Og Marques Fernandes.

O Colégio de Corregedores Gerais das Justiças Estaduais

e do Distrito Federal, segundo o assessor de planejamento da Corregedoria Pernambucana, João Fernando, foi criado em dezembro de 94, durante encontro no Rio de Janeiro.

Tem objetivo de congregar a classe e de realizar fóruns permanentes para discussão de matérias de interesse. Tem objetivo, inclusive, de aproveitar iniciativas vitoriosas, adaptando-as à realidade dos demais Estados.

Presidida atual-

mente pelo corregedor geral do Rio Grande do Sul, desembargador Décio Antônio Erpen, a entidade vai eleger, desta vez, o vice-coordenador e deliberar sobre seu estatuto.

Veja no box a programação completa do II Encontro Nacional de Corregedores Gerais.



O corregedor Sampaio abre o II Encog



A organização do Encontro em Pernambuco ficou a cargo dos assessores Zélia Mendonça e João Fernando



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Albino Faria

Editor:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Gouveia  
Fotógrafo:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
51.010-540 - Fone: 424.3811/6 -  
258 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Mulher

O Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça, realizado ontem e hoje em Olinda, contou com a presença das representantes femininas do Pará e da Paraíba. Na oportunidade, Isa-

bel Leão e Maria das Graças Moraes Guedes, dos respectivos Estados, receberam homenagem dos participantes pelo Dia Internacional da Mulher, que aconteceu quarta-feira (08).



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 11 DE MARÇO DE 1995 Nº 47

# Diário Oficial

Colégio de Corregedores

## Encontro aprimora técnicas judiciárias no País

O aprimoramento de técnicas judiciárias e a uniformização de procedimentos adaptados à realidade de cada Estado é o objetivo do II Encontro Nacional de Corregedores, que se encerra hoje, em Olinda, com a participação de repre-

sentantes do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça Estaduais, do Distrito Federal e Territórios.

Além de palestras programadas para este sábado, como "Atividades Notariais e Registrais", proferida pelo desembargador Sylvio Felício de

Oliveira Neves, do Espírito Santo, o Encontro se encerra com a escolha do vice-coordenador do Colégio, em substituição ao desembargador José Sartori, do Rio de Janeiro.

O Colégio foi criado em dezembro do ano passado, mas em função da

o que se propõe é o ajuste das técnicas judiciárias a fim de evitar a morosidade dos processos e a melhoria do atendimento jurisdicional à comunidade brasileira.

O Encontro se encerra à tarde, com a palavra do presidente do



Des. Luiz B. de Alencar

nhece é que essa lentidão não é intrínseca aos órgãos judicantes.

"Existem fatores externos que comprometem os resultados", disse Sampaio. Entre eles, citou o desaparecimento da máquina judiciária, o número de juizes insuficientes para atender a população e a falta de recursos para contratar e treinar servidores.

### LEIS DE TRÂNSITO

A Informática em convênio com a Justiça Eleitoral e o Futuro da

Carreira dos Magistrados foram duas das palestras proferidas ontem, durante a abertura dos trabalhos. Respectivamente, estiveram a cargo dos desembargadores Antônio Carlos Alves Braga, de São Paulo, e Lauro Pacheco de Medeiros Filho, de Minas Gerais.

O coordenador do Colégio, desembargador gaúcho Décio Antônio Erpen, por sua vez, solicitou a modificação urgente das leis de trânsito. Pediu uma lei abrangente

que não estimule a impunidade, mas atenda às exigências sociais feitas por um país onde circulam mais de 15 milhões de veículos.

Erpen detectou três áreas distintas nos problemas de trânsito no Brasil: uma parte penal que não intimida o infrator, uma parte administrativa (o código) que data de 1966 e uma parte civil "obsoleta e omissa" de 1916.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Alcides Paiva

Editores:  
Roberta Tavares

Notários: Lúcia Cavatini,  
Marcelo Cláudio,  
Fotografia:  
José Barbosa

Diagramação:  
Celeste Dias

Redação:  
Pq. da República - 5ª  
Andar - Recife-PE - CEP  
51.010-040 - Fone: 424.38118  
218 - Telex: 3115 - Fax:  
4241822



Corregedor geral Francisco de Sá Sampaio

mação de corregedores gerais verificada em vários Estados, em fevereiro, os integrantes da entidade decidiram a realização deste novo Encontro para deliberação do Estatuto.

De acordo com o coordenador geral, desembargador Décio Antônio Erpen, do Rio Grande do Sul,

Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar. Na abertura ontem, o corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Francisco de Sá Sampaio, afirmou que a sociedade reclama da morosidade da Justiça. Mas segundo o magistrado, o que a sociedade desco-

mação de corregedores gerais verificada em vários Estados, em fevereiro, os integrantes da entidade decidiram a realização deste novo Encontro para deliberação do Estatuto.

## Composição

**E**leita para o biênio 95/96, a nova Mesa Diretora do Tribunal Regional Eleitoral é composta pelos desembargadores Mauro Jordão de Vasconcelos (presidente), Agenor Ferreira de Lima (vice-presidente) e pelo juiz José Fernandes de Lemos (corregedor). Conforme determina a Constituição

Federal, o TRE é composto por dois desembargadores e dois juizes do Tribunal de Justiça, escolhidos pelo voto secreto, por um juiz do Tribunal Regional Federal e dois advogados, nomeados pelo presidente da República a partir de uma lista de seis nomes indicados pelo TJ.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1995 Nº 48

# Diário Oficial

## TRE tem novo presidente

**O** desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos assumiu, na última sexta-feira, a presidência do Tribunal Regional Eleitoral com a determinação de conservar as melhorias conquistadas e obter os meios para a implantação do sistema de votação eletrônica. Com isso, erradicar a fraude e permitir maior celeridade no processo de apuração dos votos e divulgação final das eleições, conforme declarou em seu discurso de posse.

A solenidade, realizada na sede do TRE, foi prestigiada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, e contou com o vice-governador Jorge José Gomes, presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Eurico, procurador regional eleitoral Joaquim José de Barros Dias, pelo representante do prefeito recifense Dorany Sampaio e pelo coronel Marcos Heleno de Oliveira, representante do Comando Militar do Nordeste.

Ao iniciar seu discurso, Mauro Jordão recordou sua vida, desde a infância na cidade de Goiânia até sua chegada ao Recife, onde estudou no Colégio Americano Batista e fez o curso da Faculdade de Direito. Lembrou depois uma parte de sua vida pública, iniciada no próprio Tribunal Eleitoral, após ter



sido aprovado em concurso, em março de 1950.

### PAPEL

Referindo-se ao órgão que passou a dirigir pelo período de dois anos, o desembargador disse que "aqui, mais do que em qualquer outra Corte de Justiça, em que se procura a composição

dos interesses individuais em choques, se reveste de mais dificuldade o cumprimento da tarefa de seus juizes, por ocasião da renovação dos mandatos de dois dos poderes que integram a Soberania do Estado".

O desembargador abordou as conquistas



O des. Mauro Jordão é o novo presidente do TRE. A vice-presidência ficou com o desembargador Agenor Ferreira

efetivadas no aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro. "Com o passar dos anos, vem se tentando por vários meios o aprimoramento do processo, objetivando a realização de eleições limpas, combatendo-se a fraude e a corrupção e permitindo-se o respeito à autêntica declaração da vontade do povo".

Nas últimas eleições realizadas no Brasil, segundo ele, foram dados largos passos para a melhoria do sistema eleitoral

com o uso dos computadores para auxiliar a contagem dos votos e dar mais segurança e rapidez à sua totalização. "Em Pernambuco, permitam-se os presentes, render-se especial homenagem ao esforço e à honrosa atuação da Justiça Eleitoral, representada, naquele momento pelo eminente desembargador Otávio Neiva Coelho e demais integrantes do TRE", afirmou.

### VIDA PÚBLICA

Aprovado para o

cargo de juiz de Direito, Mauro Jordão assumiu a Comarca de Custódia no dia 11 de agosto de 1955. Em seguida, foi promovido por merecimento para a Comarca de Bom Jardim e depois removido para Escada. Na 3ª Entrância, foi juiz da 5ª Vara Criminal e da 16ª Vara Cível. Em dezembro de 1983, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O magistrado atuou como corregedor no biênio 85/87 e em 2 de fevereiro de 1988 assumiu a presidência do Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nilton Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Albino Faria

Editores:  
Roberto Tiviani

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Glória

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redações:  
Pça. da República s/nº - 3º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-040 - Fone: 424.381/8-  
244 - Telex: 3116 - Fax:  
4241822

## Dia Nacional do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor completa hoje (15) quatro anos de vigência. Para registrar a data, o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de Empresa de Pernambuco promovem

palestra sobre as mudanças nas relações de consumo em face da legislação específica. O assunto vai ser abordado por Marco Antônio Zanellato, titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de São Paulo. Às 17h, no auditório da OAB-PE.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1995 Nº 49

# Diário Oficial

Judiciário

## Dificuldades semelhantes em todo o País

**C**resce a participação feminina no Judiciário paraibano. A informação é da juíza Maria das Graças Moraes Guedes, corregedora auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça da Paraíba. Ela foi uma das representantes do Estado vizinho no II Encontro Nacional de Corregedores Gerais da Justiça, realizado em Olinda, na semana passada.



Maria das Graças (à esquerda), uma das participantes estaduais do II Encoge, fala sobre as dificuldades do Judiciário paraibano. Segundo ela, semelhantes em todo o País. Ao lado, a representante da Corregedoria Geral do Pará, Isabel Leão.

De acordo com Maria das Graças, hoje 13 juízas integram o quadro da magistratura paraibana, embora — por enquanto — “ainda não se vislumbre a possibilidade da presença feminina na desembargadoria”. Segundo ela, são semelhantes os problemas do Judiciário brasileiro e, independente de Região ou Estado, as dificuldades se avolumam na 1ª Instância.

A morosidade no andamento dos processos, disse Maria das Graças, detém o maior

índice de reclamações da sociedade. As dificuldades, no entanto, como em todo o País, são provenientes de falta de pessoal de apoio e de magistrados, estrutura física inadequada e orçamento insuficiente para atender a demanda judiciária.

### INFORMÁTICA

O encontro do Colégio de Corregedores, em Olinda, serviu para debater a melhor maneira de tornar o Judiciário do País mais ágil, independente e merecedor da confiança do povo brasileiro.

Uma das propostas, defendidas pelo desembargador Antônio Carlos Alves Braga, corregedor de São Paulo, fala em convênio com a Justiça Eleitoral para informatização do Ju-

diciário em todo o País.

De acordo com o magistrado paulista, a informática é recurso inadiável para oferecer maior eficácia ao serviço, principalmente no que diz respeito à 1ª

através da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada Estado.

Em relação a Pernambuco, o desembargador Francisco de Sá Sampaio, há algum tempo, já deu o pontapé

inicial na informatização da Corregedoria Geral da Justiça. Adquiriu equipamentos para as Varas Cíveis, incluindo as especializadas, devendo se voltar depois para as Varas Criminais.

Sampaio informou, inclusive, que alguns servidores das referidas Varas estão recebendo treinamento para operar os micro-computadores que serão instalados. A iniciativa encaixa-se nas conclusões do II Encontro Nacional de Corregedores, voltadas para a celeridade da Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Azevedo

Vice-Presidente:

Des. Nilton Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Auxiliar de Imprensa:

Adilson Pires

Editor:

Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,

Marcelo Gouveia

Fotógrafo:

João Barbosa

Diagramação:

Colares Dias

Redação:

Pq. da República s/nº - 5ª

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-010 - Fone: 424.311/10

268 - Telex: 3116 - Fax:

43411822

## Aprovação

**O**s participantes do II Encontro fizeram uma avaliação do encontro através de seis itens, apontando os pontos fracos e fortes e dando sugestões para o próximo evento. Planejamento e organização,

local, programa, palestras, dias e horários foram avaliados. O resultado da pesquisa apontou uma aprovação completa por parte dos corregedores, que destacaram também a acolhida dos anfitriões pernambucanos.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1995 Nº 50

# Diário Oficial

## Corregedor é eleito vice-presidente do Colégio

**O** corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Francisco de Sá Sampaio, foi eleito, por aclamação, sábado passado, no último dia do II Encontro Nacional dos Corregedores Gerais de Justiça, vice-presidente do Colégio.

Em entrevista para o Diário Oficial do Poder Judiciário, o magistrado revela o seu contentamento com o êxito obtido na realização do II Encontro, fala sobre as conclusões do encontro e traça os planos para a próxima reunião dos corregedores gerais.

**DO:** Os objetivos do encontro foram alcançados?  
**FS:** Integralmente. O II Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça teve como principal finalidade reunir os responsáveis por esse importante segmento do Poder Judiciário de todo o país para tratar de temas ligados à administração da Justiça, tendo em vista os interesses da sociedade. Apenas um Estado da Federação não mandou representante por motivos de força maior. Isso demonstra o êxito da participação dos corregedores. Os temas propostos foram integralmente discutidos, sendo aprovadas propostas do Colégio sobre legislação de trânsito, informatização do Judiciário, atividade notarial e registral, entre outros temas.

**DO:** Qual foi o aspecto principal do Encontro?  
**FS:** Consistiu exatamente na elaboração de propostas

concretas do interesse da Justiça e dos jurisdicionados. Entre elas, destacamos:

a) O Colégio considera inadiável a informatização do Poder Judiciário, com ênfase no 1º grau, como instrumento hábil a dotá-lo da eficiência reclamada pela sociedade, devendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada Estado contemplar verbas próprias para tal fim. Paralelamente, enquanto não dispuser dos recursos específicos, propõe-se a celebração de convênio com o Tribunal Superior Eleitoral para uso de equipamentos já instalados nas zonas eleitorais.

b) A criação da promoção compulsória dos magistrados, alterando, assim, o instituto da inamovibilidade, vez que foi identificado casos de desinteresse pela carreira em alguns Estados, redundando na permanência exageradamente longa na mesma Comarca.

c) Impõem-se medidas urgentes no sentido de uma legislação penal específica para o trânsito. Entre tais providências: agilização dos processos e procedimentos dos chamados crimes culposos para se evitar a prescrição, que gera a impunidade; a adoção de uma lei geral de trânsito que abranja a área cível, instituindo o registro jurídico da propriedade automotora, e penal, com a criação de novos tipos penais específicos, com a transformação de figuras contra-



Sampaio fala durante o II Encontro, ao lado do presidente do TJPE, des. Luiz Belém de Alencar, e do presidente do Colégio de Corregedores Gerais, Décio Antônio Erpen

veccionais em tipos-crime, entre outros aspectos.

d) Recomendou-se a desanexação das atividades notariais e registras das serventias judiciais, além de se considerar que a Lei nº 8.395/94 não extinguiu o instituto da aposentadoria compulsória para os titulares desses cargos.

**DO:** Quais as perspectivas futuras de troca de idéias?

**FS:** Ao final do Encontro,

promoveu-se uma avaliação dos trabalhos, inclusive para o oferecimento de sugestões que serão discutidas no próximo Encontro do Colégio, que será realizado na Bahia, provavelmente no mês de setembro próximo. Tais seminários terão caráter contínuo em face da relevância dos assuntos abordados e da troca de experiências entre os diversos Estados. Não se trata de troca de idéias aca-

dêmicas, mas um fórum de discussão da realidade do Poder Judiciário e indicação de medidas que podem ser tomadas para melhor atender aos anseios da sociedade brasileira.

**DO:** O que representa a sua eleição para a vice-presidência do Colégio dos Corregedores Gerais?

**FS:** Em primeiro lugar, devo dizer que não reivindicarei tal indicação. Certamente, quaisquer dos colegas emi-

nentes que participaram do Encontro poderiam receber tão honrosa missão. Interpretei a escolha como uma homenagem ao meu Estado e como um reconhecimento ao trabalho que se vem desenvolvendo na Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco ao longo dos anos, com ênfase aos desembargadores que me antecederam. Devo dizer que o êxito do II Encontro deve-se ao trabalho do grupo de apoio da CGJ/PE, que envolveu juizes, técnicos judiciais, setores das áreas de secretaria, organizacional, recursos humanos, imprensa, transportes, entre outros, aos quais manifesto o meu reconhecimento.



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Auxiliar de Imprensa:**  
Aldemir Paiva

**Editor:**  
Roberta Texeira

**Redatores:** Lúcia Cavalli,  
Marcelo Gilmart  
**Fotógrafo:**  
João Roberto

**Diagramação:**  
Celso Dias

**Redação:**  
Pra. da República nº 1 - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811/8-  
368 - Telex: 3116 - Fax:  
42411822

## Chefe de gabinete

O advogado Reginaldo Paes Barreto Albuquerque é o novo chefe de gabinete da presidência do Tribunal de Justiça, desde o início deste mês, em substituição a Maria de Fátima Bezerra, que assumiu a Secretaria de Planejamento, Administração e Interior. Ao chefe de gabinete compete prestar

assistência ao presidente do TJ no desempenho de suas atribuições e coordenar as atividades das Assessorias de Imprensa, Cerimonial e Técnica. Reginaldo Paes Barreto atuou como procurador da Assistência Judiciária nos governos de Joaquim Francisco e Roberto Magalhães.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1995 Nº 51

# Diário Oficial



## A XV Semana de Criminologia acontece no Recife

As inscrições para a XV Semana de Criminologia e Ciências Afins já estão abertas e podem ser feitas na Escola da Magistratura de Pernambuco, situada no térreo do Fórum Thomas de Aquino Cyrillo Wanderley, das 12 às 18h. O curso se destina a profissionais e estudantes de Direito e será realizado de 20 a 24 deste mês, no auditório "G 2" da Universidade Católica.

Promovida pela Esmape, em conjunto com o Departamento de Ciências Jurídicas da Unicap, a XV Semana de Criminologia será aberta às 19h. O primeiro painel tem como tema "Os excluídos: Aspectos sociológicos e criminológicos". Como expositores vão participar a professora Miriam de Sá Pereira, o padre Francisco Caetano Pereira e os professores João Poluca e João Francisco Muniz.

Na terça-feira (21), também a partir das 19h, o secretário da Justiça do Estado, Roberto Franca, vai falar sobre "Realidade Penitenciária". Para atuar como debatedores, foram convidados Alberto Virgínio, Mauro Alencar de Barros e Tarcísio Barreto

Campelo. De acordo com o desembargador Nildo Nery, vice-presidente do Tribunal de Justiça e diretor-adjunto da Escola da Magistratura, o encontro vai reunir, durante a semana, autoridades no assunto locais e de outros Estados.

"Adoção Internacional-Implicações Penais" é o tema do terceiro painel. O desembargador Nildo Nery participa como expositor ao lado dos juízes Bartolomeu Bueno de Freitas e Luiz Carlos de Barros Figueiredo, respectivamente, titulares da 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude. Também inte-

gram o painel o procurador Romero Andrade e Ana Queiroz.

Na quinta-feira (23), o secretário de Segurança Pública do Estado, Antônio Moraes, será um dos palestrantes. O assunto será "A Luta contra o Crime". O painel será integrado ainda pelo procurador geral da Justiça, José Tavares, pelos juízes Jones Figueiredo Alves e Marco Antônio Maggi e o professor João Olympio de Mendonça.

A XV Semana de Criminologia será encerrada na sexta-feira (24), com a palestra do professor da Escola da Ma-



Nildo Nery é um dos expositores no encontro sobre Criminologia

gistratura paulista, Sidnei Agostinho Beneti. Participarão como debatedores os professores Roque de Brito Alves, Nitzardo Carneiro Leão e Albérico Gomes Guerra. Os participantes do último painel irão fazer explanação em torno da Reforma Penal e Processual. Finalizando o encontro, vai falar o supervisor da Esmape, Frederico Ricardo de Almeida Neves.

## Direito da Infância e Juventude é discutido

A Reunião de Cúpula sobre o Novo Direito da Infância e da Juventude será realizada de 22 a 24 deste mês, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande Sul. Irão participar ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça e presidentes e corregedores dos Tribunais de Justiça de diversos Estados brasileiros.

As associações de magistrados estaduais também deverão enviar representantes. O evento tem por finalidade difundir, no meio jurídico, a doutrina da proteção integral à infância. Os magistrados gaúchos vão fazer exposição sobre o projeto de Regionalização da Justiça da Infância, naquele estado, considerado pioneiro no país.

A Reunião de Cúpula é uma promoção da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Unicef, com o apoio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, juntamente com as associações representativas das classes jurídicas. Os idealizadores do evento acreditam que a moderna atividade judiciária pressupõe uma identificação mais direta do poder com as aspirações da sociedade.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Brito de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemar Paiva

Editor:  
Roberto Tancini

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Olivo,  
Fátima Galla,  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pça. da República nº 57  
Avenida - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 434.3811/8-  
38 - Telex: 3115 - Fax:  
4341822

## Patrimônio

A Comarca da Capital, que dispõe de cinco Varas Privativas de Crimes Contra o Patrimônio, vai contar com mais uma. A Corregedoria Geral da Justiça

deu início ao levantamento dos equipamentos necessários, para que se possa proceder a instalação da 6ª Vara, a funcionar também no Fórum Paula Batista.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1995 - Nº 53

# Diário Oficial

Divisão

## Falências, Concordatas e Acidentes do Trabalho

A Vara de Falências e Concordatas e de Acidentes do Trabalho vai ser desmembrada. A decisão foi tomada pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio. Segundo ele, é grande o número de processos em andamento.

Para efetivar a divisão, o magistrado aguarda a posse de servidores remanescentes de concurso anterior, já nomeados pelo presidente do Tribunal de

Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar. Possivelmente, disse Sampaio, até final de março já deve estar tudo concluído.

O juiz Adalberto

Melo, atual titular, permanece respondendo pela Vara de Acidentes do Trabalho. Outro juiz de Direito será designado para atuar na Vara de Falências e Concordatas.

Ambas continuam a funcionar no Fórum Thomaz Cyrillo Wanderley.

Adalberto vai permanecer na Vara de Acidentes do Trabalho



## Cúpula infantil

Nos dias 22, 23 e 24, Porto Alegre vai sediar a Reunião de Cúpula sobre o Novo Direito da Infância e da Juventude. Durante o período, ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça encontram-se com presidentes e corregedores gerais dos Tri-

bunais de Justiça estaduais.

O objetivo é discutir e difundir no meio judiciário nacional a doutrina da Proteção Integral da Infância. A reunião é promovida pela Associação dos Magistrados do Brasil e Unicef. Participam, ainda, presidentes das Associações estaduais de Magistrados.



Um dos representantes das Varas da Infância e Juventude da Capital é o juiz Bartolomeu Bueno



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Alcides Paiva

Editor:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,  
Mônica Glória  
Fotógrafo:  
Sérgio Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Praça da República nº 6 - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.810-040 - Fone: 424.3816/9-  
255 - Telex: 3116 - Fax:  
4241822

## Menores

O juiz de Direito da 3ª Vara Cível e Privativa da Infância e Juventude da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, Elio Braz, proferiu palestra, a convite do Rotary Club do município, sobre o tema "Meninos de rua: uma realidade de Jaboatão". Em sua fala,

o magistrado falou das dificuldades dos órgãos públicos em enfrentar o problema e fez a proposta de se fazer um levantamento do número real de menores de rua no município. O magistrado é membro efetivo do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1995 Nº 55

# Diário Oficial

### Processo Civil

## Magistrados analisam reforma

**A**s alterações feitas no Código de Processo Civil estão sendo analisadas pelos desembargadores e juizes da magistratura pernambucana. Hoje, dia 23, os participantes da II Semana de Atualização Jurídica em Direito Processual Civil discutem a Lei 8.953, de 13 de dezembro de 1994.

Essa lei modifica o Código na questão relativa ao processo de execução. Segundo o juiz Frederico de Almeida Neves, supervisor da Escola da Ma-

gistratura de Pernambuco e um dos organizadores do evento, as reformas simplificam o CPC, dando-lhe uma maior efetividade.

"Estamos aqui pa-

ra buscarmos, através do debate jurídico, o aperfeiçoamento na interpretação e aplicação das novas leis processuais", afirmou o magistrado, explicando o objetivo do seminário.

O painel do dia, que analisará as alterações provocadas pela Lei 8.953/94 no Código de Processo Civil, terá como expositor o desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos. Os painelistas serão os desembargadores do TJPE, Antônio Camarotti e José Maria Florentino.

Amanhã, no encerramento da II Semana de Atualização Jurídica, o professor

Escola Nacional da Magistratura, desembargador Nildo Nery dos Santos, também esteve presente.



Mauro Jordão apresenta painel sobre reforma

participantes discutiram as Leis 8.951 e 8.952, ambas de 13 de dezembro de 1994. A primeira altera o CPC no que diz respeito à ação de consignação em pagamento e à ação de usucapião.

Já a Lei 8.952/94 modifica o Código em suas normas gerais de Direito Processual, nas normas referentes à tutela jurisdicional antecipada e à conciliação, fala dos atos processuais e do processo cautelar, entre outros temas.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luis Beltrão de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Auxiliar de Imprensa:  
Aldemir Paiva

Editor:  
Roberta Tavares

Redator:  
Lúcia Cavalcini,  
Marcos Glauco  
Fotografia:  
José Barbosa

Diagramação:  
Cícero Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5ºº  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.381108-  
225 - Telex: 3116 - Fax  
4241821



Queiroz: exposição sobre a Lei 8.950/94

da Escola da Magistratura de São Paulo, Sidnei Agostinho Beneti, faz a palestra "A Reforma Processual - Considerações Gerais".

### ABERTURA

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Belém de Alencar, participou da abertura da II Semana de Atualização Jurídica. O vice-presidente do TJPE e diretor-adjunto da

Logo em seguida a abertura dos trabalhos, o juiz federal Francisco Queiroz Bezerra Cavalcanti começou a analisar as alterações feitas pela Lei 8.950/94, que se refere aos recursos. O desembargador Itamar Pereira e os juizes Virgínio Carneiro Leão e Jorge Américo de Lira atuaram como painelistas.

Nos dias seguintes da II Semana de Atualização, os par-

## Registro Civil

**D**urante o II Encontro Nacional de Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção os presidentes das Cejas resolveram recorrer às Corregedorias para que seja determinado aos Oficiais de Registro Civil, dos respectivos Estados, a obrigatoriedade

da comunicação de nascimento fora de maternidades, se necessário, uma averiguação da veracidade do fato, restringindo os riscos das chamadas "adoções à brasileira", afirma o presidente da Cēja de Pernambuco, desembargador Nildo Nery dos Santos.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1995 Nº 56

# Diário Oficial

## Cejas traçam prioridades

*Os representantes das Comissões Judiciárias de Adoção em todo o País vão encaminhar ao ministro da Justiça solicitação para que seja determinada a conclusão rápida das sindicâncias e inquéritos instaurados para apurar denúncias de extração de órgãos de crianças e adolescentes brasileiros adotados por estrangeiros. Essa resolução ficou definida durante o II Encontro Nacional de Cejas, realizado em São Paulo, nos dias 14 a 16.*



Nildo Nery (D) e Luiz Carlos falam sobre atuação da Cēja

Os membros das Comissões decidiram enviar, aos presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados, pedido para que eles agilizem a aprovação do Decreto Legislativo que ratifica a adesão do Brasil junto à "Convenção de Haia sobre Adoção Internacional". Segundo o vice-presidente do TJ e presidente da Cēja de Pernambuco, desembargador Nildo Nery, eles vão manter contato com os dirigentes e corregedores dos Tribunais brasileiros no sentido de que as Comissões sejam integradas aos Códigos de Organização e Divisão Judiciária.

O magistrado participou do II encontro em São Paulo ao lado do secretário executivo da Cēja, Luiz Carlos de B. Figueiredo, e da promotora Alice Costa. Luiz Carlos, que é titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, fez a palestra inaugural do evento, juntamente com o representante do ministério da Justiça da Holanda, sobre o tema A Adoção Internacional na visão das autoridades estrangeiras e brasileiras.

Participaram do seminário membros

das Comissões do Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. To-

dos eles concordaram que se faz necessário buscar-se a uniformização dos procedimentos das Comissões Estaduais, respeitadas as peculiaridades locais.

"Isso vai possibilitar, no futuro, um

maior intercâmbio entre as Cejas e as Cejais, no que diz respeito aos dados cadastrais de candidatos à adoção nacional e internacional, como também, das crianças e adolescentes disponíveis

para serem adotadas", destacou Nildo Nery. Ele ressalta que é importante que se amplie a esfera de atuação das Comissões, a fim de que passem a centralizar, também, os dados relativos aos inte-

ressados em adotar e às crianças aptas para tal.

Os participantes do II Encontro das Comissões Judiciárias de Adoção também consideraram prioridade a criação de Cēja nos estados onde a instituição ainda não existe. Para isso vão enviar documento aos presidentes e corregedores demonstrando os benefícios que representam para todos, além da agilização dos serviços forenses e maior garantia.



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Brito de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Auxiliar de Imprensa:**  
Alfonso Faria

**Editor:**  
Roberto Tavares

**Redatores:** Lídia Carvalho,  
Marcelo Glauco  
**Fotografia:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Celso Elias

**Redação:**  
Rua da República s/nº - 5º  
Andar - Recife/PE - CEP  
50030-040 - Fone: 426.381108 -  
333 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Regresso

Desembargador Luiz Belém de Alencar — presidente do Tribunal de Justiça do Estado — está de volta ao Recife, após participar com significativa

atuação na Reunião Ordinária do Colegiado de Presidentes de Tribunais, realizada em Porto Alegre ao final da semana que passou.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 25 DE MARÇO DE 1995 Nº 57

# Diário Oficial

## Beneti encerra Semana de Atualização

**O** encerramento da II Semana de Atualização Jurídica, promovida em conjunto pelas Escolas da Magistratura Nacional e Estadual, contou com a presença do professor da Escola da Magistratura do Estado de São Paulo, Sidnei Agostinho Beneti.



Beneti (microfone): "Estamos construindo uma nova magistratura"

Direito Processual Civil discutiu justamente as últimas leis elaboradas por essa Comissão e publicadas no final do ano passado, no Diário Oficial da União.

De acordo com o supervisor da Escola da Magistratura de Pernambuco, juiz Frederico Neves, no próximo mês haverá uma nova semana de debates sobre as reformas, já que não foi possível desta vez contar com a participação dos magistrados das Comarcas do interior do Estado.

Falando sobre "A Reforma Processual", Beneti, que também é diretor-adjunto da Escola Nacional e supervisor da Escola Paulista, disse que as alterações no

Código Processual Civil têm o objetivo de simplificá-lo.

"O objetivo da Reforma é simplificar o, com isso, dar maior agilidade ao Código",

completou. Para isso, as mudanças concentram-se na desburocratização, na correção técnica, no descongestionamento e na adequação sistemática do CPC.

Um exemplo usado pelo professor Beneti, no sentido da desburocratização do Código, é a instituição da "Citação Postal", através dos Correios, procedimento já adotado em alguns países estrangeiros.

A desobrigação do reconhecimento de firma das procurações nos processos cíveis também é outro ponto abordado pelas reformas. "Todos esses pontos representam avanços para a nossa magistratura, já que a sociedade nos cobra mais celeridade na tramitação dos processos", afirmou.

Neste sentido, Sidnei Beneti destacou a importância do papel do juiz dentro da sociedade, ressaltando as reformas no Código. "A

magistratura tem que ser o motor dessas reformas. Nossa participação efetiva trará a esperança de melhorias no Judiciário. Só assim construiremos uma nova magistratura, capaz de responder aos anseios dos nossos jurisdicionados", finalizou.

### COMISSÃO

Desde o ano de 1992, o Código Processual Civil vem sofrendo uma reforma contínua. Iniciada com a Lei 8.435, sobre a Prova Pericial, a Reforma está sendo feita por uma Comissão de juristas nacionais, que é presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira.

A II Semana de Atualização Jurídica em



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Correspondente-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Aldeamar Faria

Editor:

Roberta Teixeira

Revisores: Lúcia Carvalho,

Marcelo Gláucio

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Calisto Dias

Redação:

Pq. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.3811/88

255 - Telex: 3110 - Fax:

4241822



Magistrados: interesse pelo debate em torno das reformas

## Homenagem

A Seção Judiciária da Justiça Federal da Paraíba, com sede em João Pessoa, presta homenagem, hoje, às 17h, ao ministro do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo, com a aposição de sua fotografia na "Galeria dos Ministros". Ex-presidente

do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no biênio 90/91, o magistrado é paraibano, nascido na cidade de Monteiro. Sua carreira na magistratura, porém, foi realizada em Pernambuco. O ex-ministro do STJ (hoje aposentado), Rafael Mayer, também será homenageado.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 1995 Nº 58

# Diário Oficial

## Presidentes analisam Reforma Constitucional



Luiz Belém participou do encontro

**R**eunidos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no último dia 24, os presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o país elaboraram a "Declaração de Porto Alegre", onde reafirmam o compromisso do Poder Judiciário Nacional com a guarda da Constituição, como meio de propiciar à Nação a salvaguarda dos direitos da cidadania. Os 27 presidentes, entre eles o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Belém de Alencar, manifestaram também o desagrado do Judiciário em relação ao projeto de Emenda Constitucional relativa ao Sistema de Previdência Social. Publicamos, a seguir, na íntegra, a "Declaração de Porto Alegre", que foi assinada por todos os 27 presidentes e pela Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça.

## Declaração de Porto Alegre

**O COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, reunido em Porto Alegre (RS), em 24 de março de 1995, diante da iminência da Reforma Constitucional em tramitação no Congresso Nacional, vem se pronunciar perante a Nação Brasileira.

### CONSIDERANDO:

- 1) Que o sistema de equilíbrio entre os Poderes da República é essencial à manutenção do regime democrático;
- 2) Que a democracia pressupõe a existência de Poder Judiciário autônomo e independente para proteger os direitos individuais e coletivos e, principalmente, a liberdade, diante dos eventuais abusos de poder;
- 3) Que o Poder Judiciário brasileiro tem cumprido, sempre, seu papel histórico a despeito das dificuldades advindas da ausência de leis necessárias à realização de julgamentos rápidos e a permitir amplo acesso à Justiça, aspiração de toda a Nação;
- 4) A equivocada pretensão de alguns setores de, sob a capa da Reforma Constitucional, atingir a independência do Judiciário, assim comprometendo a garantia dos inalienáveis direitos dos cidadãos;

### RESOLVE REAFIRMAR:

- 1º) O inarredável compromisso do Poder Judiciário Nacional com a

guarda da Constituição e estrita obediência à lei, como meio de propiciar à Nação a salvaguarda dos direitos da cidadania;

- 2º) A continuidade do processo de aperfeiçoamento do Poder Judiciário, como instituição nacional, visando a assegurar amplo acesso à Justiça, com a mais rápida solução dos litígios, em expressiva progressão;

- 3º) O firme propósito de prosseguir na luta pelo aprimoramento da ordem jurídica, mediante adoção de procedimentos que permitam, pela soberania das decisões judiciais, a obtenção da segurança indispensável à consecução do Bem Comum, finalidade última das instituições nacionais.

### E MANIFESTAR:

- a) Sua surpresa e justa preocupação por não ter sido ouvido quando da elaboração do projeto de Emenda Constitucional relativa ao Sistema de Previdência Social, de que é também destinatário, tratado, assim, de forma desrespeitosa;

- b) Seu desagrado, ao procedimento dos autores do projeto, que suprime direitos e garantias consagrados universalmente, pelo que lhes proclama a responsabilidade histórica diante das graves consequências que poderão advir para a magistratura nacional.

## Painel

O juiz de Direito Jones Figueiredo foi um dos debatedores do Painel de Estudos promovido pela Procuradoria Geral do Estado sobre as reformas no Código

Processual Civil. O debate aconteceu no auditório da Procuradoria, na Rua do Sol, e teve como expositor o juiz federal Francisco Bezerra Cavalcanti.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1995 Nº 59

# Diário Oficial

## Corregedoria realiza mutirão

Na 2ª Vara, as juízas Nalva Cristina Campelo e Valéria Rúbia Silva Duarte julgaram, aproximadamente, 200 feitos, tendo sido arquivados 70. Em cada uma das

Varas, segundo o juiz corregedor, se encontrava em aberto cerca de dois a três mil processos. A criação do grupo de trabalho foi determinada pelo corregedor geral, Fran-

**A** Corregedoria Geral da Justiça está realizando um mutirão nas 1ª e 2ª Varas Cíveis de Jaboatão dos Guararapes, para agilizar os processos que se encontravam parados. O trabalho está sendo feito por duas juízas, sob a coordenação do juiz corregedor auxiliar da 2ª Região, Ricardo Paes Barreto. Em dois meses de atuação, na 1ª Vara foram prolatadas 400 sentenças e arquivados 150 processos.

cisco de Sá Sampaio, para promover a agilização processual na Comarca.

Paes Barreto afirmou que, ainda esta semana, em torno de 250 feitos vão ser julgados. "As magistradas verificaram cada um dos processos, nas duas Varas. Para se alcançar esse resultado positivo, a Corregedoria contou com a dedicação das juízas e com a informatização, já que tudo foi feito em meu gabinete e isso contribuiu para uma maior agilização", concluiu.

Esta é a primeira vez que o mutirão é realizado na 2ª Entrância. O corregedor decidiu começar pela Comarca de Jaboatão devido a situação lá existente. De acordo com a juíza Nalva

Cristina, foram encontrados processos que estavam em aberto há mais de 20 anos e que durante todo esse tempo permaneceram parados. "Até o final do próximo mês deverão ser prolatadas aproximadamente mil sentenças".

A pretensão é que o estoque de processos em cada cartório fique reduzido a 500. "Esse número é compatível com o andamento normal de uma Vara", destacou o juiz corregedor. Com a desobstrução das Varas, os processos encalhados e muitas vezes abandonados foram encerrados. A juíza Valéria Rúbia destacou que tudo que havia em aberto foi julgado.

Foram extintos processos de divórcio,

indenização, ações possessórias, execução e outros tipos. Para proceder o encerramento dos antigos, o juiz mandou publicar despacho no Diário Oficial para saber se havia interesse das partes no prosseguimento dos feitos. O prazo dado, após a publicação do despacho, foi de 30 dias. Naqueles em que as partes se manifestaram foi dada continuidade e os demais arquivados.

Segundo Ricardo Paes Barreto, assim que o mutirão for concluído será levado para a 3ª Vara Cível e, em seguida, para a Assistência Judiciária. Por fim, irá para a Vara da Fazenda Pública. A próxima Comarca que vai receber o grupo de trabalho é

Olinda. Lá, as duas juízas, acompanhadas pelos dois escrivães que auxiliaram o serviço, vão realizar o mesmo procedimento.



Paes Barreto coordena mutirão na 2ª Entrância



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Hery de Sá

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Paiva

Editores:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Gláucio  
Fotografia:  
José Barbosa

Diagramação:  
Cristina Dias

Redação:  
Rua da República, 107 - 8º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-040 - Fone: 424.301.190  
325 - Telex: 3116 - Fax:  
424.61822

## Inscrições

Encerram-se amanhã, dia 31, as inscrições para o curso de Língua Inglesa promovido pelo Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça. O curso será ministrado aos servidores do próprio TJ e da Corregedoria

Geral da Justiça. Serão formadas duas turmas, sendo uma para iniciantes e outra para quem já tem um conhecimento básico do inglês. O curso é gratuito e começa na próxima segunda-feira, dia 03.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1995 Nº 60

# Diário Oficial

## Juizes criam Fórum de Debates

A necessidade de discutir e aprofundar temas relativos ao Poder Judiciário. Essa constatação levou um grupo de juizes de Direito de Pernambuco a criar um Fórum de Debates, onde eles pretendem analisar assuntos da área jurídica.

Formado por Agenor Ferreira de Lima Filho, Frederico Ricardo de Almeida Neves, Jones Figueiredo Alves, Jorge Américo Pereira de Lira e Virgílio Marques Carneiro Leão, o grupo de



Os juizes Frederico Neves e Jones Figueiredo participam do Fórum de Debates

estudos apresentou, durante a II Semana de Atualização Jurídica, seu primeiro trabalho conclusivo.

Os magistrados analisaram as alterações feitas recentemente no Código de Processo Civil (Leis 8.950, 8.951, 8.952



e 8.953, todas de 13 de dezembro de 1994) e chegaram a dez conclusões.

Publicadas no

Diário Oficial do Poder Judiciário do dia 25 deste mês, as conclusões mostram as implicações jurídicas que as modificações provocam nos diversos artigos do CPC.

De acordo com o juiz Jones Figueiredo, o Fórum de Debates está aberto à sugestão de temas por parte dos magistrados. Ele acrescenta ainda que o grupo comporta mais três ou quatro juizes interessados em participar dos estudos.

Os magistrados reúnem-se sempre às segundas-feiras, na Escola Superior da Magistratura, no horário das 18h. Segundo o coordenador regional da Escola Nacional da Magistratura e supervisor da Esmape, juiz Frederico Neves, todas as conclusões tiradas pelo Fórum serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

## Jornada discute Reformas no CPC



Macedo Malta: conferência sobre a Reforma

As recentes modificações no Código de Processo Civil estão novamente em pauta. Desta vez é a Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco, que promove a I Jornada de Direito Processual Civil, no próximo dia 10, no Hotel Recife Palace.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, José Antônio Macedo Malta, será um dos conferencistas convidados. O professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Cândido Rangel Dinamarco também participa do encontro.

Dinamarco, um dos juristas mais conceituados do país, publicou, recentemente, o livro "A Reforma do

Código de Processo Civil", onde ele faz sua análise sobre as alterações ocorridas.

A Jornada terá ainda como expositores o advogado Luiz de Sá Monteiro e o procurador de Justiça Itamar Dias Noronha, e acontece em dois horários. Pela manhã do dia 10, serão debatidas "As modificações no processo de conhecimento e em matéria de recursos".

No painel da tarde, os participantes terão a análise sobre "As modificações no processo de execução, liquidação e em matéria de embargos. As inscrições podem ser feitas na sede da OAB-PE, na Rua do Imperador, 235.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Azevedo

Vice-Presidente:  
Des. Wílton Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Siqueira

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Paiva

Editor:  
Roberta Timone

Redatores: Lucia Cavallini,  
Marcelo Oliveira  
Fotografias:  
João Baptista

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pça. da República 66 - 5ºº  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-040 - Fone: 424.381 (4)  
155 - Telex: 3116 - Fax:  
424.1822

## Trânsito

O juiz de Direito da 2ª Vara de Gravata, Adeildo Nunes, está preocupado com os problemas de trânsito do município. Por sua determinação, a Companhia de Polícia da PM local está fazendo constantes blitzes na

cidade, com o objetivo de orientar motoristas e apreender veículos condzidos por menores de idade sem habilitação. Os automóveis retidos só serão liberados após audiência dos pais e menores infratores com o juiz.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1995 Nº 61

# Diário Oficial



**A** Assessoria Técnica vai realizar serviços de recuperação nas instalações elétricas do Palácio da Justiça. A fiação exposta em toda a área externa do edifício vai sofrer modificações e passará a ser embutida. "Isso vai contribuir para maior segurança do prédio a partir do momento em que o sistema elétrico antigo será substituído", destaca a assessora Rogéria Magalhães M. da Silveira.

## Bandepe faz convênio com a Telpe

O Posto do Bandepe do Tribunal de Justiça está oferecendo mais um serviço especial aos correntistas. O Banco firmou convênio com a Telpe possibilitando o pagamento automático em conta corrente da conta telefônica. Os clientes interessados devem procurar a gerência do posto, situado no térreo do TJ e preencher o formulário de autorização.

O desconto só será feito na data do vencimento, destaca o gerente do posto, Geovani Ulisses de Miranda Soares. A conta pode ser em nome do cliente ou de terceiros, desde que ele tenha solicitado o serviço e fornecido a autorização junto à gerência. "Quando receber o carnê de telefone o valor descontado estará discriminado. Essa operação vai facilitar a vida dos correntistas que não irão enfrentar fila na agência".

O responsável pelo posto de serviço do TJ já está mantendo negociação com a direção da Celpe e da Compessa, no sentido de se firmar

acordo para fazer esse mesmo procedimento em relação às contas de água e luz elétrica. Geovani destaca que o Bandepe vem trabalhando para melhoria do atendimento. O banco está ampliando o número de clientes que têm cheque forte. As pessoas que quiserem solicitar esse tipo de operação podem procurar o posto.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Piva

Editores:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Glesso,  
Fotografar:  
José Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Rua da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.381/18  
255 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Associações

A Associação dos Magistrados Brasileiros, juntamente com a Escola Nacional da Magistratura, destinou quatro vagas para representantes das Associações estaduais participarem da 5ª Semana de Altos

Estudos (ver matéria abaixo). A confirmação das inscrições deve ser feita com a Associação dos Magistrados do Amazonas, pelos telefones (092) 232.0003 e 232.0571 ou pelo fax (092) 233.8489.



ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 01 DE ABRIL DE 1985 Nº 62

# Diário Oficial

## Escola promove Semana de Estudos

A Escola Nacional da Magistratura realiza entre os dias 10 e 13 deste mês, em Manaus, a 5ª Semana de Altos Estudos, com o apoio do Tribunal de Justiça do Amazonas, da Associação dos Magistrados e da Escola Superior da Magistratura daquele Estado.

O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Nildo Nery dos Santos, foi convidado e participará do encontro como um dos palestrantes. Ele falará sobre "Júri — quesitação", no último dia da 5ª Semana.

Presidente da Escola Nacional da Magistratura, ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, fará a abertura do encontro, às 10h, do dia 10, no auditório do Hotel Tropical.

Às 10h30, a secretária geral da Escola Nacional, desembargadora do Distrito Federal, Fátima Nancy Andrichi, irá abordar "A Reforma do Código de Processo Civil — Consignação e Processo de Conhecimento" (ver box com toda a programação).



Nery participa da 5ª Semana de Estudos

## PROGRAMAÇÃO

### Dia 10

- 10h — Abertura: ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira
- 10h30 — "Reforma do Código de Processo Civil — Consignação e Processo de Conhecimento" — desembargadora Fátima Nancy Andrichi
- 15h — "Reforma do Código de Processo Civil — artigos 273, 461 e cautelar" — desembargador federal Carreira Alvin
- 17h — "Reforma do Código de Processo Civil — Execuções" — desembargador Donaldo Arnellin

### Dia 11

- 10h30 — "Direito Ambiental" — Antônio Herman Benjamin
- 15h — "Direito Penal Constitucional" — ministro Luís Vicente Cernicchiaro
- 17h — "Reforma do Código de Processo Penal" — ministro Fontes de Alencar

### Dia 12

- 10h30 — "Família e Entidade Familiar" — Sigismundo Gentijo Soares
- 15h — "Código de Consumidor — aspectos civis" — ministro Ruy Rosado
- 17h — "Código de Consumidor — aspectos criminais" — desembargador Paulo Medina

### Dia 13

- 10h30 — "A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria tributária" — ministro Pádua Ribeiro
- 15h — "Júri — quesitação" — desembargador Nildo Nery dos Santos (TIJE)
- 17h — Encerramento.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Dr. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Dr. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Dr. Francisco da Silveira

Assessor de Imprensa:  
Adriano Paiva

Editor:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallin,  
Marcelo Cláudio

Fotografia:  
João Batista

Diagramação:  
Cecília Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 3º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811/8-  
235 - Telex: 3135 - Fax:  
4241812

## Remanejamento

Com o novo horário de expediente do Foro do Recife, o corregedor geral da Justiça, Francisco de Sá Sampaio, vai fazer um remanejamento de servidores. Eles serão relocados para as Varas nas quais existem

carência de pessoal. A medida será posta em prática dentro de poucos dias. Com a mudança o funcionamento da Corregedoria também será das 12 às 18h. O corregedor vai permanecer atendendo nos dois horários.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 04 DE MARÇO DE 1995 Nº 42

# Diário Oficial

## Foro atende em novo horário

O horário de atendimento do Foro da capital foi modificado desde a última quinta-feira. O expediente passou a ser das 12 às 18h, de segunda à sexta-feira. A exceção são os Juizados Especiais de Pequenas Causas que continuam a funcionar nos três turnos. Essa decisão foi tomada pela Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado.

Conforme a Resolução nº 080/95 o expediente forense, em dois horários, não vinha surtindo os efeitos esperados. As substituições de pessoal vinha causando desajustes e refletindo de forma negativa na qualidade e produtividade do serviço. Nas Comarcas do interior, a prestação dos serviços jurisdicionais poderá ser das 8 às 14h, mediante proposta do juiz diretor do Fórum e autorização do Conselho da Magistratura.

A decisão da Corte Especial não atinge as Comarcas de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Camaragibe e São Lourenço da Mata. No que diz respeito aos ofícios extrajudiciais existentes no Estado, o atendimento ao público será das 8 às 12h e das

13h30 às 17h30. Os Juizados continuam a funcionar sem alteração, das 7 às 22h.

A Resolução do Tribunal de Justiça estabelece, ainda, que o serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também aos sábados, domingos e feriados, com sistema de plantão. O horário deverá ser publicado no Diário Oficial e afixado aviso em cartório, em lugar acessível ao público.

Com a modificação os magistrados passam a dar expediente de cinco horas diárias no Fórum. Já nos JPC's eles devem trabalhar em dois horários: O primeiro, de duas horas, pela manhã e o segundo, de três horas, divididos entre o segundo e terceiro. A Corte Especial decidiu, na mesma sessão, que a ausência do

juiz ou servidor, durante o expediente, sem prévia autorização, implicará na perda do vencimento do dia.

No caso do juiz, a

autorização para faltar ao trabalho será dada pelo presidente do Conselho da Magistratura. Em relação aos funcionários, a permissão será con-

cedida pelo juiz diretor do Fórum, nas Comarcas do interior, e pelo corregedor geral da Justiça para os servidores da capital.



Funcionários trabalham no horário da tarde

Brasília

## Concurso para juiz

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal abriu inscrições para concurso de Juiz de Direito Substituto. Os interessados em participar devem fazer requerimento, dirigido ao vice-presidente do TJ de Brasília até o próximo dia 24. O candidato deve enviar junto com o comprovante de depósito, no valor de R\$ 50,00, documentos que comprovem ser brasileiro, ter mais de 25 anos, ser bacharel em Direito, duas fotos 3/4 e atestado médico.

O edital do concurso foi publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco, do dia 25 do mês passado. Conforme o regulamento as provas escritas incluem as seguintes matérias: Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Penal, Comercial, Processual Civil e Processual Penal. O concurso constará, ainda, de demonstração de requisitos pessoais, prova oral e de títulos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Azevedo

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor da Imprensa:  
Aldemir Paiva

Edição:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Márcio Gláucio  
Fotografia:  
João Batista

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.090-040 - Fone: 424.3811/9-  
208 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Mudanças

A nova estrutura do Corpo de Bombeiros, que se desvinculou da Polícia Militar, é um dos itens a ser abordado amanhã pelo major Carlos Alberto Gonçalves da Silva. O militar vai explicar quais são as novas atri-

buições da corporação e de que forma o órgão está se organizando para melhoria do serviço prestado à população pernambucana. A palestra começa às 8h30, no Tribunal do Júri, no 1º andar do prédio do TJ.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 07 DE MARÇO DE 1995 Nº 43

# Diário Oficial

## Prevenção contra incêndio é tema de palestra



Miguel Ximenes organiza o cronograma de encontros

A prevenção e combate a incêndio é o primeiro assunto abordado este ano dentro da proposta de profissionalizar ainda mais os militares que trabalham nas dependências do Tribunal, Foro e Juizados de Pequenas Causas. De acordo com o assessor Policial Militar, Miguel Ximenes, para ouvir as explicações do representante do Corpo de Bombeiros foram convocados funcionários dos diversos setores que integram o TJ.

"As pessoas que

trabalham e permanecem diariamente no prédio precisam conhecer as noções básicas de segurança e saber que medidas devem ser tomadas em caso de incêndio ou outros incidentes de menor gravidade", destaca o coronel. Por essa razão ele solicitou a presença de servidores dos departamentos para conhecerem essas normas e repassar aos demais funcionários do setor onde estão lotados.

O assistente Policial Militar afir-

mou que estão sendo definidos os temas para dar continuidade à série de palestras. "O nosso pessoal deve ser reciclado constantemente para um aperfeiçoamento cada vez maior e com isso prestarmos um serviço de qualidade". O coronel lembra as importantes personalidades que estiveram no Tribunal do Júri no ano passado, falando para o seu efetivo.

Em novembro esteve no TJ o tenente da PMPE, Walter Benjamin de Me-

**O**ciclo de palestras, promovido pela Assistência Policial Civil e Militar do Tribunal de Justiça, tem continuidade amanhã (08), com o tema *Prevenção e Combate a Incêndio*. Para falar ao efetivo da PM, que atua no TJ, e servidores dos diversos departamentos foi convidado o oficial do Corpo de Bombeiros, major Carlos Alberto Gonçalves da Silva. A palestra será às 8h30, no Tribunal do Júri.

deiros Filho. Ele integrou, juntamente com outros oficiais, durante o período de um ano, a missão de Paz da Organização das Nações Unidas na antiga Iugoslávia. Walter Benjamin relatou a sua experiência naquele país, desde a sua chegada em Zagreb, na Croácia. A principal atividade era a fiscalização da polícia local, no sentido de garantir os direitos humanos.

### DIREITOS DO IDOSO

Para falar sobre

envelhecimento e proteção ao idoso a Assistência Policial Militar convidou o coronel João Martins de Almeida Campos, médico geriatra e diretor do Hospital da Polícia Militar de Pernambuco. Na ocasião, o especialista abordou a Lei 8.842, que trata da proteção ao idoso. A finalidade é assegurar os direitos sociais do maior de 60 anos, criando condições para promover sua autonomia e efetiva participação na sociedade.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luís Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nilton Mary dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessor de Imprensa:**  
Aldemir Paiva

**Editor:**  
Roberta Távora

**Redatores:** Lúcia Carvalho,  
Marcelo Orlaco  
**Fotografia:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Celene Dias

**Redação:**  
Pra. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP:  
50.010-040 - Fone: 424.2811/8-  
265 - Telex: 5116 - Fax:  
4241822

## Pauta

A pauta completa de julgamentos a serem realizados pelo Tribunal do Júri do Recife no primeiro semestre deste ano foi publicada na íntegra no Diário

Oficial do Poder Judiciário do dia 10 de janeiro de 1995. Já a relação dos jurados sorteados para as sessões está no D.O. do dia 23 de dezembro de 1994.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 08 DE MARÇO DE 1995 Nº 44

# Diário Oficial

## Tribunal do Júri marca julgamentos

O Tribunal do Júri do Recife está com sua pauta de julgamentos completa para o primeiro semestre do ano. Iniciados no mês passado, os trabalhos da primeira sessão periódica do júri seguem até o mês de junho, num total de 60 julgamentos.

Já no final do ano passado, o juiz Fausto de Castro Campos, da 1ª Vara do Júri, fez publicar no Diário Oficial do Poder Judiciário a relação dos 21 jurados sorteados, que atuarão durante este período.

A média mensal de julgamentos neste primeiro semestre é de 12 sessões. Iniciadas sempre às 8h30, quando realizadas no horário da manhã, ou às 14h30, na parte da tarde, as sessões de

julgamento são realizadas na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves, no 1º andar do Palácio da Justiça.

O Tribunal do Júri conta com duas Varas, sendo que a 2ª

na e Marco Antônio Abreu Martins, na 1ª, e Ângela Simões de Fa-

meiro semestre o Tribunal do Júri constam alguns julgamentos tidos como polêmicos — assim chamados pela sua repercussão junto à imprensa de um modo geral.

Foi o caso da sessão realizada no dia 09 de fevereiro. Mais uma vez estava sentado no banco dos réus César Augusto Cunto Guerreiro, indiciado no artigo 121 do Código Penal através do processo de número 1442.



Magistrado comanda mais uma sessão do Júri

Vara tem à frente o juiz Roberto Ferreira Lins, como titular, e o juiz Antônio Carlos Alves da Silva, como substituto. Na 1ª Vara, atua apenas o juiz titular Fausto Campos.

### PROMOTORES

Nas duas Varas do Tribunal do Júri atua uma equipe do Ministério Público, composta de quatro promotores de Justiça. Eleonora de Souza Lu-

rias e Mário Germano Palha Ramos, na 2ª Vara.

As Varas ainda contam com o trabalho dos advogados de ofícios Fernando Vieira da Cunha e Caudimmar Feitosa, na 1ª Vara, e João Olympio Valença de Mendonça, José Antônio Fonseca de Melo e Benjamin Cavalcanti de Farias, que atuam nos processos da 2ª Vara.

Na pauta do pri-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Stegaglia

Assessor de Imprensa:  
Aldemar Paiva

Editor:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Ottoni

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Caleste Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 3º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-040 - Fone: 424.3513/9-  
285 - Telex: 3116 - Fax:  
42471822



Até o mês de junho, o Tribunal deve julgar cerca de 60 processos

## Identidade

O posto de dactiloscopia, instalado no térreo do Tribunal de Justiça, forneceu durante o ano passado mais de mil carteiras de identidade. Em fevereiro, após o re-

cesso forense, o posto vai funcionar em dois horários das 8 às 12h e das 13 às 18h. O atendimento é feito aos magistrados, funcionários e seus dependentes, de segunda à sexta-feira.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 1995

Nº 7

# Diário Oficial



O desembargador Amaro Araújo é diretor da Campe

## Plano de Saúde Amepe presta orientação

A Associação dos Magistrados de Pernambuco lançou, na última segunda-feira (09), um folheto com orientações aos associados sobre o funcionamento da Caixa de Assistência dos Magistrados-Campe. O evento foi realizado na sede da Associação, no térreo do Fórum Paula Batista, com a presença da diretoria da entidade e autoridades convidadas.

O livrinho da Campe foi patrocinado pelo Banco de Boston e contém informações sobre o Plano de Saúde da Amepe, além de outros assuntos. De acordo com o diretor administrativo da Caixa de Assistência, desembargador Amaro Araújo no livro estão discriminados os estatutos da Amepe, o regulamento da Campe e o cre-

denciamento de hospitais, clínicas, laboratórios e médicos.

O plano de saúde da Associação está vinculado a todos os hospitais do Recife e das cidades de Caruaru e Garanhuns. Ele oferece assistência integral aos magistrados, dependentes, viúvas dos magistrados e funcionários da Amepe. Segundo o diretor através dele

os usuários recebem atendimento para consultas e exame de laboratório. Para isso basta mostrar na ocasião a carteira de associado e a identidade. Ele lembra que não é necessário para a realização de consultas, autorização. "O associado ou dependente comparece ao local onde será atendido com a carteira".

Atualmente estão associados à caixa de assistência cerca de 325 magistrados e aproximadamente 700 dependentes, além de todos os funcionários da Associação. A inscrição na Campe é feita automaticamente quando o juiz ingressa na carreira, com exceção dos casos em que o magistrado informa, por escrito que não deseja ser associado da Campe, esclarece.

## Carteira de habilitação Posto do Fórum atende diariamente

Instalado há apenas um mês o posto do Detran, que funciona na sobreloja do Fórum Paula Batista, já renovou mais de 60 carteiras de habilitação. O atendimento é feito, de segunda à sexta-feira, das 8 às 14h, para os funcionários, magistrados e o público em geral. No ato da renovação o usuário deve apresentar o comprovante de pagamento de taxa, efetuada no Bandepe, no valor de R\$ 17,02.

Na ocasião deve apresentar, também, a carteira de habilitação vencida, a cédula de identidade e o CPF. De acordo com a assessora policial civil do Tribunal de Justiça, Maria Segunda Gomes, no momento da renovação da carteira, o interessado será submetido a exame de vista, feito pelo oftalmologista, Fernando Cunha. Com o atendimento sendo feito por dois funcionários, o posto do Detran está entregando a nova habilitação em apenas 24 horas.

Maria Segunda esclarece ainda que a carteira tem validade por um período de cinco anos. "A instalação do posto no Fórum Paula Batista a partir de convênio entre o Tribunal de Justiça e o Detran está possibilitando um grande benefício aos usuários daquele órgão, que não necessitam mais se dirigir a sua sede para requerer a atualização do documento", destaca.

O posto do Detran para renovação de carteira de habilitação foi inaugurado, no mês passado, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar. Ainda segundo a assessora, o número de pessoas que requisitam o documento vem sendo ampliado a cada dia.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Dr. Luís Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Dr. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Dr. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Alineir Faria

Editor:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho,  
Marcelo Glória  
Fotografia:  
José Barbosa

Diagramação:  
Celene Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3011/19-  
244 - Telex: 31 06 - Fax:  
424.1832

## Visita

O general Luiz Gonzaga de Oliveira passa o comando, hoje, para o general José Carlos Leite Filho. Recentemente ele esteve no Tribunal de Justiça de Pernambuco, tendo sido recebido pelo pre-

sidente, desembargador Luiz Belém de Alencar, pelo corregedor Francisco de Sá Sampaio e pelos desembargadores Cláudio Américo, Mauro Jordão, Carlos Xavier e Agenor Ferreira de Lima.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1995 Nº 15

# Diário Oficial

Procuradoria Geral

## Novo procurador define metas

Promover a realização de concurso para complementar o quadro de promotores do Estado, criar a Escola Superior do Ministério Público e trabalhar pela instalação da sede própria da instituição. Essas são as principais metas estabelecidas pelo procurador geral de Justiça, José Tavares. Ele foi empossado no cargo, na última segunda-feira, e vai dirigir a Procuradoria Geral de Justiça, durante o biênio 95/96.

José Tavares foi eleito com 76% dos votos. Ele vinha atuando como procurador geral desde janeiro do ano passado, para completar o mandato do seu antecessor, que aposentou-se. A solenidade de posse foi realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, com as presenças de diversas autoridades, entre as quais o presidente do Tribunal de Justiça, Luiz Belém de Alencar, o procurador geral do Estado, Izael Nóbrega, o secretário de Justiça, Roberto Franca, o secretário de Segurança Pública, Antônio Moraes, e alguns desembargadores do Tribunal.

A sessão solene foi aberta e presidida pelo procurador mais antigo, Luiz Carlos Medeiros, e a

saudação ao novo dirigente do órgão central do Ministério Público foi feita pelo procurador Oswaldo Evaristo da Cruz. Em seu discurso, Oswaldo Evaristo afirmou que a eleição de José Tavares tinha grande significado pelos votos recebidos "e representa o consenso que todos nós buscamos no processo histórico-evolutivo do Ministério Público".

O procurador destacou que o Ministério Público é uma instituição essencial à atividade jurisdicional do Estado cabendo-lhe defender os interesses da sociedade. "O MP é uma instituição de natureza executiva cujos têm integral liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e res-



José Tavares assina livro de posse



Oswaldo Evaristo destaca atuação do novo procurador

ponsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição e em leis especiais.

A Procuradoria Geral de Justiça tem sob sua coordenação promotores que atuam nas Comarcas do Estado e procuradores

que exercem suas funções junto ao Tribunal de Justiça. Representante da sociedade junto ao Judiciário, através da promoção de processos criminais, o Ministério Público também tem como função a defesa do meio ambiente

e patrimônio público, histórico e cultural. Esse trabalho é desenvolvido através das coordenadorias.

Atualmente existem as coordenadorias do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Infância e Juventude e de Defesa dos Direitos Individuais. Segundo José Tavares, com a implementação da Lei Complementar nº 12, de 27.12.94, essas núcleos serão transformados em centros operacionais. O novo procurador geral pretende, em sua gestão, descentralizar esses centros por regiões. "Possivelmente serão instalados nas cidades de Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina.

### ATUAÇÃO

O procurador José

Tavares, 63 anos, é natural de Macapará. Ele ingressou no Ministério Público em 1963, através de concurso. Bacharel em Direito, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1960. Ele atuou como secretário geral do Ministério Público por 11 anos. O cargo de procurador geral de Justiça é privativo de procuradores de Justiça e preenchido por nomeação do Governador do Estado, entre os três mais votados de uma lista tríplice definida através de eleição direta.



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidentes:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessor de Imprensa:**  
Alencar Paiva

**Editor:**  
Roberto Tavares

**Redatores:** Lúcia Carvalho,  
Marcelo Glauco  
**Fotografia:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Celso Dias

**Redação:**  
Pra. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-440 - Fone: 424.38.118-  
288 - Telex: 3116 - Fax:  
424.1822

## Apoio

No primeiro ano de sua administração, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, deu total apoio aos Juizados Especiais de Pequenas Causas. No mês de

junho, por exemplo, a presidência do TJPE promoveu o "I Encontro de Estudos dos JEPCs", com o objetivo de aproximar e, conseqüentemente, melhorar o atendimento à população.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 1995

Nº 18

# Diário Oficial

### Pequenas Causas

## Novos Juizados mantêm índices

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas de Casa Amarela e da Boa Vista estão completando um ano de funcionamento com índices de conciliação superior a 80%. A eficiência do trabalho realizado nos dois JEPCs chegou a atingir números acima da média normal de conciliação.

Em Casa Amarela, por exemplo, nos dois primeiros meses de funciona-

mento do Juizado, o índice de conciliação entre as partes envolvidas nos processos atingiu a marca de 92%. O JEPC da Boa Vista também chegou próximo deste feito: três meses depois de instalado, o Juizado apresentou um índice de 91%.

Instalados na gestão do desembargador Carlos Xavier, os Juizados de Casa Amarela e da Boa Vista são coordenados pelos juizes de Direito, Délio Cantarelli e Waldério Siqueira Vasconcelos, respectivamente.

Segundo os magis-

trados, a cada mês que passa os Juizados são mais procurados pela população. "No primeiro mês de funcionamento, tivemos apenas 15 processos. Hoje, temos uma média superior a vinte vezes este número", revela Waldério Siqueira.

Para Cantarelli, a grande população de Casa Amarela e a boa localização do Juizado são dados que levam, certamente, a uma crescente demanda pelos serviços do JEPC. "Temos constatado isso desde o início de nossos tra-

balhos", concluiu o magistrado.

A cidade do Recife conta com cinco Juizados de Pequenas Causas: além de Casa Amarela e Boa Vista, a população tem ainda os JEPCs do Rosarinho (o mais antigo), Afogados e Cordeiro. Na região metropolitana são mais cinco: Camaragibe, Cabo, Olinda, Jaboatão e Paulista.

## Olinda: quatro anos de funcionamento

Quase oito mil processos registrados, mais de 200 abertos a cada mês e

um índice médio de conciliação de 80,87% dos feitos analisados. Este é o saldo alcançado pe-

lo Juizado Especial de Pequenas Causas de Olinda nos três anos de funcionamento, a serem

completados no próximo mês de Março.

O campeão de causas neste período foi o item "Cobrança de Dívidas", com 3.354 processos. Em segundo lugar, em quantidade de feitos registrados, vem a questão de "Alimentos", com quase mil e quinhentas queixas.

Estes números, segundo a juíza coordenadora do Juizado Clara Maria de Lima Callado, são referentes ao período de 08 de março de 1991 (dia da instalação do JEPC) a 31 de de-

zembro do ano passado.

As questões relativas à "Colisão de Veículos" e "Proteção ao Consumidor Lesado" vêm logo depois, cada uma com mais de 700 processos. As "Relações de Vizinhaça" atingiram um total de 457 feitos.

O Juizado Especial de Pequenas Causas de Olinda fica na avenida Olinda, logo após o complexo de Salgadinho. Assim como os demais JEPCs, funciona das 7 às 22 horas.



A demanda de processos nos novos Juizados é crescente



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nélson Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Adriana Paiva

Editores:

Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Cavalli,

Marcelo Góes

Fotografia:

João Batista

Diagramação:

Cláudio Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.019-040 - Fone: 426.3811/06

266 - Telex: 3136 - Fax:

4341832

## Resultado

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco estará divulgando, agora no final do mês de janeiro, o resultado da seleção feita para o ingresso no

Curso de Preparação à Magistratura. Dos 510 concorrentes, apenas 100 serão classificados. As aulas devem ser iniciadas no dia 06 de fevereiro.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1995

Nº 22

# Diário Oficial

Vale-Transporte

## NRH recomenda novo cálculo

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco está solicitando a todos os servidores do Poder Judiciário que se utilizam do vale-transporte que façam uma análise do desconto sobre o seu salário.

Acontece que, com a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, aprovado pela Assembleia Legislativa, o piso salarial do Judiciário foi elevado e, em alguns casos, o benefício pode não ser mais interessante.

O Vale-Transporte, benefício criado por Lei Federal, é extensivo a todos os servidores públicos e privados, sendo feito um



Angela Figueira aconselha que todos façam o cálculo

desconto de 6% (seis por cento) sobre o salário-base do funcionário participante.

Na tabela elaborada pelo NRH-TJ e

publicada logo abaixo, pode-se observar os valores para cada caso. Por exemplo, o servidor que utiliza 44 vales tipo A por mês, caso

fosse pagar passagem normalmente, teria que desembolsar R\$ 14,52.

Cabe a este servidor fazer o cálculo, baseado no seu novo

| TABELA DE DESCONTOS DO VALE-TRANSPORTE |           |             |           |             |           |
|----------------------------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| A                                      |           | B           |           | C           |           |
| Tipo/Quant.                            | Valor     | Tipo/Quant. | Valor     | Tipo/Quant. | Valor     |
| 44                                     | R\$ 14,52 | 44          | R\$ 21,56 | 44          | R\$ 29,48 |
| 88                                     | R\$ 29,04 | 88          | R\$ 43,12 | 88          | R\$ 58,96 |
| A + B<br>(44 + 44)                     |           |             |           | Total =     | R\$ 36,08 |
| A + C                                  |           |             |           | Total =     | R\$ 44,00 |
| B + C                                  |           |             |           | Total =     | R\$ 51,04 |

salário-base, e analisar se vale a pena a utilização do benefício. Com base nos cálculos feitos, o servidor pode procurar o Núcleo de Recursos Humanos para cancelamento.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Mildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Siqueira

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Peiva

Editores:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,  
Marcelo Gouveia,  
Fotografia:  
João Roberto

Diagramação:  
Celina Dias

Redação:  
Pça. da República s/nº - 5ª  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811/46  
268 - Telex: 3115 - Fax:  
424.3813

## Pró-Lazer: promoções de verão

O Programa de Lazer do servidor público estadual continua a todo vapor. Ainda mais nesta estação do ano. As promoções de verão incluem passeios pelas praias de Porto de Galinhas, Itamaracá, Gaibu/Calhetas,

Tamandaré e até mesmo Fernando de Noronha.

Os descontos para os associados ao Pró-Lazer variam de 15 a 20 por cento do valor normalmente cobrado pelas empresas de turismo conveniadas.

Para os que gostam mais do campo do que da praia, o programa também tem várias opções: Garanhuns (numa fazenda), Bonito (trilha das águas), Petrolina e Vale do Peixe.

Angela Figueira, servidora do Núcleo

de Recursos Humanos, informa aqueles que ainda não são sócios do programa que podem se inscrever normalmente, sem ter que pagar nenhuma taxa.

Ela também informa que a progra-

mação do Pró-Lazer para o mês de fevereiro está saindo esta semana, com novidades inclusive para o Carnaval. Os descontos para teatros, cinemas e shows continuam valendo neste período.

## Imprensa

A partir de hoje, o Diário Oficial do Poder Judiciário normaliza a veiculação de matérias jornalísticas do Tribunal de Justiça do Estado, interrompida durante o

mês de janeiro. A Assessoria de Imprensa solicita a colaboração dos diretores dos diversos departamentos, para que as ações do TJ possam ser melhor e mais amplamente divulgadas.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 1995

Nº 24

# Diário Oficial

## Coral do TJ retoma atividades

O Coral do Tribunal de Justiça volta a se reunir, hoje, na Sala do Juri, depois de um mês de recesso. É o primeiro ensaio do ano, a partir do meio-dia, sob a regência de Vilmir Gonçalves. No encontro, o grupo vai discutir a programação a ser cumprida durante o semestre.

A presidente Maria Rita Torres Batista disse

que o objetivo, este ano, é levar o coral a participar mais de eventos em todo o Estado. Para isso, vai manter contato com outros corais e solicitar a colaboração dos diretores de departamentos do TJ, no sentido de que os integrantes do grupo tenham melhor acesso ao ensaio semanal.

O Coral do Tribunal de Justiça tem 32 componentes. Mas ao contrário do que parece, nem todos pertencem ao Poder Judiciário. O tenor Eliabe é funcionário da Votorantim. Kella é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Ana Dias é casada com um dos integrantes, Ronaldo, que trabalha no Juizado de Pequenas Causas do Cordeiro.

Há também o caso de Edvaldo Cosme, presidente do Coral da Celpa, de onde é funcionário. Foi como jurado que Cosme conheceu alguns dos integrantes do grupo de canto do Tribunal de Justiça, passando a fazer parte da equipe.

As últimas apresentações do Coral do Judiciário, ano passado, foram na Assembleia Legislativa, durante a entrega do Prêmio Continental e no centro da cidade, em dezembro, quando houve a Caminhada Natalina.



A primeira sessão do Pleno do Tribunal de Justiça foi realizada ontem, após o término das férias forenses. Na ocasião o presidente do TJ desembargador Lutz Belém de Alencar convocou uma sessão extraordinária da Corte Especial para votar o Agravo de Instrumento impetrado pelo deputado Antônio Carlos Batista contra a liminar concedida pelo desembargador Macedo Malta. Por dez votos a um a Corte votou pela cassação da liminar, o que possibilitou a posse, ontem, dos deputados eleitos no último pleito. Em sua liminar Macedo Malta transferia a posse dos deputados estaduais para o dia 15 deste mês.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente  
Des. Lutz Belém de Alencar

Vice-Presidente  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa  
Aldemar Paiva

Editor  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalli,  
Marcelo Glauco  
Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife PE - CEP  
50.019-600 - Fone: 424.3811/06  
288 - Telex: 3116 - Fax:  
4341822

## São Caetano

**P**aulo Alves de Lima é o novo juiz de São Caetano. Magistrado de 1ª Entrância, ele foi designado ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, para ter exercício na Comarca até posterior deliberação. Paulo Alves era juiz de Afogados da Ingazeira.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 03 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 25

# Diário Oficial

## Assessoria Judiciária conclui relatório

Segundo a assessora Consuelo M. Moita Braga, o setor é responsável pela elaboração de contratos administrativos, convênios e termos aditivos. Durante o período foram produzidos 68 contratos, 32 especificações de obras, 19 editamentos e 14 minutas, além de 27 outros processos. A Assessoria Judiciária presta também assessoramento à Comissão de Licitação, dando visto nos editais.

Consuelo destaca, ainda, o atendimento feito às partes e aos diversos órgãos integrantes do Poder Judiciário, com informações, esclarecimentos e respostas a con-

**A** Assessoria Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco examinou aproximadamente dois mil processos durante o ano passado, tendo sido emitidos cerca de 1.600 pareceres. Esses dados constam do relatório elaborado pelo departamento e enviado ao presidente do TJ, desembargador Luiz Belém de Alencar. A Assessoria é responsável pela emissão de pareceres em requerimentos, processos e consultas dos servidores e magistrados.

sultas, além do encaminhamento de cópias de legislação e jurisprudência. "Em todas as iniciativas a AJ contou com o decisivo apoio do desembargador Belém de Alencar, tanto na melhoria

das instalações físicas, como no acompanhamento do trabalho realizado pela Assessoria".

Nas questões e processos relativos aos magistrados e funcionários a Assessoria Judiciária emite

pareceres em relação a contagem de tempo de serviço, tendo sido distribuídos 252 processos, contagem de férias em dobro, pagamento de despesas, pedidos de gratificação, ajuda de custo, salário-família e licença-

prêmio. No relatório, a assessora discriminou todas as ações desenvolvidas pelo setor e também a quantidade de pareceres assinados por cada um dos 12 assessores que atuam na AJ do Tribunal de Justiça.

Consuelo Moita considera importante ressaltar as atividades realizadas por cada integrante do departamento. "Todos os contratos e convênios foram elaborados sob rígidos critérios e de acordo com os dispositivos legais. O pessoal de apoio administrativo também atuou com dedicação, o que possibilita a efetivação dos trabalhos". Para ela a informatização do setor contribui para agilizar a tramitação dos fatos e ampliar ainda mais a capacidade de atendimento aos integrantes do Poder Judiciário.

**O** posto de identificação da Secretaria de Segurança Pública, que funciona no térreo do Tribunal de Justiça, vai permanecer em funcionamento e contando com o total apoio da SSP. Essa afirmação foi feita pelo secretário Antônio Moraes durante visita feita ao presidente do TJ, desembargador Luiz Belém de Alencar. Na ocasião ele destacou que pretende trabalhar em conjunto com o Judiciário, no acompanhamento dos pedidos de prisão preventiva, além de outras ações.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nélson Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessor de Imprensa:**  
Almeida Paiva

**Editor:**  
Roberto Tavares

**Relatores:** Lúcia Carvalho,  
Marcelo Glauco  
**Fotógrafo:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Celso Dias

**Redação:**  
Rua da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811/15  
228 - Telex: 3116 - Fax:  
4241822

## Visita

O vice-presidente do Tribunal de Justiça e o corregedor geral da Justiça, respectivamente desembargadores Nildo Nery dos Santos e Francisco de Sá Sampaio, estiveram juntos ontem, com os

demais integrantes da Corte Judiciária, para receber o governador Miguel Arraes, no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Arraes seguiu depois para o Tribunal de Contas do Estado.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 04 DE FEVEREIRO DE 1995

Nº 26

# Diário Oficial

## Arraes visita Tribunal de Justiça



Arraes pede parceria para crescimento do Estado

A busca de um maior entrosamento entre os poderes estaduais constituídos foi o motivo principal da visita feita, ontem, pelo governador Miguel Arraes, ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar. À ocasião, no Salão No-

bre do Palácio da Justiça, esteve presente quase a totalidade dos integrantes da Corte Judiciária pernambucana.

Acompanhado do secretário estadual de Justiça Roberto Franca e do procurador geral do Estado Izael Nóbrega, Arraes afirmou que é preciso examinar em conjunto as finanças do Estado, para que se possa fazer o ajuste das

despesas a essas finanças. O governador informou que visita semelhante será feita à Assembleia Legislativa.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Belém de Alencar, estará retribuindo a visita ao governador na próxima quinta-feira, pela manhã.

## Justiça vai a Terra Nova

Terra Nova deve ser a primeira Comarca instalada este ano, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar. A iniciativa vai marcar o início do segundo ano de administração do magistrado à frente do Poder Judiciário pernambucano. A informação é do secretário Judiciário do TJ, José Bezerra.

Para marcar a data, segundo ele, Belém aguarda apenas a conclusão da reforma do prédio que servirá de Fórum, que está sendo feita sob a responsabilidade da prefeitura municipal. No ano passado, o presidente do Tribunal instalou sete Comarcas de 1ª Entrância, possibilitando maior interiorização da Justiça estadual.

Até que seja instalada a Comarca, o



Secretário José Bezerra: Terra Nova está nos planos

município de Terra Nova permanece como Termo Judiciário de Parnamirim. Terra Nova se localiza no sertão pernambucano e está a 568km do Recife. Tem uma população atual de sete mil habitantes.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Alencar Paiva

Editor:  
Roberto Távora

Redatores: Lúcio Carvalho,  
Marcos Glória  
Fotografia:  
Azevedo Barbosa

Diagramação:  
Célio Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 2º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.015-040 - Fone: 424.281.116  
268 - Telex: 3116 - Fax:  
4341821

## Visitas

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Luiz Belém de Alencar, vai receber nesta terça-feira a visita do novo comandante militar do Nor-

deste, general de Exército José Carlos Leite Filho. O encontro está marcado para às 16h, e deverá acontecer no Salão Nobre do TJ, no 2º andar.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 07 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 27

# Diário Oficial

## TJ conclui obras no 3º andar

As obras de reforma do 3º andar do prédio do Tribunal de Justiça estão recebendo os últimos retoques e deverão ser concluídas até o dia 10 deste mês. Os trabalhadores estão terminando os serviços de pintura, colocação de alcatifas e instalação do sistema de ar condicionado. Logo que tudo esteja pronto, será marcada a solenidade de inauguração do pavimento, que vai acomodar os gabinetes dos desembargadores empossados em outubro de 1993.

A recuperação do 3º andar foi iniciada em setembro e incluiu além da construção das salas, recuperação das instalações elétricas e hidráulicas, substituição da cobertura e a recomposição e revestimento do assoalho de madeira. Os trabalhos foram executados de forma

a possibilitar um melhor aproveitamento do espaço existente. Com isso, segundo o responsável técnico, Ernival Alcântara de Siqueira, a área foi ampliada em aproximadamente 400 metros.

Com as modificações passarão a funcionar no terceiro pavimento,

não só os 11 gabinetes, mas também o Núcleo de Organização e Sistemas, o Departamento Financeiro, a Assessoria de Planejamento, a Taqui-

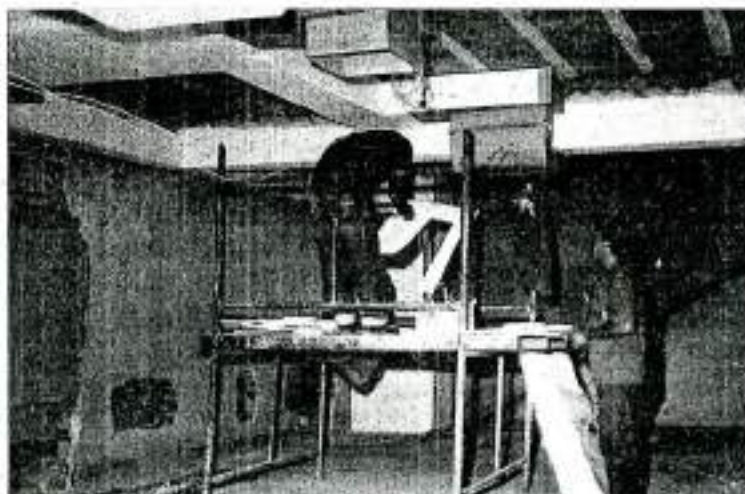
mente funcionam em todo o prédio do TJ e que serão acomodados em definitivo no 3º andar.

### FACHADA

Segundo Ernival, a fachada do prédio também vai ser recuperada e pintada. Toda a fiação, que

Os serviços vão ser iniciados no 2º andar onde vai ocorrer troca das instalações elétricas, reforma dos banheiros e pintura geral. Em seguida as obras serão realizadas no 1º andar e no térreo. Com as mudanças

Técnica elaborou o projeto de reforma da biblioteca da Prefeitura de Terra Nova, onde vai funcionar o Fórum da cidade. Também foram feitos pelo setor o projeto de recuperação dos Fóruns de Carpina, atualmente em andamento e de Garanhuns. Será feita substituição da cobertura, reparos gerais e pintura do prédio.



Todas as salas receberam reparos

grafia e o Conselho da Magistratura. O mobiliário e equipamentos dos gabinetes já foram adquiridos e serão logo instalados, como também será feita a transferência dos diversos setores, que atual-

mente está exposta, será substituída. Esse trabalho além de melhorar o visual externo vai garantir maior segurança das instalações. Na área interna será feita, ainda, restauração dos outros pavimentos.

introduzidas no 3º andar, todo o sistema hidráulico do edifício foi trocado o que, de acordo com o assessor, vai facilitar os trabalhos de recuperação.

### PROJETOS

A Assessoria



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Hélio Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Peiva

Editores:  
Roberta Travençolo

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Gleason  
Fotógrafo:  
João Sanches

Diagramação:  
Celene Dias

Redação:  
Pça. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811/6-  
268 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Direito do Consumidor

O Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor vai promover, no dia 13, o II Curso de Direito do Consumidor. Conferências e debates acontecem

no auditório da OAB, a partir das 8h30m. O juiz Jones Figueiredo, do Tribunal de Justiça do Estado, é um dos debatedores do tema Consumidor em Juízo.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 1995

Nº 28

# Diário Oficial

Mutirão judicial

## Andamento de processos vai ser agilizado

Processos que estão há muitos anos acumulados nas prateleiras forenses, em decorrência do pequeno número de juízes no Estado, têm agora uma oportunidade de serem julgados com maior rapidez. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, designou equipe de magistrados para atuar, em regime de mutirão, nas Comarcas onde a situação é precária.

Solicitado pelo corregedor geral, desembargador Francisco de Sá Sampaio, o mutirão começou esta semana nas Varas Cível e Criminal da Comarca de 2ª Entrância de Jaboatão

Jaboatão foi escolhido por ser o município da Região Metropolitana que mais apresenta problemas de acumulação de processos. Segundo o corregedor Sampaio, só de

### APOIO

As juízas Valéria Rúbia Silva Duarte e Nalva Cristina Barbosa Campelo, respectivamente substitutas nas Comarcas de Palmeirina e Angelim, vão auxiliar Ricardo Paes Barreto, cumulativamente, na 1ª Vara Cível de Jaboatão. E o juiz José Júnior Florestino dos Santos, de Betânia, vai ficar na 1ª Vara Criminal, sob a supervisão de Rivadávia Brayner.

De acordo com o corregedor Francisco Sampaio, os magistrados do mutirão vão atuar individualmente, preferindo sentenças, determinando a produção de provas que se possa realizar no tempo necessário ao julgamento do processo, além de outras atribuições de forma a agilizar a tramitação dos feitos.

A situação da Co-

marca é considerada uma das mais críticas do Estado, mas não é o único município a precisar de mutirão semelhante. Olinda, por exemplo, já está na lista do corregedor para ser visitado por equipe extra de magistrados. Sampaio aguarda apenas a designação de novos juízes para iniciar o trabalho.

### DECISÃO

A Comarca de 1ª Entrância de Inajá também é outra que aguarda a visita do mutirão. Além do difícil acesso a Inajá, a cidade ficou sem juiz durante muito tempo, sendo acumulados os processos. A iniciativa deve ser estendida ao Estado, tão logo o Tribunal de Justiça possa dispor de novos juízes.

O mutirão é idéia antiga. Desde o início do ano passado, o corre-

gedor já mantinha a disposição de formar equipes volantes de magistrados para percorrer as Comarcas, onde existe acúmulo de feitos cíveis e criminais. Somente agora, com a conclusão de concurso de magistrados nos últimos meses de 1994, é que a proposta pôde ser concretizada.



Paes Barreto vai supervisionar o trabalho na 1ª Cível de Jaboatão

dos Guararapes. Foram designados os juízes Ricardo Paes Barreto e Rivadávia de Melo Brayner que, sem prazo definido, deverão trabalhar o tempo necessário à colocação dos feitos em dia.

precatórias de outros Estados há mais de 300 sem cumprimento. A atuação dos magistrados designados não interfere no trabalho dos juízes que normalmente exercem a função naquela Comarca.



Rivadavia Brayner também foi designado para o mutirão



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Ademir Faiva

Editor:

Roberta Tavares

Redatores: Lício Carvalho,

Marcelo Gama

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Colore D&A

Redação:

Pça. da República s/nº - 5ª

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.3811/R

288 - Telex: 3116 - Fax:

434/1822

## Contagem

O Tribunal de Justiça divulgou ontem, no Diário Oficial do Poder Judiciário, a lista de antiguidade de juizes de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias. Pernambuco conta, respectivamente, com 132, 78 e 102 magistrados.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 1995

Nº 29

# Diário Oficial

## Ceja inicia campanha de adoção



Nery quer incentivar as adoções em Pernambuco

Jornalistas e publicitários encontram-se, terça-feira (14), com o desembargador Nildo Nery dos Santos, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. O objetivo é dar início a uma campanha de orientação e incentivo à adoção de crianças e adolescentes do Estado. O encontro tem início a partir das 9h, no auditório da Escola, localizada no Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, antigo prédio do Grande Hotel.

co da Ceja, que ficam à disposição para tirar dúvidas levantadas pela platéia acerca dos casos de adoção. O objetivo é também desmistificar a adoção internacional, prejudicada depois das denúncias de tráfico de crianças. Nildo Nery pretende que a campanha de orientação e incentivo à adoção dê certo, para que se modifique o quadro de abandono de menores em Pernambuco.

Presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção — Ceja, o desembargador Nildo Nery pede a colaboração dos profissionais de comunicação e publicidade, no sentido de que as pessoas sejam estimuladas a adotar uma criança. O magistrado pretende conscientizar a população para o fato de que as exigências da Comissão servem de garantias para evitar problemas aos adotantes e adotados.

Uma visão geral

da realidade brasileira de adoções antes e depois da criação da Ceja é o aspecto principal do encontro. Nildo Nery, também vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, fala sobre o tráfico de crianças através da aparência da legalidade, denúncias de transplante de órgãos e mostra a segurança de se fazer uma adoção legal através da Comissão.

O encontro tem a participação dos integrantes e corpo técnico

## A Comissão e o Estatuto

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção foi instalada no dia 15 de julho de 1993. Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem a finalidade de organizar e melhor estruturar os casos de adoção em Pernambuco. O secretário executivo da Ceja, juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, foi seu primeiro presidente. O cargo hoje é privativo da vice-presidência do Tribunal de Justiça.

Desde o início de seu funcionamento, casais brasileiros e estrangeiros, interessados em adotar jovens pernambucanos, têm obrigatoriamente que procurar a Ceja. A Comissão é composta de juizes, assistentes sociais e psicólogos, encarregados de emitir laudo de habilitação aos futuros pais adotivos. A Ceja é vinculada à Corregedoria Geral da Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Paiva

Editor:  
Roberta Tassano

Redatores: Lúcia Cavallini,  
Marcelo Chaves  
Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celene Dias

Redação:  
Rua da República nº 24 - 2º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.013-040 - Fone: 424.3811/8  
368 - Telex: 3115 - Fax:  
424/1822

## Encontro

**N**a próxima semana, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nildo Nery dos Santos, estará em São Paulo participando do encontro de presidentes das comissões judiciárias de adoção. O

magistrado, desde o ano passado, assumiu a presidência da Comissão Judiciária de Adoção de Pernambuco-Ceja. Ele tem divulgado o trabalho da Ceja em palestras, encontros e seminários nacionais e estaduais.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 11 DE FEVEREIRO DE 1995

Nº 30

# Diário Oficial

Banco de Dados

## Tribunal permite acesso

A partir de agora estão liberadas as consultas ao Banco de Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Portaria nesse sentido foi baixada pelo presidente, desembargador Luiz Belém de Alencar, e publicada no Diário Oficial do dia 06. Para ter acesso às informações, o usuário deve fazer um contrato com a Embratel do serviço Rempac e encaminhar requerimento à presidência do TJ.

O interessado deve enviar junto com o requerimento cópia do contrato firmado com a Embratel. Caso o pedido seja deferido pela presidência, será encaminhado ao Núcleo de Organização e Sistemas que procederá a efetivação do cadastro. Na ocasião será fornecida uma senha secreta de uso

pessoal e entregue o manual do Núcleo de Organização e Sistemas do TJ, com orientação sobre os procedimentos necessários para que se tenha acesso aos dados. É exigido também que o usuário disponha de equipamento de computação.

De acordo com a diretora do Núcleo, Josiane Sedfeias podem fazer a solicitação pessoas físicas ou jurídicas, desde que cumpram as determinações e critérios estabelecidos. O setor já recebeu cerca de 50 pedidos de pessoas interessadas em acessar o banco de dados do Tribunal. "Uma vez cumprida as condições de acesso, ficam liberadas ao público informações referentes aos processos em tramitação na 2ª Instância e aos dados constantes do sistema de Jurisprudência do TJ.

As consultas podem ser feitas nos dias úteis, no horário das 8 às 18h. Na portaria publicada no D.O. a presidência esclarece que as informações prestadas não equivalem a certidão, nem substituem as publicações feitas no Diário do Poder Judiciário. Se esta determinação não for cumprida o Tribunal não se responsabiliza por quaisquer danos.

Josiane lembra que cabe ao usuário a aquisição e manutenção dos equipamentos, Interfaces e Softwares, necessários ao acesso ao sistema. Ela esclarece, ainda, que o Tribunal de Justiça caso seja de sua conveniência ou por motivos técnicos poderá suspender a inscrição para utilização do Banco de Dados do TJ.

### MANUAL

O manual foi ide-



Josiane: banco de dados desperta interesse

lizado com o objetivo de orientar as pessoas que desejam se conectar no computador central do Tribunal. Nele estão discriminados os dois sistemas. No primeiro, Sistema de Controle Processual, se encontra disponível o cadastro atualizado dos processos que tramitam e tramitaram no TJ, desde 1989 com suas res-

pectivas fases de movimentação.

No outro programa o usuário encontra informações atualizadas a respeito da Jurisprudência, sendo possível recuperar uma variedade de dados sobre os mais diferentes assuntos. Além disso o manual dispõe de uma tabela indexada para consultas.

**O**s desembargadores que compõem o Pleno do Tribunal de Justiça estiveram reunidos no Salão Nobre, na última terça-feira, para receber o novo comandante militar do Nordeste, general-de-Exército José Carlos Leite Filho. Ao término da visita, o comandante dirigiu-se ao presidente do TJ, desembargador Luiz Belém de Alencar, e agradeceu pela sua presença na solenidade de posse. "Venho retribuir a honrosa participação e oferecer minha amizade e respeito", afirmou o general.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Aldemir Paiva

Editores:

Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,

Marcelo Gouveia

Fotografia:

João Carlos

Diagramação:

Cláudio Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.381.118

168 - Telex: 3115 - Fax:

4341822

## Informática

Esta semana, a diretora do Departamento de Informática do Tribunal de Justiça, Josiane Sedícias, inicia uma série de visitas aos Juizados de Pequenas Causas do Recife e Região Metropolitana que já estão informatizados. Ela vai conversar com os coordenadores

sobre a nova central de atendimento aos chamados de manutenção instalada no TJ. Também serão discutidos outros serviços prestados pelo departamento. São informatizados os juizados do Cordeiro, Rosarinho, Casa Amarela, Caruaru, Prazeres e Petrolina.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1995

Nº 31

# Diário Oficial

## Nelson Jobim visita Tribunal

A proposta de reforma na Constituição, que o governo brasileiro vai enviar ao Congresso, tem por finalidade não uma reforma ampla mas a recomposição do processo constitucional. Essa afirmação foi feita pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, durante encontro com os desembargadores do Tribunal de Justiça, por ocasião de sua visita ao Recife. O ministro fez um discurso de improviso, onde destacou os principais pontos da revisão no que diz respeito ao Poder Judiciário.

Nelson Jobim disse que não poderia visitar a capital pernambucana sem que fosse estabelecido contato com os componentes do Judiciário. "Durante os quatro anos de governo temos compromissos com as administrações federal e com as estaduais. Esta é a razão pela qual venho aqui como ministro, para estabelecer esta relação". Para o integrante do

governo, o desenvolvimento econômico sustentável depende da estabilidade de suas instituições políticas e judiciais.

Falando diretamente sobre a situação do Poder Judiciário, o ministro afirmou que é importante a possibilidade de se ter um processo apto, previsível e seguro. "É necessário que se perceba a importância da instituição na parceria com o País para a estabilidade constitucional e que se mostre as reais funções do Judiciário brasileiro e, na medida em que o Brasil for se desen-

volvendo, implante as condições para se ter acesso aos tribunais federais.

Na conversa com os magistrados, que compõem a Corte Judiciária estadual, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, o ministro da Justiça disse que "chegou o momento de se rever essas questões e tornar mais definitivas as decisões da Justiça nos estados. Com isso vamos ter maior eficácia do Poder e legitimidade nas decisões de 1º grau".

Ao final do encontro, o presidente do Tribunal, desembar-



Jobim é responsável pela redação final da proposta de revisão

gador Luiz Belém de Alencar falou em nome dos desembargadores. Ele agradeceu a visita e disse que todos estão confiantes no governo do presi-

dente Fernando Henrique Cardoso. "O processo de reforma, a reorganização e o debate serão úteis para o reordenamento do Judiciário".

## Central de chamados atende Juizados

Uma central de chamados foi instalada no Departamento de Informática do Tribunal de Justiça para atendimento aos pedidos de manutenção dos programas e equipamentos de informática dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Para solicitar os serviços, o encarregado deve ligar para o telefone 4243811-ramal 238, no horário das 7 às 18h.

A centralização dos pedidos passou a ser feita para facilitar o atendimento aos chamados que chegavam ao DI e para se ter um controle do que foi feito, destaca a diretora Josiane Sedícias. "Com esse novo sistema os coordenadores dos juizados vão saber que as solicitações terão retorno mais rápido, num prazo máximo de 24 horas.

Segundo a diretora, caso ocorram muitos

chamados num mesmo período será feita uma seleção e dada prioridade de acordo com os problemas apresentados e aqueles considerados mais urgentes. Esse trabalho é uma atribuição da Divisão de Operação do Departamento de Informática do Tribunal de Justiça. Ela ressalta que a manutenção do sistema é feita pelos técnicos do setor e nos equipamentos é realizada pela empresa Pronet.

A responsável pela central de chamados, Lizete Peixoto, está fazendo um acompanhamento para se ter um controle sobre a quantidade de solicitações e os tipos de serviços. Com isso o Departamento passará a ter um quadro estatístico a respeito do sistema de computação dos juizados. Os coordenadores dos núcleos também vão poder acompanhar esses números.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Milton Frey dos Santos

**Corregedor Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessor de Imprensa:**  
Aldemir Paiva

**Relatores:**  
Roberto Tavares

**Relatores:** Lúcia Carvalho,  
Marcelo Oliveira  
**Fotógrafo:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Cláudio Dias

**Redação:**  
Fça. da República nº 54  
Andara - Recife-PE - CEP  
50.015-040 - Fone: 414.3811/9  
258 - Telex: 3118 - Fax:  
414/1822

## Criminologia

O desembargador Nildo Nery, presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, informou que a Semana de Criminologia, que vai ser realizada no au-

ditório da Universidade Católica, em março, vai dedicar debates à questão das adoções legais no país. O encontro tem a coordenação da Escola Nacional da Magistratura.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 32

# Diário Oficial

## Ceja incentiva adoção nacional

**D**iminuiu o número de crianças pernambucanas adotadas por brasileiros. A relação, hoje, só na 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, é de oito pretendentes estrangeiros por apenas um brasileiro. O quadro não é muito diferente nas diversas Comarcas do Estado, onde se verifica uma redução no interesse de pais adotivos da mesma nacionalidade que os menores.

A constatação é da Comissão Estadual Judiciária de Adoção — Ceja, que promoveu reunião, ontem, com representantes das empresas de comunicação do Estado, com objetivo de deflagrar campanha, visando a estimular o interesse de pretendentes nacionais à adoção de crianças e adolescentes pernambucanos.

O presidente da Ceja, desembargador Nildo Nery, e o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, querem repetir o êxito da campanha realizada em 1988, quando quintuplicou o número de adoções no Estado. A Comarca de Olinda, à época, colocou mais de 600 menores em famílias substitutas,

conseguindo estatística ainda maior que Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

### GANHO SOCIAL

Na opinião de Luiz Carlos, também secretário executivo da Ceja, a diminuição do interesse é decorrente da vida atribulada e financeira apertada que o brasileiro leva. Além disso, existe a desinformação. "Muita gente pensa que um processo de adoção é complicado e, na maioria das vezes, não sabe nem onde se dirigir". Sobre isso, ver box.

A pretensão da campanha não é descartar os possíveis pais estrangeiros,

mas estimular o interesse de pretendentes nacionais. Esta, aliás, é uma das competências da Ceja, que deve

mas estimular o interesse de pretendentes nacionais. Esta, aliás, é uma das competências da Ceja, que deve

tados, quanto para adotantes. Luiz Carlos cita a importância do ganho social, lembrando que o fato ocasiona a

estruturada, com apoio dos órgãos de comunicação, o brasileiro (em especial o pernambucano) tome consciência para a importância do fato. Ainda sem data prevista, o movimento deve abranger os jornais, emissoras de rádio e televisão, outdoors e outras formas de divulgação.

O secretário-executivo da Ceja lembra que a campanha anterior contou, inclusive, com a adesão do comércio e de escolas estaduais. Atualmente, a 2ª Vara da Infância e da Juventude mantém a média mensal de apenas dois brasileiros pretendentes a serem pais adotivos.



Equipe da Ceja explica sistematicamente a adoção legal

dar preferência a um brasileiro sobre um estrangeiro. E entre um estrangeiro que reside no Brasil e outro que reside fora, a primazia é sobre o primeiro.

Além dos benefícios naturalmente decorrentes de uma adoção, tanto para ado-

diminuição do número de crianças carentes e nas ruas. "A adoção por brasileiro, inclusive, permite que os menores permaneçam no seu país de origem".

### CONSCIENTIZAÇÃO

Luiz Carlos acredita que uma campanha bem

## Como adotar legalmente

Não é difícil nem burocrático fazer uma adoção legal. Os pais interessados devem se dirigir ao Juízo da Comarca, para preenchimento de ficha e entrega de documentos, junto com atestado de sanidade mental e de idoneidade moral. Na ocasião, o pretendente informa que tipo de criança prefere. É imprescindível uma conversa com a equipe técnica da Comissão, formada por psicólogos e assistentes sociais. Após a emissão de parecer favorável, num prazo máximo de 20 dias, está concluída a inscrição. O processo de adoção é gratuito e sigiloso. No caso do pretendente morar no Recife, ele deve procurar o Juizado de Menores, na Rua Fernandes Vieira.

dável uma conversa com a equipe técnica da Comissão, formada por psicólogos e assistentes sociais. Após a emissão de parecer favorável, num prazo máximo de 20 dias, está concluída a inscrição. O processo de adoção é gratuito e sigiloso. No caso do pretendente morar no Recife, ele deve procurar o Juizado de Menores, na Rua Fernandes Vieira.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Edmundo de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Aldemir Faria

Editor:

Roberto Tavares

Redatores: Lúcio Carneiro,

Marcelo Gouveia

Fotografia:

José Barbosa

Diagramação:

Cláudio Dias

Redação:

P.O. da República s/nº - 3º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.381.100 -

248 - Telex: 3116 - Fax:

4241822

## Bolsa

Na França e em Portugal não existe concurso para juiz. Os interessados são submetidos a exames seletivos e os aprovados passam por um curso de formação, com duração de dez meses para os portugueses e 31 para franceses. Durante o período de preparação à função judicante, os estagiários recebem

uma bolsa correspondente a 50% dos vencimentos de um magistrado. Estas são as condições a que chegou o desembargador Nildo Nery, em viagem de estudos àqueles países. Para o magistrado, caso as modificações sejam implantadas em Pernambuco, o tempo de preparação ideal é de 24 meses.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 33

# Diário Oficial

Escola Nacional

## Magistrados conhecem sistema estrangeiro

**A**s diferenças e semelhanças existentes entre o sistema judiciário brasileiro e as organizações judiciárias de Portugal e França foram identificadas e analisadas por ocasião de visita feita por delegação de magistrados do Brasil a esses países. O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nildo Nery, um dos dirigentes da Escola Nacional da Magistratura, com sede em Brasília, fez parte dessa comissão e destacou os principais pontos.

Na capital portuguesa, os brasileiros conheceram o Centro de Estudos Judiciários, órgão oficial ligado ao Ministério da Justiça e que cuida da seleção e formação inicial e contínua dos magistrados. O CEJ é responsável, também, pelo preparo de juízes de países estrangeiros de língua portuguesa. Segundo o desembargador, um dos integrantes do Centro — o Conselheiro Armando Leandro — fez uma exposição sobre os objetivos e metodologia de formação traçados pela instituição.

Nildo Nery adiantou que o rigoroso processo seletivo para ingresso no Centro de Estudos Judiciários

poderá vir a ser implantado pela Escola da Magistratura pernambucana. A constatação de que os resultados obtidos são positivos, faz com que se pense em trazer o sistema para o Estado, admite o magistrado.

Para fazerem a preparação inicial, os licenciados em Direito

são submetidos a testes seletivos e frequentam o curso de formação de magistrados judiciais e do Ministério Público, como auditores da Justiça. Depois passam pela fase teórico-prática, quando as matérias se distribuem em quatro jurisdições: cível, penal, laboral e menores e família. Lo-

go após essa etapa, os auditores passam por um estágio de iniciação, com duração de dez meses e por estágio de pré-afecção, que é de oito meses.

Em todas essas fases os auditores passam por avaliação contínua, que pode ser eliminatória, esclarece o desembargador per-

nambucano. O estágio inicial é feito junto aos tribunais judiciais, sob a direção de um magistrado ou membro do Ministério Público. Na pré-afecção os estagiários exercem a função judicante sob responsabilidade própria, com assistência de magistrados formadores. Concluídas as etapas, os juízes são colocados em regime de efetividade.

### FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Nos primeiros anos que seguem à nomeação efetiva, o Centro de Estudos Judiciários organiza

atividades formativas, de frequência obrigatória, por período de um mês em cada ano. Cabe ainda ao Centro assegurar a formação permanente dos magistrados. O curso preparatório à função judicante realizado na École Nationale de la Magistrature de Paris se assemelha ao de Portugal. O período de formação tem duração de 31 meses e o estágio pode ser feito em empresas privadas ou instituições públicas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Roldão de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor da Imprensa:  
Aldemar Paiva

Editores:  
Roberta Tamarit

Redatores: Lúcia Cervantes,  
Marcelo Glauco  
Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Cláudio Dias

Redação:  
Pq. da República nº 10  
Antônio - Recife-PE - CEP  
51.010-000 - Fone: 424.781.100 -  
288 - Telex: 31116 - Fax:  
424.71023



**E**m visita protocolar à capital pernambucana, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Marcos Vinícius Vilas, esteve no Tribunal de Justiça do Estado, tendo sido recebido pelos desembargadores que integram o Tribunal Pleno. O ministro entregou ao presidente do TJ, desembargador Luiz Belém de Alencar, um exemplar da revista do TCU e recebeu em troca uma publicação que retrata a história do Palácio da Justiça.

## Corpo de Bombeiros

Recomeça em março o ciclo de palestras promovido mensalmente pela Assistência Policial Militar do Tribunal de Justiça. Aproveitando a modificação ocorrida no Corpo de Bombeiros, que se desvinculou

da Polícia Militar, o major Carlos Alberto vai falar sobre a nova estrutura do Copom e sobre cuidados de prevenção contra incêndio, no dia 8 de março, às 9h, na sala do Tribunal do Júri.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 34

# Diário Oficial

## Tribunal implanta secretarias

**A** Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado foi desmembrada. Com a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Judiciário, no final do ano passado pela Assembleia Legislativa, suas ações foram vinculadas a uma Secretaria de Planejamento, Administração e Interior e a uma Secretaria Judiciária.

Agora, com o término do recesso forense, os novos departamentos, gradativamente, come-

çam a fazer parte do cenário do Tribunal de Justiça. A Secretaria de Planejamento, Admi-

nistração e Interior e a Secretaria Judiciária são, respectivamente, ocupadas por Maria de Fátima Bezerra Rodrigues Costa e José Bezerra.

### PLANEJAR E ADMINISTRAR

Com a mudança, passa a fazer parte da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior a organização, direção e controle de pessoal, planejamento, orçamento, finanças, infra-estrutura e suporte à informática do Tribunal de Justiça. Cabe também a parte administrativa ligar às Comarcas do interior do Estado.

Neste caso, a nova secretária Fátima Rodrigues (ex-chefe de gabinete da presidência do Tribunal de Justiça), fica com a responsabilidade de cumprir as políticas

de ação determinadas pelo Código de Organização Judiciária do Estado e, entre outras atribuições, junto às demais diretorias, coordenar a implantação de programas e projetos executivos do TJ.

A programação orçamentária anual do Poder Judiciário também fica sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior. Fátima deve adaptar essa programação às necessidades do TJ em manter contato com o Poder Executivo sobre o cumprimento da execução orçamentária.

Elaborar planos e projetos de informatização e modernização administrativa e coordenar a aplicação das políticas de pessoal e de remuneração além de planejar e orientar programas de desenvolvimento de recursos humanos, de ca-

taquigrafia, jurisprudência, biblioteca e distribuição processual do Tribunal de Justiça.

As atividades da Secretaria Judiciária serão, inclusive, informadas ao presidente Luiz Belém, do TJ. A cada três meses, o secretário José Bezerra deve encaminhar resumo estatístico do que vem sendo feito nas áreas sob sua responsabilidade. Sobretudo no que diz respeito aos procedimentos legais necessários à instalação de Comarcas do Interior e Varas da Capital.



Fátima assume atribuições de planejamento e administração



O ex-secretário-geral José Bezerra, que assume a Secretaria Judiciária

pacitação, reciclagem e qualificação de pessoal são algumas outras atribuições da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior.

### INDEPENDÊNCIA

Falta pouco para que as respectivas Secretarias de Planejamento e Judiciária estejam trabalhando independentemente uma da outra. Por enquanto, segundo o secretário Judiciário José Bezerra, ainda há necessidade de alguns ajustes. Bezerra e Fátima mantêm reuniões permanentes no sentido de que a desmembramento da Secretaria Geral se dê por completo.

A mudança ocasiona atribuições específicas à Secretaria Judiciária, como o controle das atividades relativas aos feitos cíveis e criminais,



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Azevedo

Vice-Presidente:  
Des. Nilton Herr dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Paiva

Editores:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Góes

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Rua da República nº 30 - 3º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3511/10  
358 - Telex: 3116 - Fax:  
4241332

## Mudança

Já estão instalados no 3º andar do prédio do Tribunal de Justiça os gabinetes de 11 desembargadores e alguns departamentos. Funcionam no local o Departamento de Informática, Taquigrafia, Financeiro e de Plane-

jamento. A mudança foi feita logo após a conclusão das obras feitas no pavimento, que inclui a definição de novas áreas, consertos na cobertura e assoalho e reparos nas instalações elétricas e hidráulicas.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 18 DE FEVEREIRO DE 1995 Nº 35

# Diário Oficial

## AMB faz pesquisa sobre Judiciário

A Associação dos Magistrados Brasileiros está realizando uma pesquisa com juízes de todo o País, que visa fazer um diagnóstico da Justiça. Em Pernambuco, a entidade representativa da classe vai trabalhar no sentido de incentivar os associados a responderem o questionário e remetê-lo à sede da AMB, situada à rua Alves de Brito, 442, Florianópolis, Santa Catarina.



José Fernandes acompanha desenvolvimento dos trabalhos

O presidente da Associação de Magistrados de Pernambuco — Amepe, José Fernandes Lemos, recebeu documento onde estão especificados o objetivo do trabalho e a forma de aplicação dos questionários. No comunicado, o presidente da AMB, Paulo Benjamin F. Galloti, destaca "o papel relevante que caberá às associações estaduais e setoriais na divul-

gação do projeto e motivação dos colegas, bem como no levantamento de dados junto aos Tribunais".

A pesquisa objetiva a elaboração de um amplo perfil dos magistrados em atividade no País, a obtenção de informações acerca dos já aposentados e, ainda, dados relativos à estrutura do Poder Judiciário. Os questionários estão sendo enviados a todos os

segmentos da Justiça Comum e das áreas específicas de atuação (Federal, militar e trabalhista) abrangendo todas as instâncias.

Segundo José Fernandes, a Associação dos Magistrados Brasileiros quer alcançar o retrato fiel da realidade. Identificando as deficiências e necessidades para que a partir daí se possa buscar um aprimoramento institucional do Judi-

ciário e, conseqüentemente, prestar um melhor atendimento à sociedade, "que cada vez mais demanda a prestação jurisdicional e reclama sua maior efetividade", argumenta.

No Estado devem receber o questionário cerca de 325 magistrados que, como nos demais estados, terão suas identidades mantidas em absoluto sigilo, conforme informações

da coordenação da proposta. José Fernandes disse ainda, que à Amepe não cabe a aplicação dos formulários, já que essa função é da entidade nacional. "A remessa direta aos associados deve-se à intenção de evitar a atribuição do referido encargo e dos ônus às associações filiadas".

A pesquisa compreende duas partes: a primeira objetiva o conhecimento das características dos magistrados brasileiros e a percepção que têm da sociedade, do funcionamento das instituições jurídicas e da adequação do Poder Judiciário ao novo contexto de democratização existente no Brasil. A segunda, ainda em processo de elaboração, constará do tratamento dos dados obtidos junto aos Tribunais, relativos às condições apresentadas pela instituição.

Para execução da pesquisa "O Ma-

gistrado e o Poder Judiciário", a Associação dos Magistrados Brasileiros firmou convênio com o Instituto Universal de Pesquisa do Rio de Janeiro. Para maiores esclarecimentos os interessados devem enviar comunicado à Associação ou à subsele localizada na Av. Erasmo Braga, 115, Rio de Janeiro.



### PODER JUDICIÁRIO

#### Presidente:

Des. Luiz Sérgio de Azevedo

#### Vice-Presidentes:

Des. Nildo Nery dos Santos

#### Corregedor-Geral:

Des. Raulício de Sá Sampaio

#### Assessor de Imprensa:

Adriana Paiva

#### Editores:

Roberto Tavares

#### Redatores:

Lúcia Corrêa, Marcelino Oliveira

#### Fotógrafo:

João Barbosa

#### Diagramação:

Cláudio César

#### Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.39.118

255 - Telex: 3116 - Fax:

424.1822

## Concurso

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região abre concurso público para provimento de cargos de juiz do trabalho substituto. As inscrições podem ser feitas até o dia 20 do próximo mês no TRT da 17ª Região,

localizado à Rua Pietrângelo de Biase, 33, Vitória do Espírito Santo. Os interessados devem efetuar o pagamento de taxa, no valor de 1,5% do vencimento do cargo de juiz a ser recolhida na Caixa Econômica, agência 167-Op.006-conta nº 309-1.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1985 Nº 38

# Diário Oficial

## Juizados têm novo sistema de informática

*O Departamento de Informática do Tribunal de Justiça desenvolveu um sistema que possibilita maior controle na distribuição processual dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. A instalação do novo sistema, denominado Versão 04, proporciona também redução na quantidade de chamados técnicos causados por falhas de "software". Com isso se tem mais segurança dos programas e banco de dados.*

Desde que foi instalado em ambiente de rede, o programa vem sendo aprimorado. A Versão 04 permite ao operador do sistema uma maior interação com o processo de registro das informações "e dessa forma se tem maior velocidade, consistência e integridade dos dados anotados", destaca a diretora do Departamento, Josiane Seidias. Outra característica é o equilíbrio na distribuição dos processos.

O sistema tem permitido regularidade no atendimento de queixas e viabilizado a realização



Josiane comanda as ações no setor de informática



Informatização agiliza trabalho nos juizados

de audiências. Para o público usuário o sistema representa rapidez na obtenção de informações re-

elaboração de uma nova versão que permitirá interligação entre os diversos juizados do Estado, com a realização de consultas sobre o andamento e movimentação dos processos.

Foram beneficiados com a instalação da Versão 04 os juizados do Cordeiro, Petrolina e Prazeres. O sistema agiliza as secretarias dos juizados, o cálculo de custas e emissão de estatísticas, ambos de fundamental importância para a realização do trabalho e prestação do serviço.

ferentes à situação e andamento do processo, diz Josiane. "As consultas são realizadas pelo operador do Sistema e os dados podem ser acessados pelo número do processo, data da última audiência e até mesmo pelo nome da parte".

Ainda para o usuário, o Versão 04 possibilita a imediata realização de audiência após o registro das informações a respeito das partes, agilizando o andamento do processo. Segundo a diretora, o Departamento de Informática está desenvolvendo um projeto para



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Bôtes de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Mildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemir Faria

Editores:  
Roberta Tavares

Relatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Glaser  
Fotografia:  
Jorge Barbosa

Diagramação:  
Celeste Dias

Redação:  
Pra. da República s/nº - 5ª  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.381.188  
288 - Telex: 3116 - Fax:  
424.7822

## Orçamento

Através de sua Assessoria de Planejamento, o Tribunal de Justiça começa, este mês, a elaboração de sua proposta orçamen-

tária 96. As prioridades serão definidas junto à presidência do TJ. A informação é do assessor José Tácito de Oliveira.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA 04 DE ABRIL DE 1995 Nº 63

# Diário Oficial

Judiciário

## Pesquisa detecta dificuldades

**D**e depois de distribuir em todo país questionário com 259 perguntas acerca das dificuldades de atuação da magistratura nacional, a Associação dos Magistrados do Brasil inicia a segunda fase da pesquisa que busca traçar o perfil do juiz brasileiro.

O exemplo, segundo o corregedor da Justiça do Rio de Janeiro, mostra que o Judiciário exerce efetivamente seu autocontrole, às vezes com excessivo rigor. "Isso afasta a falsa propagação de que a magistratura age com corporativismo".

Se a primeira etapa esteve voltada ao levantamento das dificuldades materiais de trabalho do magistrado, como situação dos Fóruns, residências oficiais, carência de servidores e coleta de sugestões de melhoria, a nova etapa procura saber como o Judiciário exerce controle sobre seus próprios integrantes.

De acordo com o desembargador Paulo Roberto Freitas, corregedor geral da Jus-

tiça carioca, o objetivo agora é saber quantos processos criminais e/ou administrativos ocorrem contra juízes nos respectivos Estados e quais os resultados verificados.

"Nos últimos quatro anos, o Rio de Janeiro instaurou 300 representações contra juízes, por acusação de faltas funcionais, afora 19 ações penais, resultando em quatro condenações a perda privativa de liberdade".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Beltrão de Azevedo

Vice-Presidente:  
Des. Nilton Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemar Paiva

Editor:  
Roberto Tarroni

Relatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Gluck  
Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pça. da República 107 - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-000 - Fone: 424.3811/8  
255 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Pernambuco colabora

A pesquisa nacional, que objetiva a elaboração de amplo perfil dos juízes em atividade no país, é coordenada pela Associação dos Magistrados do Brasil, em convênio

com o Instituto Universal de Pesquisa do Rio de Janeiro. Tem apoio das associações estaduais, no que diz respeito ao repasse do questionário aos associados.

Em Pernambuco, cerca de 325 juízes das três Entrâncias receberam as perguntas através da Associação dos Magistrados do Estado. Conforme o presidente da entidade, juiz José

Fernandes Lemos, os entrevistados terão a identidade mantida em sigilo.

"O magistrado e o Poder Judiciário", segundo o corregedor carioca Paulo Roberto

Freitas, não tem prazo de conclusão definido, mas se propõe a identificar as deficiências e necessidades da área, para que se possa buscar o aprimoramento institucional.



Freitas: a pesquisa busca o aprimoramento do Judiciário

## Assessor militar

**A**ntes de assumir a Assistência Policial Civil e Militar do Tribunal de Justiça, o novo assessor tenente-coronel Emmanuel Plácido Oliveira de Moraes comandava o Batalhão de Guardas da Polícia

Militar de Pernambuco. Ex-ajudante de ordem dos governos Marco Maciel e Roberto Magalhães e ex-comandante do Colégio da PMPE, o coronel Plácido é concluinte de curso de Direito.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 13 DE MAIO DE 1995 Nº 89

# Diário Oficial

## Brigada contra incêndio é prioridade

**U**ma brigada contra incêndio formada por servidores treinados figura na lista de prioridade do novo assistente policial militar e civil do Poder Judiciário, tenente-coronel Emmanuel Plácido Oliveira de Moraes. A ideia é concluir o plano de segurança do Tribunal de Justiça, traçado pelos coronéis Francklin Bezerra e Miguel Ximenes, antecessores no cargo.



O coronel Plácido pretende concluir implantação do plano de segurança

O plano teve início em gestões passadas com vistoria do TJ e emissão de laudo técnico do Corpo de Bombeiros, colocação de extintores nos andares do prédio e campanha de esclarecimento aos servidores com afixação de cartazes sobre procedimentos adequados em caso de focos de pequena e média intensidade. O projeto previa a implantação da brigada a médio prazo apenas no Tribunal de Justiça.

A diferença agora é que os Fóruns Paula Batista e Cirilo Wanderley passam a fazer parte do plano de segurança, por decisão do coronel Plácido. De construção antiga e elevadores obsoletos, além de absorverem forte demanda funcional e de visitantes,

ambos terão suas dependências vistoriadas e passarão a contar com brigada própria contra incêndio.

Somente depois da vistoria será definido o prazo de implantação da brigada. O grupo receberá treinamento do Corpo de Bombeiros, ficando apto a manejar extintores, evacuar pessoas e ministrar primeiros socorros. O pessoal será submetido a reciclagens periódicas. A implantação da brigada não exclui a atuação dos bombeiros, mesmo nos casos de menor intensidade.

## Juizado fiscaliza bancas de revistas e locadoras

**P**or determinação dos juizes Bartolomeu Bueno e Luiz Carlos Figueiredo, titulares das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude da capital, dentro de mais 15 dias bancas de revistas e locadoras de fitas de vídeo passam a receber fiscalização direta do Juizado de Menores.

O objetivo é fazer cumprir os artigos 77 e 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ambos com parágrafo único, que proíbem locação de fitas e vendas de revistas e publicações impróprias a menores de 18 anos.

A desobediência prevê multa de três a 20 salários de referência, apreensão das revistas e até interdição do estabelecimento por 15 dias, em caso de reincidência. Os proprietários de bancas e locadoras devem afixar no local adesivos contendo o texto da lei.

Confeccionados com apoio do Clube de Diretores Lojistas os adesivos orientam também o usuário a participar da campanha, solicitando que ele comunique ao Juizado os casos de descumprimento da norma. O titular da 2ª Vara da Infância afirmou que a intenção não é punir, mas proteger os direitos do menor assegurados pelo Estatuto.



Luiz Carlos: objetivo é proteger os direitos do menor



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luis Beltrão de Almeida

Vice-Presidente:

Des. Nildo Mary dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Aldemir Paiva

Editor:

Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavalcini,

Marcelo Glauco

Fotografias:

João Barbosa

Diagramação:

Celene Dias

Redação:

Pq. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.030-040 - Fone: 424.3811/10

285 - Telex: 3110 - Fax:

4341822

## Detran

A pesar de o Fórum Paula Batista ter mudado o horário para tarde, o Posto do Detran, criado na atual gestão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador

Luís Belém de Alencar, continua funcionando pela manhã. O posto presta serviço de renovação de carteira para os servidores do Poder Judiciário e público em geral.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 20 DE MAIO DE 1995 Nº 94

# Diário Oficial

Centro de Acolhimento

## Juiz analisa situação de menores infratores

*Ociosidade, excesso de prazo na internação, facilidade de ingresso de drogas e inexistência de segurança externa. Numa análise de Luís Carlos de Barros Figueiredo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, estes são os principais problemas que afetam o Centro de Acolhimento Provisório da Fundac.*

O Cap, na opinião de Luís Carlos, funciona na prática como uma espécie de Anibal Bruno e menores. De janeiro de agora houve registro

de 135 fugas. Quatro rebeliões foram praticadas nos últimos 30 dias, havendo confronto e violência entre policiais e internos.

Dados fornecidos pelo juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude comprovam que a população do Centro de Acolhimento Provisório

é integrada por infratores graves, com homicidas e estupradores, dos quais 70% são provenientes do interior do Estado.

"É preciso cumprir

o prazo de 45 dias da sentença. Se isso não ocorre, o juiz da Comarca tem obrigação de transferir o menor do Cap para o Centro de

Reeducação de Menores, no Cabo, se for menino. Ou para o Lar Santa Luzia, no Cordeiro, se for menina".

De acordo com o juiz Luís Carlos Figueiredo, a população do Cap é formada em sua maioria por infratores graves porque aos infratores leves são aplicadas as medidas sócio-educativas em meio aberto, ou seja, penas que prevêm a prestação de serviço à comunidade, sem perda da liberdade.

## Sampaio defende medidas em meio aberto

Há cerca de um mês, quando os menores do Centro de Acolhimento Provisório começaram a provocar motins, alguns deles com fugas, o corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, baixou normas visando à agilização dos processos relativos à Infância e Juventude.

A primeira providência a ser tomada é o cumprimento do prazo de 45 dias que

os juízes têm para julgar os menores internos, especialmente os que são do interior. A instrução do processo em tempo hábil, segundo Sampaio, evita a superpopulação dos menores no Centro de Acolhimento.

Sampaio determina, ainda, que em casos de infração leve se dê preferência à aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto, que buscam a recuperação do menor sem desligá-lo

do ambiente familiar. Estatísticas das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude comprovam que a recuperação nesses casos é de quase 100 por cento.

As medidas sócio-educativas em meio aberto fazem parte de modelo de liberdade assistida, implantado em Pernambuco no segundo semestre do ano passado. Lançado em livro, através de convênio entre o Poder Judiciário e o Unicef

o trabalho é resultado de pesquisa elaborada pelas equipes multi-

profissionais das duas Varas da Infância e da Juventude da Capital.



Sampaio determina normas de agilização de



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luís Belém de Alencar

Vice-Presidentes:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aparecida

Editor:  
Rafaela Torres

Assessor:  
Oswaldo Avelino, Marcelino

Impressão:  
Imp. J. J. J.

Reprodução:  
Imp. J. J. J.

Distribuição:  
Imp. J. J. J.

Ass. de Exp. e Circ. - 5ª And.  
Rua - Recife - PE - CEP  
50000-000 - Fone: 424.20111  
Fax: 424.20111 - Telex: 3116 -  
Rex-400021

## Bingo

Hoje, às 16h, no buffet Cristina Manzi, a Associação de Esposas de Magistrados do Estado promove a Tarde de Sorte. A presidente da entidade, Suzana Maciel, diz que os recursos do bingo serão desti-

nados a trabalhos filantrópicos. Ela pretende arrecadar fundos para atender servidores carentes do Tribunal de Justiça e ajudar o Manicômio Judiciário. Os ganhadores do bingo receberão eletrodomésticos.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1995 Nº 96

# Diário Oficial

### Mutirão

## Recife e Olinda recebem reforço



João Belém de Alencar coordena o mutirão nas Varas Cíveis do Recife e Olinda

**O** presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, designou dez juízes para atuar no mutirão judicial da 10ª Vara Cível da Capital e das 1ª, 2ª e 3ª Cíveis de Olinda. Aprovados em concurso público e recentemente empossados, os novos magistrados vão trabalhar sob a coordenação do juiz corregedor auxiliar João Nunes.

Instalado na semana passada, o mutirão não tem prazo definido para conclusão. O objetivo, à semelhança do que ocorre na Comarca de Jaboatão, é auxiliar os juízes titulares das respectivas Varas e agilizar o andamento de processos acumulados. O mutirão será estendido às demais Comarcas pernambucanas.

De acordo com a determinação do presidente Belém de Alencar, a 10ª Vara Cível da Capital recebe o reforço dos magistrados Cristiane Gouveia de Barros, Márcio Bastos Sá Barreto, Abérides

Nicéas de Albuquerque Filho e Heraldo José dos Santos.

Em Olinda ficam Kathya Gomes Veloso e Ernesto Bezerra Cavalcanti na 1ª Cível. Edson José de Andrade Coutinho e Sylvio Paz Galdino de Lima foram designados para a 2ª Cível, enquanto Edson José Gonçalves Cavalcanti e Julio Cezar Santos da Silva respondem pelo mutirão na 3ª Cível daquela Comarca.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessores de Imprensa:**  
Regina Botelho

**Editores:**  
Roberta Trazzi

**Redatores:**  
Christiane Alencar, Marcel Glaser

**Fotografia:**  
Aneel Bastos

**Diagramação:**  
Celso Dias

**Redação:**  
Pra. da República s/nº - 5ª Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 434.3814/14  
Rancho 225 - Telex: 3116 - Fax: 434/1822

### Magistratura

## Esmape abre inscrições

**C**omeça no dia 7 de agosto o Curso de Preparação à Magistratura realizado pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Com uma carga horária de 720 horas/aula, distribuídas em três semestres, o curso é destinado a bacharéis em Direito. A Esmape oferece 100 vagas em duas turmas.

As inscrições se encerram no dia 16 de junho. A taxa de R\$ 30,00 é paga na Agência do Bandede, no Fórum Cyrillo Wanderley, em nome da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. O comprovante de pagamento será entregue à secretaria da Esmape, entre 9 e 22h, junto com a cópia autenticada da carteira de identidade do candidato.

A matrícula ao curso, no entanto, está condicionada à aprovação do candidato em exame prévio, no dia 3 de julho, às 18h, em local a ser divulgado pela Esmape, devendo o interessado apresentar identidade e cartão de inscrição. De acordo com o juiz Frederico Neves, diretor em exercício da

Diretor da Esmape anuncia curso de preparação à magistratura



Escola, a nota global mínima exigida no processo seletivo é seis.

O programa do exame seletivo consta de Direito Civil e Penal, Processual Civil e Processual Penal, Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Durante a prova, o candidato pode consultar a legislação não comentada e não anotada.

## Agenda

A convite do Tribunal de Justiça da Paraíba, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luís Belém de Alescar, participou, no final de semana, do Congresso dos Magistrados

Paraibanos. De volta ao Recife, ele recebeu em audiência o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Eyrico. Em pauta, assuntos de interesse comum aos Poderes Legislativo e Judiciário.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1995 Nº 101

# Diário Oficial

## Relatório aponta Produtividade Forense



Corregedor Sampaio: números animadores

**O** Movimento Forense das três Entrâncias da Justiça Estadual no segundo semestre de 1994, de acordo com relatório da Corregedoria Geral, atingiu o percentual dos 140 por cento de produtividade em relação ao número de feitos iniciados. Entre os 64.826 processos abertos, foram realizados 91.217 julgamentos

mas Comarcas, um acervo antigo muito grande", relata Sampaio.

O elevado número de prescrições decretadas em todo o Estado, que totalizou 2.054 no referido período, segundo Sampaio, foi um ponto preocupante do relatório. "É um número inadmissível, por se referir a processos de natureza criminal".

De acordo com o corregedor, muitas dessas prescrições acontecem pela falta de estrutura material e pessoal do Judiciário. "Sem contar os artifícios processuais, que por vezes retardam o andamento dos processos".

### MUTIRÃO

Tornar a prestação jurisdicional mais eficiente. Esse é o objetivo do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral com a criação dos mutirões em Comarcas e Varas de grande acervo, na capital e no interior.

"Só assim poderemos evitar a ocorrência, por exemplo, de tantas prescrições", adiantou o corregedor geral. Além dos mutirões, a corregedoria e TJPE estão realizando treinamento para reciclar juízes e serventários.

Segundo Sampaio, mais importante que o treinamento, é imprimir uma consciência profissional de presteza e eficiência. Outra medida tomada foi a de dividir a fiscalização do Estado em cinco regiões, para acompanhar mais de perto o módulo judiciário, constituído do judicial e do extrajudicial.

"Como se pode ver, o resultado, apesar das preocupações existentes, é animador. Hoje se julga mais do que se ajuíza e espero continuar nesse ritmo, com o apoio de todos. Só assim chegaremos próximo do ideal de servir bem", finalizou Sampaio.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alescar  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Beltrão  
**Editores:**  
Roberto Tavares  
**Enxobreadores:**  
Christiane Alvim, Marcon  
Giacin  
**Fotografia:**  
João Barbosa  
**Diagramação:**  
Cristina Dias  
**Redação:**  
Pq. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50810-840 - Fone: 424.3811/1  
Rural 125 - Telex: 3116 - Fax: 404/832

O volume de processos julgados — 40 por cento acima dos feitos iniciados —, segundo o corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, oferece uma perspectiva animadora no trabalho que vem sendo desenvolvido pela Corregedoria.

"Evidentemente, não temos condições de reduzir drasticamente o acervo acumulado de muitos anos de uma hora para outra. O trabalho do juiz, além de artesanal, envolve entraves processuais que dificultam uma prestação mais rápida".

O acervo, citado pelo corregedor, acumulava no início deste ano o total de 498.626

processos, o que, segundo ele, representa um volume bastante considerável. "Apesar disso, como mostram os números publicados, ainda que em pequena dose, o acervo geral está diminuindo", acrescentou Sampaio.

### AUDIÊNCIAS

A produtividade das três Entrâncias em número de audiências, em comparação com relatórios anteriores, também supera as expectativas, de acordo com a análise da Corregedoria Geral da Justiça.

Esse dado, acrescenta o desembargador Francisco Sampaio, foi beneficiado com o aporte de cerca de 100 juízes do último con-

curso realizado. Ao total, foram feitas 62.685 audiências no segundo semestre de 1994.

A tramitação de precatórias é outro dado positivo, segundo a Corregedoria. "Apesar das dificuldades, alcançamos o índice de 100 por cento, o equivalente a dizer que não estamos deixando resíduos, apesar de haver, em algu-

## Mov. forense (resumo)

|                                            |         |
|--------------------------------------------|---------|
| Feitos iniciados                           | 64.826  |
| Feitos julgados                            | 91.217  |
| Audiências realizadas                      | 62.685  |
| Prescrições decretadas                     | 2.054   |
| Feitos que passaram p/1º Trimestre de 1995 | 498.626 |

ARQUIVO

## Plantão judicial

**D**e acordo com determinação do corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, o feriado forense de junho terá cobertura de dois juizes a cada dia, no período de 26 a 30. Em consequência da demanda de processos, serão escalados juizes de competência cível e criminal.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 02 DE JUNHO DE 1995 Nº 103

# Diário Oficial

### Mulher

## Presença forte na magistratura

**M**aria Margarida de Souza é juíza substituta de 1ª Entrância na Comarca de Itapissuma. Assim como ela, aprovada em concurso público, outras quatro também foram nomeadas e designadas pelo desembargador-presidente do Tribunal de Justiça Luiz Belém de Alencar, para responder pela maioria das sete Comarcas instaladas no ano passado em Pernambuco.



Auri Alexandre, presença marcante na magistratura pernambucana

pelo Tribunal mostram que a cada dia se torna maior o interesse da mulher pela carreira de magistrada.

Espalhadas nos municípios pernambucanos, elas demonstram capacidade de desempenho e enfrentam situações de risco. Maria Auri Alexandre chegou a ser comparada à juíza carioca Denise Frossard, quando respondia pela Comarca de Floresta, recebendo até ameaças de morte. Hoje, mais tranqüila, ela se encontra na 1ª Vara Cível do Cabo.

A primeira mulher a ingressar na magistratura pernambucana foi Magui Lins Azevedo. Nomeada e empossada em março de 1966, ficou até 1989 como única represen-

tante feminina no Poder Judiciário estadual. Responsável pela 7ª Vara Criminal, Magui só tem duas colegas na terceira Entrância: Maria Aparecida Costa e Valéria Wanderley, respectivamente do Juizado de Pequenas Causas do Rosário e da 10ª Vara Cível.

Jucineide Freitas, Maria Thereza Paes, Ana Paula Pinheiro e Maria Betânia Rolim são as juízas que, juntamente com Maria Margarida de Souza, de Itapissuma, foram designadas para ocupar as Comarcas de 1ª Entrância instaladas no ano passado. Respectivamente, elas respondem pelo atendimento jurisdicional em Jupi, Lagoa de Itaenga, Chã Grande e Calçados.

O dado comprova o crescimento da presença feminina na magistratura estadual. Ho-

je, elas somam 44, sendo nove na primeira Entrância, 32 na segunda e três na capital. O

número ainda é pequeno se comparado aos cerca de 250 juizes, mas os concursos realizados

### Juizes

## Avaliação de desempenho

Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco promovem Seminário de Atualização e Orientação para juizes em processo de vitaliciamento. O encontro é realizado na Esmape, em duas etapas, nos dias 8/9 e 16/17 de junho. A abertura dos trabalhos está a cargo do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar.

O Seminário de Atualização e Orientação tem objetivo de acompanhar o desempenho dos juizes substitutos de 1ª Entrância, com menos de dois anos de função e que se encontram em estágio probatório. Os 98 participantes vão discutir alterações do código de processo civil, vitaliciamento, qualidade da sentença e reforma penal.

Dentre os instrutores, encontram-se os desembargadores Nildo Nery e Napoleão Tavares, os juizes Jones Figueiredo, Fernando Cerqueira e Roberto Ferreira Lins. Ao corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco Sampaio, cabe o encerramento do encontro. O Seminário de Atualização e Orientação dá direito a certificado de frequência e aproveitamento.



Belém de Alencar vai abrir o seminário de atualização



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Regina Beltrão

Editor:

Roberto Tavares

Relatores:

Christiane Almeida, Marcos

Glauco

Fotografia:

José Baptista

Diagramação:

Celene Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5ª Andar

Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.3811/

Ramal 225 - Telex: 3116 -

Fax: 4241822

## Medalha

Os juizes Luciano de Castro Campos e Gilvan Macedo dos Santos, respectivamente da 6ª Vara Criminal e da Comarca de Garanhuns recebem sexta-feira (9) a Medalha do Mérito Pernambucano Policial Militar dentro das comemorações dos 170 anos de aniversário da

Instituição. Também são homenageadas a secretária de Administração do Tribunal de Justiça, Maria de Fátima Bezerra Costa, e a delegada Maria Segunda, da assessoria policial do TJ. A comenda é entregue pelo comandante geral da PM, coronel Jorge Luiz de Moura.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 03 DE JUNHO DE 1995 Nº 104

# Diário Oficial

## Tribunal se congratula com PMPE

Com a presença de magistrados e representantes do Poder Judiciário estadual, o Tribunal de Justiça se associa às comemorações de aniversário dos 170 anos de criação da Polícia Militar de Pernambuco.

Iniciadas no sábado (3), com a XVIII Prova Guararapes de Pedestrianismo, partida e chegada no Quartel do Derby, as solenidades se estendem por toda a semana e se encerram no domingo (11), com Torneio Hípico realizado no Regimento de Polícia Montada.

De acordo com o comandante geral da PMPE, coronel Jorge Luiz de Moura, "a Polícia Militar completa 170 anos de profícuo serviço em prol da ordem pública e tranquilidade pernambucana". As solenidades têm a participação de representantes das polícias de São

Paulo, Ceará e Paraná.

A cerimônia militar de aniversário, ponto alto das comemorações, acontece na sexta (9), no Clube Português, com entrega da Medalha do Mérito Policial Militar a pessoas que se destacaram em relevantes serviços prestados à PMPE.



A sede da PMPE é um dos mais bonitos monumentos pernambucanos

Novos juizes

## Esmape encerra Curso de Iniciação

Curso de iniciação à função judicante, promovido pela Escola da Magistratura, Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral e ministrado para os novos integrantes do Judiciário estadual, chega ao seu final na quarta-feira, dia 7.

Iniciado no mês passado, o curso tem por objetivo colocar os novos magistrados, que estão ingressando na carreira, em contato com uma realidade que eles encontrarão nas Comarcas para as quais forem designados.

Para isso, os juizes substitutos de 1ª Entrância realizaram estágio em diversas Varas, analisaram casos práticos, estudaram procedimentos de rotina e assistiram às palestras sobre diversos temas jurídicos, sempre acompanhados por desembargadores e juizes, que atuaram como instrutores.

Na segunda-feira, dia 5, por exem-

plo, os novos magistrados fazem estágio nas Varas Criminais, inclusive nas do Júri. Antes, pela manhã, assistem à exposição do desembargador Agenor Ferreira sobre "Recursos no Crime — questões práticas".

Na abertura do curso, os novos juizes foram saudados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, e pelo diretor da Esmape, desembargador Cláudio Américo de Miranda. Na quarta, dia 7, caberá ao corregedor geral, desembargador Francisco de Sá Sampaio, fazer a palestra de encerramento do curso.



Miranda: saudação aos magistrados



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar  
Vice-Presidente:  
Des. Nilton Mary dos Santos  
Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
Assessor de Imprensa:  
Regina Ribeiro  
Editores:  
Roberto Tavares  
Redatores:  
Christiane Alcântara, Marcelo Glauco  
Fotógrafo:  
Jozail Barbosa  
Diagramação:  
Cláudia Dias  
Redação:  
Pra. da República 667 - 8º Andar - Recife-PE - CEP 50.095-040 - Fone: 426.78111 Ramal 225 - Telex: 3116 - Fax: 424.0822

## Examinadores

A Comissão Examinadora do concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância, que está sendo realizado pelo Tribunal de Justiça (ver matéria abaixo), é constituída, além do

seu presidente, desembargador Benildes de Souza Ribeiro, pelos desembargadores Mário Melo e José Maria Florentino e pelo representante da OAB-PE, Nilzardo Carneiro Leão.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 1995 Nº 106

# Diário Oficial

### Concurso de juizes

### Comarcas

## Movimento satisfatório

## Comissão finaliza correção das dissertações

A Comissão Examinadora do concurso público para Juiz Substituto de 1ª Entrância está finalizando a correção das provas dissertativas, equivalente à segunda etapa do processo seletivo. Quem informa é o próprio presidente da Comissão, desembargador Benildes Ribeiro.

Segundo ele, não há previsão para a divulgação do resultado final do concurso. "Se dependesse dessa presidência, o resultado final sairia até setembro, no máximo. No entanto, os examinadores têm

que, além de corrigir as provas, atender ao volumoso trabalho afeto à sua função judicante".

Participaram da 2ª etapa do concurso 510 candidatos aprovados na prova objetiva — pouco mais de

20 por cento do número total de inscritos para a seleção. Além da exigência do conhecimento jurídico específico, a correção da prova dessa fase também observará o uso adequado da Língua Portuguesa.

"A dissertação serve para aquilatar o nível intelectual do candidato", afirma o

desembargador Benildes, referindo-se à prova da 2ª etapa, onde é sorteado um ponto do programa do concurso como tema para ser desenvolvido.

Terminada a correção da 2ª fase, os candidatos ainda terão duas etapas até sair o resultado final. A prova prática de sentença (civil e penal) e a prova oral, da qual só farão parte os candidatos aprovados e que tiveram seus pedidos de inscrição definitiva deferidos pelo Tribunal de Justiça.

### ETAPAS DO CONCURSO

#### 1) REALIZADAS

- 1ª Etapa: PROVA OBJETIVA
- 2ª Etapa: DISSERTAÇÃO (provas em fase de correção)

#### 2) A SEREM REALIZADAS

- 3ª Etapa: PROVA PRÁTICA (SENTENÇAS)

OBS: Os candidatos aprovados nesta fase devem requerer suas inscrições definitivas, que serão ou não deferidas pelo TJPE.

- 4ª Etapa: PROVA ORAL

Dados fornecidos pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, indicam que é satisfatório o movimento processual nas sete comarcas de 1ª Entrância, instaladas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, no ano passado.

No quarto trimestre de 94, houve registro de 1.506 feitos nas Comarcas de Lagoa do Ouro, Tuparetama, Jupi, Lagoa de Itaenga, Itapissuma, Chã Grande e Calçados. No mesmo período, 263 sentenças foram dadas pelos respectivos juízes Agnaldo Esteves, José Tadeu dos Passos, Juçineide de Freitas, Thereza Paes, Margarida Souza, Paula Pinheiro e Betânia Rolim.

A Comarca de Itapissuma recebeu o maior número de ações (565), seguida de Lagoa de Itaenga com 352 e o maior número de sentenças foi dado em Tuparetama (99). De acordo com Sá Sampaio, os números comprovam a

necessidade de implantação do atendimento jurisdicional naquelas áreas pernambucanas.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidentes:**  
Des. Luiz Belém de Alencar  
**Vice-Presidentes:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Batista  
**Editores:**  
Roberta Tavares  
**Redatores:**  
Christiane Alcântara, Marcelo Glório  
**Fotografar:**  
José Barbosa  
**Diagramação:**  
Celso Dias  
**Redação:**  
Pça. da República s/nº - 5ª Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3613  
Ramal 225 - Telex: 3118 - Fax: 4241822



Benildes diz que não há previsão para sair resultado final

## Todos

**A**lém do treinamento que está sendo realizado com os servidores de todas as secretarias (ver matéria abaixo), a Coordenadoria de Recursos Humanos da Corregedoria Geral já tem um trei-

namento pronto para os oficiais de Justiça e para os demais serventuários que atuam na Corregedoria. O objetivo é que, até novembro, todos tenham passado por um processo de reciclagem.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 1995 Nº 108

# Diário Oficial

## Corregedoria treina servidores

**A** Corregedoria Geral da Justiça está realizando treinamento com todos os serventuários de secretarias judiciais da capital. Iniciado no mês passado, o trabalho é dividido em dois módulos e atinge cerca de 500 servidores.

A primeira etapa do treinamento, que foi iniciada no dia 22 de maio e será encerrada hoje, dia 9, está sendo realizada com os chefes das secretarias judiciais. Nos

cronograma para o treinamento que não prejudicasse o trabalho normal nas secretarias", adianta Rita de Cássia Freitas de Sousa, coordenadora de Recursos Hu-

manos da Corregedoria. "Partimos desta premissa, com o objetivo de iniciar um processo de mudança no ambiente de trabalho".

A melhoria na

desse processo de reciclagem.

### MÓDULOS

Segundo a chefe do Núcleo de Desenvolvimento Pessoal, Célia Sampaio Chicoleto, no primeiro módulo do treinamento são abordadas as relações interpessoais no trabalho. "Trabalharemos o desenvolvimento comportamental, buscando aperfeiçoar tanto as relações internas como as que mantemos

com o público externo".

Na segunda fase do treinamento, a equipe da corregedoria, tendo à frente o psicólogo do Juizado da Infância e da Juventude, Antônio Ferreira Guinho, discute a melhoria das práticas cartorárias.

"Na verdade, o trabalho do 2º módulo está sendo feito em conjunto com o grupo de pesquisas técnico-judiciais da corregedoria, que é coordenado por Maria da Paz Brasil", acrescenta Rita de Cássia.

Criado na gestão anterior, o grupo de assessores estuda os procedimentos utilizados nas secretarias,

buscando a dinamização dos trabalhos. "Dessa forma, os servidores e os técnicos vão analisar as suas tarefas diárias e possíveis mudanças nos diversos procedimentos".

Segundo Rita de Cássia e Célia Chicoleto, após cada módulo será feita uma avaliação do conteúdo programático. "No final, faremos um relatório geral, que será apresentado ao corregedor Francisco Sampaio".



Corregedor Sampaio e equipe na abertura do treinamento

meses de julho, agosto e setembro será a vez de técnicos, assistentes e atendentes judiciais.

"Tivemos a preocupação de fazer um

manos da Corregedoria.

O treinamento foi montado a partir de um levantamento das necessidades apontadas pelos servido-

qualidade da prestação jurisdicional, através do compromisso com a ética e a competência, é, segundo Rita de Cássia, o objetivo principal



Célia e Rita: reciclagem para todos os servidores



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luís Belém de Azevedo  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nilton Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Beltrão  
**Editores:**  
Roberta Tavares  
**Redatores:**  
Christiane Alcântara, Marcelino Gláucio  
**Fotografias:**  
José Beltrão  
**Diagramação:**  
Coluna Ilus  
**Redação:**  
Praça da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.000-000 - Fone: 424.3811 / Ramal 225 - Telex: 3116 - Fax: 424.0822

## Aniversário

A Assessoria do Cerimonial começa a elaborar a programação de aniversário do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. As solenidades de 173 anos acontecem no dia 13 de agosto, data da criação do, inicialmente, denominado Tribunal da Relação,

sob a presidência do então desembargador Antônio José Osório Pina Leão. O atual presidente, desembargador Luiz Belém de Alencar, tem buscado a modernização e o bom funcionamento do Judiciário, através da instalação de Comarcas no interior do Estado.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 10 DE JUNHO DE 1995 Nº 109

# Diário Oficial

Orçamento

## Tribunal define prioridades



Analisar as funções de cada integrante do efetivo militar à disposição do Tribunal de Justiça constitui uma das prioridades do tenente-coronel Emmanuel Plácido Oliveira de Moraes, assistente militar do Poder Judiciário. Segundo ele, o objetivo é remanejar a equipe PM conforme prioridades para melhor atender à demanda jurisdicional, que tem crescido com a instalação de Comarcas e Varas na capital e interior.



Belém determina elaboração da proposta orçamentária

A Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça deu início à elaboração da proposta orçamentária 96 do Poder Judiciário estadual. O projeto se encontra em fase de definição de prioridades, como instalação de Varas e Comarcas, para posterior estabelecimento de recursos necessários à execução do plano de trabalho.

De acordo com o assessor Severino Pereira de Andrade, por determinação do presidente Luiz Belém de Alencar o projeto orçamentário tem participação da equipe do desembargador Valdemar Lins que, por critério de antiguidade, assume a administração do Tribu-

nal de Justiça no próximo ano.

O Tribunal tem até o dia 15 de julho para encaminhar a proposta ao Poder Executivo, devendo a Secretaria de Planejamento elaborar documento único para o Estado. Severino garantiu, no entanto, que o objetivo é concluir o trabalho bem antes do prazo determinado, conforme orientação do desembargador-presidente Belém de Alencar.



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessor de Imprensa:**  
Regina Beltrão  
**Editora:**  
Roberta Tavares  
**Redatores:**  
Christiane Alcântara, Márcia Glória  
**Fotografia:**  
Jozeli Barbosa  
**Diagramação:**  
Cláudia Dias  
**Redação:**  
Pra. da República s/nº - 5ª Andar - Recife-PE - CEP 50.610-040 - Fone: 424.3811/ Ramal 225 - Telex: 3116 - Fax: 424/8322

Um simples requerimento à presidência do Tribunal de Justiça, contrato com a Embratel através do serviço Rempac e um computador em casa ou no escritório permitem aos advogados pernambucanos obter informações sobre processos que tramitam ou tramitaram no TJ. A iniciativa permite ainda acesso à jurisprudência do Judiciário estadual.

Josiane Sedicias, diretora de informática do TJ, lembra que o banco de dados é aberto a pessoas físicas e jurídicas.



## Corpus Christi

**O**s serviços do Poder Judiciário não funcionam amanhã devido ao feriado de Corpus Christi, segundo determinou

o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luís Belém de Alencar. A informação é do secretário judiciário, José Bezerra.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1995 Nº 111

# Diário Oficial

## Corregedoria leva mutirão ao Interior

**O** mutirão realizado pela primeira vez em fevereiro, na Comarca de 2ª. Entrância de Jaboatão dos Guararapes, com o objetivo de agilizar o andamento de processos acumulados nas prateleiras dos Fóruns, agora segue para o interior do Estado. Foi o que determinou o corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio.

O trabalho será feito, a partir de julho, nas Comarcas do Sertão, área em que existe um acúmulo de processos referentes a entorpecentes. Floresta, Belém de São Francisco, Salgueiro, Arripina, Ouricuri e Arcoverde são os muni-

cípios em que o mutirão vai atuar.

Os cinco juízes corregedores auxiliares vão se revezar à frente dos trabalhos, nas diversas Comarcas, de forma que quatro deles sempre estejam atuando no mutirão, enquanto um permanece na Ca-

pital. Os juízes Ricardo Paes Barreto, Alberto Virgínio, Rivaldavia Brayner e Wellington Gadelha serão os primeiros a seguir para o interior no começo do próximo mês.

Um levantamento da quantidade de feitos parados nas diversas

Comarcas em que o mutirão será realizado está sendo preparado pelos juízes corregedores. "Com isso, esperamos ter um perfil da situação em cada município, para então definirmos qual será nossa forma de atuação", explica o desembargador Sá Sampaio.

O mutirão vai começar por Floresta. Na última semana de julho, os juízes seguem para Belém de São Francisco. Na terceira semana de agosto, os trabalhos continuam em Salgueiro. Em setembro, é a vez de Arripina e Ouricuri. Finalmente, em outubro, os juízes estarão na Comarca de Arcoverde.

O pequeno número de juízes no Estado até pouco tempo foi um dos motivos do acúmulo de processos, segundo o corregedor geral Sá Sampaio. Ele avalia que essas Comarcas ficaram durante um período sem a atuação de juiz ou promotor, o que dificultava a prestação dos serviços jurisdicionais. "Com os concursos para juiz, realizados recentemente, esperamos reverter o quadro", conclui o corregedor.

## Posto de identificação funciona em dois turnos

**O** Posto de Identificação do Instituto Tavares Buril, localizado no andar térreo do Tribunal de Justiça, passa a funcionar das 8 às 18 horas. O posto, que só atendia na parte da tarde, agora conta com uma datiloscopista também no período da manhã.

Segundo a diretora do Instituto, Eliane Caldas, com o novo horário, uma média de 40 pessoas poderão ser atendidas diariamente. O Posto é destinado aos serventuários do Poder Judiciário, magistrados, dependentes e funcionários ligados ao Ministério Público.

A delegada Maria Segunda, da Assessoria Policial, responsável pela solicitação de expansão do horário de atendimento ao Secretário de Segurança Pública, explica que as carteiras funcionais, que precisam de uma impressão digital, também podem ser renovadas no Posto.

Ela informa ainda que, de acordo com a Lei nº 9049 do presi-

dente da República, Fernando Henrique Cardoso, agora podem ser incluídos no documento de identificação o número e, se for o caso, a data de validade da carteira de habilitação, título de eleitor, cartão de identificação do contribuinte do Imposto de Renda, carteira profissional e certificado militar.



O corregedor definiu o Sertão como área de prioridade



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luís Belém de Alencar  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nélcio Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessor de Imprensa:**  
Regina Beltrão  
**Editores:**  
Roberto Tavares  
**Redatores:**  
Christiane Alcântara, Marcelo Gímaco  
**Fotografia:**  
José Eduardo  
**Diagramação:**  
Celso Dias  
**Redução:**  
Tpa da República s/r - 2º Andar - Recife - PE - CEP 50.000-000 - Fone: 424.3811/ Ramal 215 - Telex: 3116 - Fax: 434/822

## Aniversário

Funcionários, amigos e familiares do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, se reuniram na última quarta-feira, para comemorar o aniversário do magistrado. Em discurso emocionado, no salão nobre

do Palácio da Justiça, Alencar agradeceu o apoio de juízes e desembargadores às ações tomadas nos dezesseis meses de sua gestão. Alencar acredita que o sucesso da gestão se deve à união dos integrantes do Poder Judiciário estadual.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 17 DE JUNHO DE 1995 Nº 114

# Diário Oficial

## Congresso debate perspectivas do Direito



Desembargador Nildo Nery participa do Congresso como presidente de sessão

As conferências e exposições sobre os dois temas vão abordar as novas leis que alteram o Código de Processo Civil, além de discutir os projetos de lei que se encontram no Congresso Nacional. Cada sessão será composta de debates entre os expo-

sitores e participantes.

"A servidão política do processo e a insegurança do seu amanhã", "O processo de conhecimento na Itália" e "O mérito e os pressupostos de seu julgamento" são apenas alguns dos temas específicos que estão incluídos na pro-

gramação do Congresso, que vai contar com a presença de conferencistas brasileiros e estrangeiros.

Durante o Congresso, o Tribunal de Justiça de Pernambuco estará representado pelo presidente, desembargador Luís Belém de Alencar; pelo vice, desembargador Nildo Nery dos Santos, que participa na qua-

O Congresso Brasileiro de Direito Processual, que será realizado de segunda até quinta-feira, em Brasília, tem como temas gerais "As perspectivas do Direito Processual Civil Contemporâneo para uma melhor prestação jurisdicional" e "A reforma do Código de Processo Civil brasileiro".

lidade de presidente de sessão, e ainda pelo desembargador Napoleão Tavares. O diretor da Escola de Magistratura de Pernambuco, Frederico Neves, também vai estar presente.

### Congresso Brasileiro de Direito Processual

Brasília,  
19 a 22  
de junho  
de 1995



PODER JUDICIÁRIO

**Presidência:**  
Des. Luís Belém de Alencar  
**Vice-Presidência:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Saqqani  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Brito  
**Relatores:**  
Roberto Tavares  
**Relatores:**  
Christiane Almeida, Marcelino  
**Fotografia:**  
João Barbosa  
**Diagramação:**  
Cátia Lima  
**Redação:**  
Dpa, da República nº 5 - 5ª Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/ Ramal 223 - Telex: 7116 - Fax: 4241832

## Recesso

**D**urante os feriados for-  
tenses, que se iniciam  
na sexta-feira, dia 23,  
a Assessoria de Imprensa do  
Tribunal de Justiça deixa de  
veicular matérias jornalísticas  
no Diário Oficial do Poder

Judiciário. Apesar do recesso,  
haverá plantão nos diversos  
órgãos do TJPE, nos dias 27,  
28 e 29, no horário das 14 às  
18 horas. Esse horário per-  
manece o mesmo no mês de  
julho.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1995 Nº 117

# Diário Oficial

## Pequenas Causas mantêm objetivos

**A** conciliação, principal obje-  
tivo das Pequenas Causas,  
continua em alta nos Jui-  
zados do Estado. O acordo entre  
as partes envolvidas num pro-  
cesso qualquer, nos cinco anos de  
instalação dos JEPs em Per-  
nambuco, nunca esteve abaixo dos  
80 por cento dos casos analisa-  
dos.

Exemplo disso é o Juizado de Pequenas Causas, de Olinda. Em quatro anos de existência, completados em março deste ano, apresentou um índice de conciliação de 80,97% nos mais de nove mil processos que foram abertos nesse período.

Isto ocorre pela forma como são tratados os processos. Antes de qualquer decisão judicial, as partes envolvidas são convidadas, por uma equipe de concilia-

dores, a tentar um acordo. Historicamente, mais de 80 por cento dos processos encerram-se nesta fase.

Segundo a juíza coordenadora do JEP de Olinda, Clara de Lima Callado, dos 20 por cento não conciliados, quase a metade é acordada na audiência de instrução. "Os outros 10 por cento têm que sair mesmo através de sentenças, numa média de 170 por mês".

"Dos 320 processos em média



Callado: os JEPs continuam com prazos excelentes.

que recebemos mensalmente, cerca de 250 são resolvidos em, no máximo, dois meses, o que é um prazo excelente", ressalta Clara Callado. Ela diz que, em alguns casos, por conta do não comparecimento de uma das partes, o processo extrapola estes prazos.

De acordo com ela, a primeira e a segunda citações são feitas através dos correios. Na terceira, é preciso que um oficial de Justiça faça o trabalho. "Acontece que temos uma carência nessa área e, muitas vezes, além de não encontrarmos as partes, não temos como fazer a citação", revela.

## Ministério Público Instituto comemora fundação

**O** Instituto do Ministério Público de Pernambuco está completando 10 anos de fundação. Ontem à noite, na Biblioteca Pública Estadual, foi realizada uma missa de Ação de Graças e dois eventos comemorativos.

A diretoria do Impepe, formada pelo promotor Roberto Benjamin e pelo procurador Nelson Santiago Reis, respectivamente presidente e vice, programaram para os convidados o

lançamento dos Anais do X Encontro de Promotores de Pernambuco e uma exposição fotográfica comemorativa.

Segundo Benjamin, o lançamento dos Anais foi, desde o início,

um desejo dos integrantes do Instituto. "Sentimos gratificados com tal realização. Além da importante contribuição dos convidados, o trabalho revela talentos do Ministério Público estadual".



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luís Beltrão de Azevedo  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nélio Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessoria de Imprensa:**  
Regina Beltrão  
**Editor:**  
Roberto Tavares  
**Redatores:**  
Christiane Alcântara, Marcos Gláucio  
**Fotografia:**  
João Barbosa  
**Diagramação:**  
Cátia Dias  
**Redação:**  
Rua da República 167 - 8º Andar - Recife/PE - CEP 50.000-040 - Fone: 424.3811/ Ramal 225 - Telex: 3116 - Fax: 4241822

## Fim de Recesso

A partir de terça-feira, o Tribunal de Justiça de Pernambuco volta a funcionar no seu

horário normal, nos turnos da manhã e da tarde, com o final do recesso do mês de julho.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 29 DE JULHO DE 1995 Nº 143

# Diário Oficial

## Campanha informa sobre prevenção contra violência

**O** Tribunal de Justiça de Pernambuco inicia esta semana uma Campanha Informativa e Educativa que será deflagrada com o objetivo de atingir os vários segmentos do Poder Judiciário, abordando temas atuais referentes à segurança. O projeto da delegada Maria Segunda, da Assessoria Policial Civil e Militar, tem o apoio da Presidência e da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior do TJPE.

A Campanha consiste em uma distribuição mensal de folders que incluem sugestões de formas de proteção contra a violência urbana. O primeiro tema a ser abordado é a "Violência contra a Mulher", enfocando mais especificamente a questão do estupro. Nessa fase inicial, mais de dois mil folders serão distribuídos na Capital e no interior do Estado.

A Delegacia da Mulher e a de Crimes contra os Costumes já registraram este ano cerca de vinte casos de estupro. "O estupro é

hoje considerado crime hediondo violento e o estupro é uma ameaça ao convívio social. Ele pode ser condenado a uma pena de reclusão de 6 a 10 anos", explica a delegada Maria Segunda.

A dificuldade da Polícia em solucionar esse tipo de crime é maior porque geralmente as vítimas se envergonham de denunciar os criminosos. Maria Segunda afirma que as mulheres se constroem e preferem calar quando deveriam exigir o registro das queixas

nas delegacias, pois essa é a única forma de evitar que o estupro seja feita outras vítimas.

"O objetivo dessa campanha é exatamente despertar uma maior conscientização por parte da sociedade quanto aos mecanismos de proteção que ela pode utilizar contra as ameaças da vida urbana", define Maria Segunda. Por isso, o projeto terá continuidade, abordando outros temas. Em setembro, será discutida a "Prevenção contra Roubo e Furtos". Já em outubro, a discussão

será em torno da "Prevenção contra Sequestro".

A secretária de Planejamento, Administração e Interior,

Maria de Fátima Bezerra, resalta a importância dessa iniciativa como um projeto que será expandido também para o Interior: "Com isso, vamos buscar atingir o maior número de pessoas possível em torno do debate sobre as formas de defesa contra a violência".



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco



**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**  
Campanha Informativa e Educativa

Presidente  
Desembargador Luiz Belém de Alencar



**PODER JUDICIÁRIO**

Presidente  
Des. Luiz Belém de Alencar  
Vice-Presidente  
Des. Mido Nery dos Santos  
Corregedor-Geral  
Des. Francisco do S. Sampaio  
Assessoria de Imprensa  
Regina Helene  
Editores  
Roberta Tierno  
Redatores  
Christiane Alcantara, Marcel  
Glasco  
Fotógrafos  
João Barbosa  
Diagramação  
Cedro Din  
Redação:  
Pça. da República s/nº - 5º Andar  
Recife-PE - CEP  
50.010-940 - Fone: 424.3011/  
Ramo 1 225 - Telex: 3116 -  
Fax: 424.9322

## Agenda

A Associação dos Magistrados Brasileiros promove no Recife, no período de 10 a 12 de agosto, as IV Jornadas Luso-Brasileiras. O objetivo é proporcionar a troca de experiências entre os magis-

trados dos dois países. A agenda da AMB tem ainda programado para este mês, na cidade de Blumenau, Santa Catarina, o Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 02 DE AGOSTO DE 1995 Nº 145

# Diário Oficial

Justiça/Detran

## Convênio atinge finalidade

Inaugurado em dezembro do ano passado, através de convênio entre Poder Judiciário e Departamento Estadual de Trânsito, o posto de renovação de carteira de motorista, instalado na sobreloja do Fórum Paula Batista, vem cumprindo a finalidade de descentralizar serviços e fa-

cilitar a vida do usuário do Detran.

A avaliação é de Marlene Alencastro de Lima, agente da Secretaria de Segurança Pública, à disposição do posto para atendimento a magistrados, serventuários de Justiça e público em geral. Segundo ela, a unidade funciona das

8:30h às 13:30h, com renovação de carteira dos tipos A e B, ou seja, para motoristas de moto e amadores.

O procedimento é simples. O usuário precisa apenas preencher formulário específico, pagar taxa de 17,92 UFEPES no Bandepe e submeter-se a exame médico de



Na unidade do Paula Batista, o médico Fernando Cunha avalia as condições gerais do usuário do Detran

centralização do Detran funciona ainda com o agente de Segurança Pública Valmir Eversson e com o oftalmologista Fernando Cunha. Tem capacidade para renovar cerca de 100 habilitações diárias, com exceção de 2ª via. Ao usuário é exigida a apresentação da carteira antiga, CPF, identidade e pagamento da taxa.



Marlene: objetivo do posto é descentralizar serviços

sanidade mental, deficiência física e visual. A carteira é renovada em 48 horas, com prazo de validade por cinco anos para quem tem até 59 anos de idade e por três para quem já passou dos 60 anos.

Com sete meses de funcionamento, o posto foi implan-

tado na gestão do atual presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, numa iniciativa da delegada Maria Segunda, à disposição da Assistência Policial Militar e Civil do Poder Judiciário.

O posto de des-



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidência:**  
Des. Luís Belém de Alencar  
**Vice-Presidência:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Siqueira  
**Assessoria de Imprensa:**  
Regina Brito  
**Edição:**  
Roberta Tavares  
**Redação:**  
Christiane Alcantara, Marcelino Glauce  
**Fotografia:**  
João Barbosa  
**Diagramação:**  
Cristina Dias  
**Redação:**  
Pq. da República s/nº - 5º Andar - Recife - PE - CEP 50.010-040 - Fone: 434.3811/ Ramal 225 - Telex: 9116 - Fax: 434.1822

## Comemorações

O Tribunal de Justiça de Pernambuco participa, juntamente com a Faculdade de Direito do Recife, Ordem dos Advogados de Pernambuco e outras instituições, das comemorações alusivas à fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. (ver matéria abaixo). As solenidades acontecem na

próxima sexta-feira, a partir das 9hs, quando as autoridades farão uma visita ao Mosteiro de São Bento, em Olinda. Às 19hs, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, faz uma conferência sobre "A Política Externa do Brasil".



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1995 Nº 147

# Diário Oficial

## Cursos Jurídicos comemoram 168 anos



*Os Cursos Jurídicos no Brasil estão comemorando, no próximo dia 11 deste mês, 168 anos de fundação. E Pernambuco tem um motivo a mais para comemorar, pois foi aqui que eles foram instalados inicialmente. Até então, nossos bacharéis formavam-se na Universidade de Coimbra, em Portugal.*

A história da implantação dos dois primeiros estabelecimentos de ensino superior do país teve seu desfecho na Constituição de 1823, quando foi proposta a criação de uma universidade em São Paulo. Através de uma emenda, foi incluído um segundo estabelecimento, que ficaria em Olinda.

O governo, entretanto, discordava da escolha das duas cidades, preferindo o Rio de Janeiro. E foi através de um decreto que decidiu, depois de dissolvida a Constituição e jurada a Constituição de 25 de março de 1824, pela instalação da primeira universidade brasileira no Rio de Janeiro.

Mas, apesar disso, o decreto não foi executado. Somente dois anos depois é que a Assembleia do Império, reunida pela primeira vez, voltou a abordar o assunto. Após longas discussões, foi aprovado e enviado ao Senado o projeto que deu origem à Lei de 11 de agosto de 1827.

A Lei, na íntegra, dizia o seguinte: "Art. 1º. Crea-se ao lado dos cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda". Instalado em 1828, o curso funcionou, inicialmente, no Mosteiro de São Bento. No mesmo ano foi instalado o de São Paulo, que iniciou suas aulas no dia 1º de março.

### OLINDA

As aulas em Olinda começaram no dia 15 de maio. O currículo das duas universidades compreendia direito natural e público das gentes,

eclesiástico, diplomacia e direito pátrio, que abrangia a análise da Constituição do Império, pátrio civil e pátrio criminal.

Completavam o curso o estudo da teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império, dos direitos mercantil e marítimo e da economia política. Os estatutos das duas universidades colocavam as seguintes condições para a matrícula nos cursos: idade mínima de 15 anos e aprovação nos exames de latim, francês, retórica, filosofia e geometria.

Aprovado, o aluno frequentava as aulas no período de março a outubro. No final de cada mês, ele tinha que apresentar uma dissertação sobre um ponto escolhido entre as doutrinas já estudadas. Por esse trabalho e pelas rubricas realizadas, o professor avaliava a capacidade e o aproveitamento do aluno.

O exame final era oral e versava sobre ponto sortido com antecedência (48 hs no 5º ano e 24hs nos demais). Os graus acadêmicos eram três: de bacharel, que era conferido aos estudantes aprovados no 4º ano; de bacharel formado, aos que concluíam o curso; de doutor aos que, tendo obtido aprovação "nemine discrepante", defendessem teses.

### RECIFE

Uma autorização do Imperador Dom Pedro II, baseada no fato de que o curso estava instalado no Recife, transferiu, em 1854, o Centro de Ensino Jurídico para

a capital. O local escolhido foi o largo do Hospício, hoje Praça Adolfo Cime.

Durante mais de seis décadas, os dois estabelecimentos oficiais tiveram o monopólio exclusivo de conferir o título de bacharel nas ciências jurídicas. Sempre rivais e, às vezes, antagônicas, a "Escola do Norte" e a "Escola do Sul", cada qual com sua orientação doutrinária, aglutinavam todos os candidatos ao estudo do saber jurídico de todos os recantos do país.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidência:**  
Des. Luiz Roberto de Almeida  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Siqueira  
**Assessoria de Imprensa:**  
Regina Beltrão  
**Edição:**  
Roberto Tavares  
**Relatores:**  
Christiane Alcham, Marcos Olivo  
**Fotografia:**  
Jair Barreto  
**Diagramação:**  
Celso Dias  
**Redação:**  
Pra. da República s/nº - 50º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3011/ Ramal 325 - Telex: 31115 - Fax: 424/1822

## Preparativos

A Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça já está enviando os convites para as comemorações dos 173 anos de instalação do TJPE. As

solenidades serão realizadas durante o dia 13 e começam às 10 horas, com uma missa na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, na rua do Imperador.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 05 DE AGOSTO DE 1995 Nº 148

# Diário Oficial

## Aniversário do Tribunal marca 173 anos de história

**O**s 173 anos de existência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que serão comemorados no próximo dia 13, reúnem a história do Judiciário pernambucano. Instalado em 13 de agosto de 1822, por meio de um alvará de Dom João VI, o então chamado Tribunal da Relação funcionava no Erário Régio e contava com cinco desembargadores.



A fachada do Tribunal de Justiça ressoa a arquitetura eclética de sua construção

Hoje, o Tribunal de Justiça, assim denominado pela Constituição de 1946, é composto por 27 magistrados e já não se situa no edifício Erário Régio, onde localiza-se o Palácio das Princesas. Entre 1924 e 1930, os governadores pernambuca-

nos Sérgio Loreto e Estácio Coimbra construíram o Palácio da Justiça.

De linhas grandiosas e nobres, o prédio é considerado uma das mais belas obras arquitetônicas do Recife. O Palácio forma um conjunto harmônico com o Teatro Santa

Isabel e o Palácio do Campo das Princesas, situados em volta da Praça da República.

A arquitetura do edifício tem um estilo eclético e foi planejada por Giacomo Palumbo. A história conta que onde, atualmente, funciona a Justiça

de Pernambuco, existia um forte holandês, conhecido por Forte Ernesto. Posteriormente, ali situou-se um dos quartéis da Polícia Militar.

Alguns detalhes são marcantes na composição do prédio. Duas esculturas de Bibiano Silva e

E. Frey Hoffer representam "O criminoso aos pés da Justiça" e a "Justiça amparando a família" e formam dois grupos da fachada do edifício. Outra característica do edifício são os três vitrais da escadaria nobre. A pintura vitralista é histórica e representa a primeira Assembleia Legislativa do Estado.



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Dout. Luiz Edmar de Almeida  
**Vice-Presidente:**  
Dout. Paulo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Dout. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Ingressos:**  
Regina Bello  
**Edição:**  
Roberta Tavares  
**Redatores:**  
Christiane Alchistara, Mariana Glauce  
**Enxergantes:**  
João Barbosa  
**Diagramação:**  
Cátia Dias  
**Redação:**  
Pós. de República - 5ª Andar - Recife-PE - CEP 52.010-000 - Fone: 424.3811 / Ramal 225 - Telex: 3118 - Fax: 424.1602

## Convite

O Tribunal de Justiça de Pernambuco convida os magistrados e servidores para as solenidades de comemoração dos 173 anos do

Tribunal de Justiça. As festividades serão realizadas no domingo, dia 13, no Palácio da Justiça.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1995 Nº 150

# Diário Oficial

## Personalidades recebem Medalha do Mérito

Oito personalidades serão homenageadas durante as solenidades comemorativas do 173º aniversário de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que acontecem neste domingo, dia 13. Eles recebem a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado.

A mais alta condecoração instituída pelo Judiciário Estadual é conferida anualmente com o objetivo de prestar uma homenagem a pessoas físicas e jurí-

dicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham se sobressaído pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça ou pelos méritos excepcionais no Judiciário.

Criada pela Resolução nº 17, de 1985, a Medalha do Mérito compreende três graus, denominados de "Classe Ouro", "Classe Prata" e "Classe Bronze", além de uma "Alta Distinção", representada por um colar.

O desembargador do Tribunal de Justiça de

Minas Gerais, José Fernandes Filho, será a única autoridade a receber o Colar de Alta Distinção. Os demais homenageados receberão a Medalha Classe Ouro. Este ano, portanto, não haverá concessão de Medalhas nas Classes Prata e Bronze.

Na qualidade de presidente de honra do Conselho da Medalha "Des. Joaquim Nunes Machado" o presidente do TJPE, desembargador Luiz Belém de Alencar, fará a entrega da comenda aos oito homenageados (ver box) na Sala de Sessões do Tribunal Pleno.

### DESEMBARGADOR FOI POLÍTICO ATUANTE

Integrante da primeira turma da Academia Jurídica de Olinda, Joaquim Nunes Machado obteve seu grau de bacharel em 1832. Logo em seguida, instalou a Comarca de Goiana, sua cidade natal, sendo o primeiro juiz de Direito do município.

Em 1835, foi promovido a titular da 1ª Vara Criminal do Recife. Doze anos depois, Joaquim Machado foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação



Belém: presidente de honra do Conselho

## Agraciados de 1995

### COLAR ALTA DISTINÇÃO

Des. José Fernandes Filho — desembargador do Estado de Minas Gerais

### MEDALHA CLASSE OURO

Pelópidas Soares da Silveira — ex-prefeito do Recife

Armado de Queiroz Monteiro Neto — presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco — FIEPE

Carlos Porto de Barros — presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco — TCE

Honório de Queiroz Rocha — conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco — TCE

Nilton Wanderley de Siqueira — advogado

Henrique Joaquim Ferreira Cruz — médico

João Monteiro de Melo Filho — bacharel em Direito



Presidente da FIEPE recebe Medalha

de Pernambuco (antigo nome do Tribunal de Justiça).

Figura marcante na história estadual, Nunes Machado teve, paralelo a sua carreira jurídica, intensa atuação política, chegando ao posto de deputado-geral das Assembleias Provinciais, em 1838.

Líder dos liberais, foi um dos comandantes da chamada "Revolta Praieira", movimento de rebeldia contra o Império em Pernambuco. Foi morto em combate, quando tentava entrar no Recife com seus comandados.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luís Brito de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Romão

Assessor de Imprensa:

Rogério Brito

Editor:

Roberto Tavares

Redatores:

Christiano Aleixo, Marcel

Cláudio

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Pq. da República s/nº - 5ª Andar

Recife-PE - CEP

50.015-000 - Fone: 434.3111

Telex: 223 - Telex: 3115 - Fax: 4241822

## Homenagem

Entre os homenageados com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, está o presidente do Senac,

Pelópidas Soares da Silva, que receberá a Medalha Classe Ouro, e não Pelópidas Soares da Silveira, como foi publicado por engano ontem.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1995 Nº 151

# Diário Oficial

Aniversário

## Tribunal inaugura Sala do Pleno

**A** comemoração dos 173 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, domingo, abre uma outra página na história do Poder Judiciário Estadual: a inauguração da Sala de Sessões do Tribunal Pleno, que passa a funcionar onde, até então, localizava-se o Salão do Júri, que acompanha a mudança da Corregedoria para o Fórum Cirillo Wanderley.

O objetivo do aproveitamento é dotar o Tribunal de

geração e o sistema de som do local. Substituiu a antiga bancada de madeira por poltronas para maior acomodação do público e restaurou a pintura, no seu estilo original, dando melhores condições de funcionamento, como Sala de Sessões do Tribunal Pleno.

As características arquitetônicas do Salão foram mantidas por determinação do presidente do Tribunal, desembargador Luís Belém de Alencar, inclusive a tela "Justiça", pintada na parede ao fundo. A obra é do alemão Heinrich Moser e data de 1930, ano em que foi construído o Palácio da Justiça.

## Programação

**M**issa Gratulatória, celebrada por Frei Tito, na Ordem Terceira do São Francisco, à Rua do Imperador, abre às 10h do domingo as solenidades de aniversário dos 173 anos de instalação do Poder Judiciário de Pernambuco.

A comemoração tem prosseguimento à tarde, a partir das 15h, com a inauguração da Sala das Sessões do Tribunal Pleno, no primeiro andar. Logo após, uma conferência proferida pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Yusef Said Cahali.

Também faz parte da programação a entrega de Medalhas do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado a oito personalidades, entre elas o desembargador mineiro José Fernandes Filho, que recebe o Colar Alta Distinção. Coquetel, às 17h, encerra as solenidades.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidentes:**  
Des. Luiz Dória de Alencar  
**Vice-Presidentes:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Brito  
**Edição:**  
Roberto Torres  
**Redação:**  
Christiane Alencar, Marcelo Gomes  
**Fotografia:**  
João Roberto  
**Diagramação:**  
Celso Dias  
**Redação:**  
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-940 - Fone: 424.3811/ Ramal 225 - Telex: 3116 - Rte: 426/822



As sessões do Tribunal Pleno passam a ser realizadas no antigo Salão do Júri

espaço que abrigue os 27 desembargadores que compõem o TJPE. A antiga sala do Pleno tornou-se pequena des-

de novembro de 1993, quando 12 desembargadores foram acrescentados aos 15 que compunham a Corte.

### CARACTERÍSTICAS

Aproveitando o Salão do Júri, a administração do Tribunal melhorou a iluminação, a refri-

## Solenidade

O 173º aniversário de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi prestigiado por várias autoridades estaduais que estiveram presentes às solenidades comemorativas realizadas no último domingo.

O presidente do TJPE, desembargador Luís Belém de Alencar, foi o anfitrião da festa, destacando em seu discurso o empenho da sua gestão em contribuir para melhoria da prestação jurisdicional.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1995 Nº 155

# Diário Oficial

## Juiz agiliza tramitação de processos

**D**ar prioridade aos processos de réus presos é o objetivo do juiz José Caubi Arraes Bandeira, recém-transferido da Comarca de Bezerros para a 2ª Vara de Delitos contra o Patrimônio, na Capital. A idéia é agilizar a tramitação dos feitos naquela Vara, especialmente aqueles cujos prazos já são decorridos.



Caubi quer solução para processos pendentes

vogados passaram a ter sala, a vistoria nas esposas e companheiras dos detentos passou a ser feita por uma servidora da Justiça e designou policiais para fazerem o registro das ocorrências no Hospital Jesus Pequenino.

Segundo ele, 2ª Vara do Patrimônio tem cerca de 1.300 ações, sendo a maior parte referente a réus presos. O juiz Caubi Arraes também vai priorizar cartas precatórias e habeas corpus. O magis-

trado já deu início à contagem e seleção dos processos.

O trabalho vai ser grande, garante Caubi Arraes, que conta com a ajuda de apenas três servidores na 2ª Vara. Segundo ele, os processos

serão lidos do início ao fim, "descendo mesmo a detalhes, para evitar sentenças mal-elaboradas".

### FORMAÇÃO

José Caubi Arraes Bandeira, ex-professor de Direito Agrário na Faculdade de

Olinda, entrou para a magistratura em abril de 1989. Exerceu o cargo nas Comarcas de Inajá, Ibimirim, Tacaratu, Serra Talhada, Flores, Carnaíba, Afogados da Ingazeira, Tacaimbó, São Caetano e Bezer-

ros. Foi promovido por antiguidade à 2ª Vara do Patrimônio.

Em Bezerros, onde esteve por apenas quatro meses, Caubi montou infra-estrutura adequada à prestação dos serviços no Fórum. Os ad-



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidentes:**  
Des. Luiz Belém de Alencar  
**Vice-Presidentes:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Brito  
**Edição:**  
Roberto Tavares  
**Redatores:**  
Christiano Almeida, Marcelo Gilson  
**Fotografia:**  
João Barbosa  
**Diagramação:**  
Cláudia Dias  
**Redação:**  
Praça da República s/nº - 50º Andar  
40010-040 - Recife-PE - CEP  
34.010-040 - Fone: 424.3911  
Rural 225 - Telex: 5114 -  
Fax: 4201952

## Treinamento

O Departamento de Informática do Tribunal de Justiça, através da Divisão de Modernização Administrativa, está realizando um treinamento em Microinformática

com cerca de 150 servidores do Poder Judiciário. Em dois meses, os participantes terão contato com as noções básicas do MS-DOS, Windows e o processador de texto Word 6.0.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1995 Nº 157

# Diário Oficial

## Sociedade prestigia aniversário

As solenidades do 173º aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco ainda repercutem no meio jurídico. Apesar de terem sido realizadas no domingo, Dia dos Pais, as comemorações foram muito concorridas. A nova Sala do Pleno ficou repleta de magistrados, políticos, autoridades nacionais, estaduais e municipais. A seguir, alguns momentos da festividade, que culminou com a entrega pelo presidente da Casa, desembargador Luiz Belém de Alencar, da Medalha do Mérito Judiciário a oito personalidades da sociedade.

O chefe da Corte de Justiça estadual, desembargador Luiz Belém de Alencar, fez um discurso emocionado, demonstrando sua satisfação com o êxito das solenidades do 173º aniversário do TJPE. Ao seu lado, o secretário de Justiça do Estado, Roberto Franca, representando o governador Miguel Arraes, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Eurico.



O Tribunal de Justiça concedeu a Medalha do Mérito Judiciário "Desembargador Joaquim Nunes Machado" a oito ilustres personalidades, entre as quais o desembargador do Estado de Minas Gerais, José Fernandes Filho (Colar Alta Distinção), o presidente do Tribunal de Contas, Carlos Porto de Barros, e o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Armando Monteiro Neto (Classe Ouro).



A Sessão Solene contou com a brilhante participação do vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Yussef Said Cahali. Em sua conferência, o magistrado fez uma abordagem histórica da atuação do Poder Judiciário nos últimos 100 anos.



## Atualização Jurídica

Esceira-se hoje, 19h, no auditório G2 da Universidade Católica de Pernambuco, a 3ª Semana de Atualização Jurídica, evento promovido pelas Escolas Nacional e Estadual da Magistratura e pelo Departamento de Ciências Jurídicas da Unicap.

As "Questões Políticas na Reforma Constitucional" será o tema abordado hoje, com a participação dos professores João Augusto Delgado, João Parente, Carlos Alberto Brito e João Franco Meiz, além do procurador Renato da Silva Filho.

As discussões em torno de temas ligados ao Poder Judiciário vêm acontecendo desde a segunda-feira, dia 14, quando os coordenadores do encontro - Des. Nildo Nery dos Santos, Frederico de Almeida Neves e Milton José Neves - saudaram os participantes.

Os "Problemas e Soluções para o Judiciário" e "As inovações processuais", "Os novos caminhos do processo penal" e o "Direito de Família no J. Milênio" foram temas debatidos por magistrados, membros do Ministério Público, advogados e estudantes de Direito.

Entre os palestrantes da 3ª Semana de Atualização estavam os desembargadores Antônio Macêdo Malta, Antônio de Paiva Camarotti e Mário Alves Melo, além dos juizes Frederico Neves, Jones Figueiredo e Milton Neves.

## Campanha

**D**ifícil é escapar de uma agressão, fácil é ter sempre à mão informações básicas de como se prevenir da violência. Foi pensando nisso que a assessora policial civil do Tribunal de Justiça, delegada

Maria Seguada, idealizou uma campanha informativa e educativa mensal que já está circulando na Capital e no Interior. O tema de abertura da campanha abordou a Violência contra a Mulher.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 19 DE AGOSTO DE 1988 Nº 158

# Diário Oficial

## Tribunal de Justiça recebe denúncias contra ex-prefeitos

Dessas, oito foram apreciadas, enquanto uma continuou em diligência. A Corte Especial do Tribunal recebeu seis das denúncias por unanimidade de votos. De acordo com Carlos Xavier, três das denúncias foram feitas contra o ex-prefeito de Catende, José Milton Lins da Silva. Uma foi contra o de Alagoinha, Everaldo Paes da Silva; outra foi contra Mariano Massena, ex-prefeito de Chã de Alegria, e a última, contra

Cosmo Pacheco da Silva, do município de São Caetano.

As denúncias da Procuradoria contra Demócrito de Barros Miranda e Ernandes Alvino Lacerda, ex-prefei-

Carlos Xavier afirma que a apropriação indébita é uma das infrações comuns nas denúncias contra ex-prefeitos

tos de Panelas e Granito, respectivamente, não foram recebidas. Outros processos acatados já estão em andamento, segundo o desembargador Carlos Xavier.

**N**ove ações penais promovidas pela Procuradoria Geral da República, que dizem respeito a denúncias contra ex-prefeitos do Estado, estiveram em pauta para recebimento ou não por parte da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco em recente reunião, segundo o desembargador do TJPE, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.



Em alguns casos, os magistrados têm inclusive se deslocado para as Comarcas dos ex-prefeitos acusados, com o objetivo de interrogar testemunhas.

"Os ex-prefeitos são acusados de infringir normas específicas da Constituição federal de 1988, do Decreto-Lei nº 201/67 e do próprio Código Penal Bra-

sileiro. Entre as principais infrações, que já atingem centenas de ações penais promovidas pela Procuradoria, estão casos de admissão no serviço público sem realização de concurso, apropriação indébita, peculato, infração às normas orçamentárias e até crime contra a pessoa, inclusive tentativa de homicídio", esclarece o desembargador Carlos Xavier.

Ele afirma

ainda que as denúncias estão sendo apuradas com empenho da Justiça pernambucana e que os interrogatórios de testemunhas têm sido realizados com total transparência, inclusive com o acompanhamento de um representante da Procuradoria Geral da Justiça.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Beltrão de Almeida

Vice-Presidente:

Des. Nélson Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Rogério Salles

Editor:

Roberto Tavares

Redatores:

Christiane Alcântara, Marcel

Gleice

Fotografia:

João Barbosa

Distribuição:

Coluna Dire

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º Andar

Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.3811

Ramal 225 - Telex: 3116 -

Fax: 424.1822

## Opinião

"A informatização do Poder Judiciário contribui para a melhoria da prestação jurisdicional." A opinião é do juiz Leopoldo de Arruda Raposo, da 1ª Vara da Sucessões e Registro Público e integrante da diretoria da Associação dos Magistrados do Estado

de Pernambuco. Segundo ele, o computador constitui importante instrumento de apoio, favorecendo a agilização dos feitos, através da padronização de tarefas, criação de banco de dados de jurisprudência e, conseqüentemente, uma melhor produtividade.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1995 Nº 160

# Diário Oficial

Produtividade

## Corregedoria divulga dados estaduais

**E**xatas 33.967 sentenças cíveis e criminais foram dadas no primeiro trimestre do ano, nas três Entrâncias do Poder Judiciário estadual. Os dados foram divulgados pela Corregedoria Geral da Justiça e indicam aumento no percentual de ações julgadas e iniciadas em cada Comarca e Vara.

Os iniciados atingiram o total de 37.683 processos, sendo respectivamente 4.989, 10.986 e 21.708 nas 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, sem contar a entrada e saída de cartas precatórias. A estatística também não inclui o movimento processual dos Juizados de Pequenas Causas da Capital e Interior, feito à parte.

No mesmo período, foram realizadas 27.371 audiências em todo o Estado, ao mesmo tempo em que foram decretadas



Corregedor Francisco Sampaio: o objetivo é a melhoria da prestação jurisdicional na Capital e Interior

745 prescrições e arquivados 940 inquéritos. No que diz respeito a precatórias foram recebidas 5.968, enquanto que 5.308 foram devolvidas.

Passaram para o segundo trimestre 454.240 processos cíveis e criminais. Desse total, 39.441 ações pertencem à 1ª Entrância, 148.134 são da 2ª e 266.665 tramitam na Capital.

**JUIZADOS** -- Nos Juizados de Pequenas Causas de Jaboatão, Olinda, Paulista, Caruaru, Camaragibe e Cabo foi de

5.021 o total de sentenças. Os feitos iniciados chegaram a 3.255, já havendo 4.023 em andamento.

Nos de Rosarinho, Afogados, Cordeiro, Casa Amarela e Boa Vista 1.452 processos foram concluídos, contra 3.454 e 21.711 feitos em andamento.

**PRODUTIVIDADE** -- Os cinco juizes que mais julgaram na Comarca da Capital foram Antônio Fernando de Araújo Martins, da 1ª Vara da Fazenda Municipal, com sentenças. Depois vem José Alexandre Aquino, da 5ª da Assistência Judiciária, com 364. Em terceiro lugar, o juiz Leopoldo Raposo, da 1ª Vara de Sucessões e Registro Público, com 323 ações julgadas.

Em quarto e quinto lugares estão, respectivamente, os juizes Bartolomeu Bueno e Francisco Manoel Tenório dos Santos. Eles são da 1ª Vara da Infância e da Juventude e da 2ª Vara da Fazenda Municipal e deram 265 e 242 sentenças durante o período.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Mildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessoria de Imprensa:

Rogério Brito

Editora:

Roberta Tavares

Redatores:

Christiane Alcantara, Marcelino

Uliana

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Pq. de República s/nº - 50º An-

shão - Recife-PE - CEP

50.015-040 - Fone: 424.381/1

Ramal 225 - Telex: 3116 -

Fax: 424/1822

## ANAIIS

**O**s anais do I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no Recife (ver matéria abaixo), foram publicados

pelo TJPE. O livro, que tem prefácio do ministro do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, traz todo o programa oficial do encontro.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1985 Nº 162

# Diário Oficial



Belém de Alencar participou do encontro

## Presidentes lançam "Carta de João Pessoa"

**C**om o título de "Carta de João Pessoa", os presidentes dos Tribunais de Justiça de todos os Estados divulgaram, no último final de semana, na capital paraibana, um manifesto de repúdio à proposta de controle externo do Poder Judiciário.

Com 28 linhas, o documento alerta para "o grave momento de revisão das normas constitucionais, quando se apregoam reformas, algumas equivocadas, para a salvação do Judiciário". Uma cópia da "Carta de João Pessoa" foi enviada ao presidente da

República e outra ao ministro da Justiça.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Belém de Alencar, esteve presente ao encontro. Segundo ele, os magistrados entendem que o processo de reforma será útil para o Judiciário, mas, como diz o documento, "que se preserve a submissão dos juízes ape-

nas à Constituição e às leis".

Os presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil têm se reunido com uma certa frequência. Em março de este ano, por exemplo, reunidos em Porto Alegre, eles elaboraram a "Declaração de Porto Alegre", onde reafirmaram o compromisso do Poder Judiciário nacional com a guarda da Constituição.



**O** presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Luiz Belém de Alencar, recebeu, na quarta-feira (23), no Salão Nobre do Palácio da Justiça, a visita de cortesia do chefe da Delegação Palestina no Brasil, Musa Amer Adeb (centro).



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nilton Frey dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessores de Imprensa:**  
Regina Rêgo  
**Editores:**  
Roberto Tavares  
**Redatores:**  
Christiano Avelino, Marcos Glauco  
**Fotografia:**  
José Dutra  
**Diagramação:**  
Calisto Dias  
**Bolacha:**  
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.110-040 - Fone: 424.3911/ Ramal 225 - Telex: 3316 - Fax: 424.1822

## I Encontro aconteceu em Pernambuco

O I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça foi realizado no Recife, entre dias 08 e 13 de agosto de 1984. Promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado, como parte das comemorações do seu 162º aniversário, o encontro foi aberto pelo então chefe da Corte de Justiça, desembargador Benildes de Souza Ribeiro.

A época, os magistrados também analisavam a reforma constitucional que estava por vir e, sobretudo, a necessidade de implementar efetiva autonomia econômica e de independência político-administrativa do Poder Judiciário.

A "Carta de Princípios da Cidade do Recife", documento final do encontro, assinado por todos os presentes, proclamava que a plena independência do Judiciário estava relacionada com a conquista de sua autonomia.

## Auditoria

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luís Belém de Alencar, criou dois cargos de auditor interno, um para o TIPE e outro para a Corregedoria, com base na Lei nº 11.195/94. O

objetivo é de que os serviços de auditoria continuem a funcionar no Poder Judiciário. No Tribunal, a auditoria interna vem sendo uma constante principalmente nos departamentos Pessoal e Financeiro.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 26 DE AGOSTO DE 1995 Nº 163

# Diário Oficial

## Campanha contra a violência continua

**D**epois de lançada a campanha de prevenção de violência contra a mulher, o Tribunal de Justiça de Pernambuco prepara-se para continuar o projeto com o tema "Prevenção a Roubos e Furtos", em setembro, com uma distribuição de 5 mil folders prevista para todo o Estado, incluindo área metropolitana e interior. Os folhetos já estão sendo confeccionados, segundo informou delegada Maria Segunda, da Assessoria Policial Civil e Militar.

O primeiro tema abordado superou as expectativas: os dois mil folhetos impressos não foram suficientes para atender a demanda de servi-

dores do Poder Judiciário, de instituições, como universidades, e de comunidades de bairro. "Por esse motivo, estamos aumentando



O lançamento da campanha contra a violência superou as expectativas

a quantidade de folhetos distribuídos, com o objetivo de atingir o maior número de pessoas possível", explica a delegada.

A campanha é baseada num trabalho semelhante realizado em Caruaru pelo delegado Ademar Cândido, que tem como lema "Aju-

de a polícia a ajudar você". Maria Segunda adaptou esse trabalho às questões mais comuns de violência urbana. "Qualquer pessoa pode ser

vítima desses tipos de agressão", afirma a delegada.

O projeto, que conta com o apoio do presidente do TIPE, desembargador Luís Belém de Alencar, e da secretária de administração, pessoal e interior, Maria de Fátima Bezerra, deve continuar em outubro e novembro com os temas "Prevenção anti-sequestro" e "Em defesa do consumidor", respectivamente.

## Seminário de estudos jurídicos é realizado em Araripina

A Justiça do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil, subseção local, iniciaram ontem, no auditório do Cine Capri, em Araripina, o II Seminário de Estudos Jurídicos do Araripe. Com o objetivo de conduzir obras de interesse de acadêmicos e profissionais da área do direito, o II SEJA pretende realizar uma reciclagem e promover uma maior integração entre os profissionais de Pernambuco, Piauí e Ceará.

Ontem, foram realizadas três conferências: "Prerrogativas e deveres do advogado", proferida pelo advogado Paulo César Pereira Alencar; "Casamento e concubinato", pelo juiz José James Gomes Pereira; e "Direitos da criança e

do adolescente", pela promotora Suelly Araújo Costa. Cada uma das conferências teve 45 minutos de duração, seguida de meia hora de debates.

O promotor Francisco Leitão Moura abre hoje os trabalhos com a conferência "A lei e a defesa do consumidor". "O Tribunal do Juri" é o tema da palestra do advogado Emídio Macedo Lemos e, fechando o seminário, haverá uma conferência sobre os "Recursos no Processo Trabalhista", pelo juiz Francisco Metos Marques de Lima. Em meio às conferências, será aberto um espaço para comunicações sobre a Faculdade de Direito da Região do Araripe.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:  
Des. Luís Belém de Alencar  
Vice-Presidente:  
Des. Nilton Nery dos Santos  
Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Santiago  
Assessores de Imprensa:  
Regina Rêgo

Editores:  
Roberto Tavares  
Redatores:  
Christiane Aklesten, Murrell Gibson

Fotografia:  
João Barbosa  
Diagramação:  
Calisto Dias

Redação:  
Pça. da República s/nº - 5º Andar  
48010 - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 434.3811/  
Rexel 225 - Telex: 3116 -  
Fax: 434.1822

## Lançamento

O livro "O Controle Judicial da (In)Constitucionalidade da Emenda à Constituição, que será lançado amanhã (ver matéria abaixo), poderá ser encontrado

em todas as livrarias do país. Os pedidos também podem ser feitos para a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, através do telefone 224-3251 ou pelo fax 224-6977.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1995 Nº 165

# Diário Oficial

## Livro aborda Controle Judicial

Com outros trabalhos jurídicos já publicados, Jackson Araújo, juiz da 6ª Vara da Fazenda Estadual, diz que a idéia de fazer o livro surgiu diante da constante violação por parte do legislador brasileiro de normas e princípios fundamentais da Constituição Federal.

"Face ao momento político por que passamos, ou seja, o das chamadas reformas constitucionais, resolvi costurar algumas idéias sobre o Controle judicial da (In)Constitucionalidade, especificamente em relação às emendas ao texto constitucional", afirma.

Araújo entende que a impor-

**A**manhã, dia 31, às 19h, no Centro de Convenções do Mar Hotel, em Boa Viagem, a Inojosa Editores e a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco lançam o livro "O Controle Judicial da (In)Constitucionalidade da Emenda à Constituição", do juiz de Direito Jackson Borges de Araújo.

tância e a responsabilidade do Poder Judiciário, como órgão de garantia da Carta Magna e da constitucionalidade, crescem neste momento nacional, e a fiscalização jurisdicional de que trata o livro constitui seu principal instrumento de defesa.

### PREFÁCIO

"O governo de

verno do arbítrio, o governo de leis é o Estado de direito, de garantias constitucionais". Com esse enfoque, o professor e jurista consultor Pinto Ferreira faz uma análise da obra em seu prefácio, destacando ser um ensaio "vigoroso e lúcido, dotado de uma comunicação lógica e direta".

"Ricos são os temas e o poder



Jackson Araújo: defesa da Constituição

ber manifestado em sua exposição", completa Ferreira.

Após o seu lançamento, o livro, segundo seu autor, estará à disposição em todas as livrarias do país. "Estou em contato com distribuidoras para assegurar a distribuição a nível nacional".

de debate do autor, não somente pelo aspecto erudito de sua obra, como ainda pelo toque filosófico de sua compreensão e pelo sa-

## O Autor

Formado em Filosofia (licenciatura plena), pela Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei, Minas Gerais, e em Direito (laureado) pela Faculdade de Direito do Recife, o pernambuco Jackson Borges de Araújo, antes de se tornar magistrado, foi professor de Filosofia na Fafire, advogado e promotor de Justiça no Estado de Pernambuco.

Com vários cursos de extensão e especialização universitária e alguns trabalhos científicos publicados, Jackson Araújo assumiu a magistratura em outubro de 1982, na Comarca de Aguaras Belas. Promovido por merecimento para a Comarca do Recife, em outubro de 1991, é hoje o titular da 6ª Vara da Fazenda Estadual.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luís Roberto de Albuquerque  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nilton Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessor de Imprensa:**  
Regina Tullio  
**Editores:**  
Roberto Tereza  
**Relatores:**  
Christiane Alcântara, Marcelino Glauco  
**Fotografia:**  
João Barboza  
**Diagramação:**  
Cecília Dias  
**Redação:**  
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50010-040 - Fone: 426.3810/11 - Ramal 225 - Telex: 3116 - Fax: 426.7822

## Identificação

O Posto de Identificação Civil, que funcionava no térreo do Palácio da Justiça, está atendendo pro-

visoriamente na sobreloja do Fórum Paulo Batista, junto ao Posto de Descentralização dos Serviços do Detran.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 1985 Nº 167

# Diário Oficial

## Corregedores lançam projetos de caráter nacional

**E**m outubro, Maceió será sede de encontro nacional entre corregedores gerais de Justiça. O objetivo é deflagrar dois projetos de cunho social. O primeiro deles, um programa capaz de viabilizar o registro de nascimento de todos os brasileiros, em especial dos carentes.

O outro, que venha afastar a burocracia estatal que impede a legalização de milhões de propriedades urbanas, na sua maioria situadas na periferia das grandes cidades. Para tanto, os corregedores pretendem dispensar documentos e abreviar procedimentos que dificultam o exercício da cidadania.

A decisão foi tomada em recente reunião em Salvador, quando também foram discutidos outros assuntos de importância para a categoria. Entre eles, que o Conselho Nacional da Magistratura seja

integrado exclusivamente por magistrados e que haja representantes do Tribunal de Justiça na sua composição.

Os corregedores pretendem ainda manter rigoroso controle sobre os processos de adoção de crianças brasileiras por pais de nacionalidade estrangeira. O objetivo é evitar irregularidades e acompanhar a situação dos menores no exterior até sua plena capacidade civil.

A questão dos menores tem sido prioritária para os magistrados. Tanto que, durante a reunião em Salvador,



O presidente Belém de Alencar esteve presente no II Encontro, em Olinda

ficou decidida a implantação de um cadastro centralizado de adotantes, de caráter nacional, para evitar múltiplas adoções e outro cadastro com os pretendentes da adoção.

O corregedor geral da Justiça no Estado de Pernambuco, desembargador Francisco de Sá Sampaio, informou que foi ainda apresentada proposta no sentido de que a reforma cons-

titucional traga regras que garantam a participação do Poder Judiciário nos orçamentos estaduais, com percentual fixo não

gedores Gerais das Justiças Estaduais e do Distrito Federal. Foi eleito no dia 11 de março durante o II Encontro da categoria, realizado em Olinda. O evento teve a participação de 50 corregedores e auxiliares de todo o país. A entidade foi criada em dezembro do ano passado.



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luis Belém de Alencar  
**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos  
**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio  
**Assessoria de Imprensa:**  
Regina Brito  
**Editor:**  
Roberto Tavares  
**Redatores:**  
Christiano Alcântara, Marcelo Oliveira  
**Fotografia:**  
Rosa Barbosa  
**Diagramação:**  
Carmen Dias  
**Redação:**  
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Pça. 434.38131 Ramal 225 - Telex: 51106 - Fax: 4241822

inferior a 10 por cento, bem como seja assegurado o repasse do duodécimo previsto na execução financeira.

Sampaio é vice-presidente do Colégio de Corre-

**T**rês psicólogas, duas assistentes sociais e duas estagiárias formam a equipe do Serviço Psicossocial. Helena Ribeiro, Lúcia Maria Leão e Sandra Jucá são as psicólogas. As assistentes sociais, Rita Perazzo e Joelma Lapenda, e ainda as estagiárias Cláudia Sampaio e Andréa Vasconcelos.



AND XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 02 DE SETEMBRO DE 1985 Nº 168

# Diário Oficial

# Setor psicossocial expande serviços

**U**ma reunião entre os juízes de Direito das Varas de Família da Capital e psicólogas e assistentes sociais do Serviço Psicossocial da Corregedoria Geral da Justiça, realizada semana passada, avaliou a importância do trabalho que vem sendo realizado pelo serviço, que tem prestado um acompanhamento na maioria dos processos em tramitação nas Varas de Família, de Acidentes do Trabalho e da Assistência Judiciária.



**Psicólogas e assistentes sociais se reúnem com luzes**



ODER JUDICIÁRIO

[illegible]

Desse encontro, os magistrados elaboraram um documento a ser encaminhado ao corregedor geral, desembargador Francisco de Sá Sampalo, solicitando melhores condições de funcionamento do serviço e ficaram definidos ainda encontros mensais para realização de estudos técnicos e trocas de informação.

Implantado há pouco mais de três anos, na gestão do então corregedor Elétrio Ramos Galvão, com o objetivo de atender às quatro Varas de Família da Capital, o servi-

ço psicossocial foi aos poucos ampliado. Hoje, a equipe interdisciplinar, composta por três psicólogas, duas assistentes sociais e duas estagiárias, presta atendimento também às Varas de Acidentes do Trabalho e da Assistência Judiciária.

Pioneiro no Norte e Nordeste, o trabalho das psicólogas e assistentes sociais consiste em oferecer pareceres que servem de embasamento para as decisões dos juízes. Casos de busca e apreensão, regulamentação de visitas dos filhos de pais separados, processos de guarda e sustento, além de separação

litigiosa são cuidadosamente analisados pelos profissionais.

Segundo a psicóloga Helena Ribeiro, a primeira tentativa é de conciliação entre as partes. Quando a conciliação não é viabilizada, o serviço passa para um processo de investigação por meio de levantamento de dados. Assim, são realizadas entrevistas, visitas às famílias e acompanhamentos. As profissionais já chegaram, inclusive, a participar de audiências. Na maioria dos processos, os magistrados acompanham os pareceres sociais. Eles têm reconhecimento cada vez

mais a importância desse trabalho que foi idealizado pelo juiz Milton Neves", explica Helena Ribeiro.

De fevereiro a dezembro do ano passado, foram realizadas 304 entrevistas, 55 acompanhamentos, 92 atendimentos, 62 visitas, 177 relatórios e 10 participações em audiência. Desde o início deste ano, a Vara de Acidentes de Trabalho também foi incorporada à área de atuação do Serviço Psicossocial, aumentando o volume de trabalho do setor.

Segundo o desem-  
barrador Francisco de

Sã Sampaio, o objetivo da Corregedoria é expandir o serviço: "É um trabalho importante e pioneiro. Vamos buscar estruturá-lo com mais recursos humanos e condições físicas e materiais. Pretendo oferecer esse tipo de assistência também aos Juizados da Infância e da Juventude do Interior e da Região Metropolitana". Existe um projeto para criação da assessoria psicossocial que ainda não foi executado, mas os cargos do setor já foram criados e estão sendo providos, segundo informou o corregedor geral.

## Treinamento

O treinamento de funcionários do Fórum da Capital tem continuidade com o segundo módulo "Práticas Cartorárias", ministrado pela assessora de pesquisas técnicas judiciárias, Maria da Paz Brasil. São 400 funcionários que já passaram pelo primeiro módulo sobre relações interpessoais. O treinamento foi iniciado em maio.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 173

# Diário Oficial

## Corregedoria investe na prestação jurisdicional

**A** Corregedoria Geral da Justiça tem tomado providências no sentido de promover a agilização dos serviços jurisdicionais. É o que afirma o corregedor geral, Francisco de Sá Sampaio. Com dados referentes ao final do primeiro trimestre do ano corrente, a estatística calculou um acúmulo de 39.441 processos nas Comarcas de 1ª Entrância; 148.134, na 2ª Entrância, e 270.688 feitos na 3ª Entrância.

Esses números, de acordo com o desembargador Francisco de Sá Sampaio, já foram muito mais altos. Várias iniciativas têm sido tomadas no sentido de promover melhoria na prestação jurisdicional. Entre elas, o provimento de juízes nas Comarcas, os mutirões realizados na Região Metropolitana e interior, além dos vários cursos da Escola da Magistratura. Uma outra providência com o mesmo objetivo foi a implantação da Assessoria de Pesquisas Técnicas Judiciárias.

A proposta da Assessoria, que está diretamente ligada à Corregedoria, é direcionar ações técnicas que visam à melhoria dos serviços judiciais na 1ª Instância, em todo o Estado. Funcionando há três anos, foram realizadas pesquisas, questionários e entrevistas no sentido de dar o diagnóstico das deficiências causadas de um emperamento na Justiça.

Segundo a assessora técnica, Maria da Paz Brasil, foram detectadas desmotivação dos funcionários e uma complexidade



Corregedor acredita na agilização dos processos judiciais

na cultura organizacional cartorária. Além disso, a ausência de um modelo de organização e a deficiência de atendimento ao público mostraram que era necessário encontrar métodos que dotassem as

secretarias de um padrão compatível. Assim, o Plano de Cargos e Salários, os treinamentos e o manual da Secretaria Judicial foram criados para diminuir os problemas encontrados.

"As funções

da Corregedoria são fiscalizar, disciplinar e orientar. As novas iniciativas têm se direcionado para oferecer orientação, principalmente", explica Maria da Paz. De acordo com a assessora, eficiência é pouco. É necessário estimular também a eficácia, através do comprometimento dos funcionários.

Para tanto, a equipe técnica da Assessoria visitou Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com o objetivo de observar as várias modificações ocorridas no Poder Ju-

diciário dos Estados e adaptá-las à realidade pernambucana. "Começamos esse trabalho durante a gestão do desembargador Etério Ramos Galvão e temos tido todo o apoio do seu sucessor na Corregedoria, desembargador Francisco de Sá Sampaio", conclui Maria da Paz Brasil.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luís Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Aldemar Palma

Editor:

Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Cavallio,

Marcelo Oliveira

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Cláudia Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 404.381.100

255 - Telex: 3118 - Fax:

4241.822

## Rápido

Levar processos para familiarizar-se com o computador, manter-se atualizado quanto às alterações jurídicas e dispor de uma boa equipe de pessoal.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 175

# Diário Oficial

Informática

## Caminho para agilização da Justiça

**A** informatização é a grande arma para acelerar o andamento dos processos judiciais. A opinião é do juiz Antônio Fernando Araújo Martins, titular da 1ª Vara da Fazenda Municipal. Com 413 sentenças proferidas, ele foi o magistrado que mais julgou na Capital, durante o primeiro trimestre do ano.

Conseguindo superar sua própria marca no segundo trimestre, quando ofereceu 544 sentenças, o juiz acredita que a utilização do computador é fundamental para a celeridade da Justiça. "Na 1ª Vara da Fazenda Municipal conseguimos reduzir a tramitação dos processos desde 1993, quando começou a implantação da informática no Poder Judiciário".

"Apesar das dificuldades impostas pelo Código de Pro-

cesso Civil, como repetições desnecessárias de atos", Antônio Fernando criou sentenças padronizadas para os processos que seguem a mesma linha. Além disso, ele não faz rasquinho, corrige a ortografia no próprio computador e entre uma audiência e outra, aproveita o tempo para julgamento dos feitos.

A 1ª Vara da Fazenda Municipal tem 3.300 ações em andamento, sendo 90% de executivos fiscais,



Antônio Fernando faz té na ajuda do computador

o que facilita a padronização de sentença. De acordo com o titular, o tempo médio de tramitação está em torno de seis meses, embora haja recurso de ofício como determina o CPC.

### Atuação

Ex-advogado na área privada, ex-delegado de polícia em Goiânia, Carpina e Boa Viagem, Antônio Fernando Araújo Martins é juiz desde 1982 quando, aprovado em concurso público, assumiu a Comarca de Araripina.

Removido depois para Aliança, foi promovido à 2ª Entrância e assumiu a Comarca de Olinda como juiz substituto.

Foi titular em Limoeiro, passou a Paulista e, finalmente, removido para a Comarca da Capital. Em todos os casos, subiu por merecimento.

No Recife, ficou na 3ª Vara da Fazenda Estadual, acumulou depois a 1ª Criminal e 3ª Civil e passou a titular da 1ª Vara da Fazenda Municipal, onde se encontra.

Na defesa da integração do Poder Judiciário pernambucano aos Tribunais Federais, Antônio Fernando acredita que não apenas os feitos serão julgados em menor tempo, mas a medida proporciona inclusive a prioritária atualização dos magistrados quanto às mudanças do Código de Processo Civil.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemar Paiva

Editor:  
Roberta Tinoco

Redatores: Lúcia Cavallini,  
Marceli Glauco

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Rua da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811/6  
268 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1522

## Medalha

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo, foi homenageado com a Medalha do Mérito das Forças Armadas, no grau de "Grande Oficial". A comenda foi

concedida pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O ministro Demócrito foi presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco no biênio 90/91.



ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 16 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 176

# Diário Oficial

## Promotora tem trabalho reconhecido

**A** representante do Ministério Público pernambucano, promotora Marília Fragoso, foi escolhida a melhor professora da Faculdade de Direito do Recife, UFPE. Com nota 9.61, ela recebeu a indicação feita pelos alunos pela segunda vez consecutiva.



Marília em companhia do desembargador Belém de Alencar

Justiça e proporcionar uma prestação jurisdicional rápida, com a resolução dos litígios em menor tempo possível.

Em recente congresso sobre as alterações do Código de Processo Civil, a promotora teve oportunidade de debater com o professor Barbosa Moreira, desembargador do Rio de Janeiro, visto como um dos maiores processualistas vivos do Brasil. O momento foi considerado o ponto alto do encontro.

Organização e conteúdo de aula, didática, pontualidade, assiduidade e relacionamento com os alunos foram os critérios observados durante a pesquisa. Marília é professora de Direito Processual Civil e responsável pela implantação da cadeira de Direito do Menor na UFPE.

Na sua opinião, o resultado da pesquisa é o reconhecimento pelos alunos de como um mestre deve se conduzir no exercício da função. Para ela, a indicação é gratificante e só incentiva o professor a produzir mais e melhor.

Como professora Marília procura conscientizar e ajus-

tar o aluno à realidade dos Tribunais. Para ela, o Poder

Judiciário está melhor na sua tentativa de atingir o ideal de

## Marília Fragoso

Professora de Direito Processual Civil e responsável pela implantação da cadeira Direito do Menor, a promotora Marília Fragoso já ensinou também Prática Forense, Direito do Menor e Processo Civil, sempre na Faculdade de Direito do Recife.

Foi também convidada para ser professora visitante

da Faculdade de Namur, na Bélgica, onde esteve por três meses, ministrando cursos nas áreas de Direito Processual Civil e Direito do Menor. Membro da Academia de Ciências de Pernambuco, é a única mulher integrante da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

Como promotora, aprovada em concurso público

em 1980, Marília Fragoso atuou nas Comarcas de Araripina, Ouricuri, Bodocó, Vicência, Passira, Vitória de Santo Antão, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife. Atualmente, encontra-se no exercício da 13ª Procuradoria de Justiça, com assento na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Balthazar de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nélito Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Beltrão

Editor:  
Roberto Tassano

Relatores: Edécio Carvalho,  
Maurício Góes,  
Plágio/Plágio

Diagramação:  
Cristina Dias

Endereço:  
Praça da República nº 1 - 51º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50015-000 - Fone: 424.381.100  
Fax: 424.381.100

## Meio ambiente

A Associação dos Magistrados do Brasil informa aos interessados que vai realizar, nos dias 12 e 13 de outubro, o Congresso Magistratura e Meio Ambiente. O evento acontece na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 178

# Diário Oficial

Magistratura

## Escola reabre fórum de debates

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco vai reativar o fórum de debates para juízes, instituído em novembro do ano passado com o objetivo de incentivar a pesquisa e a discussão de temas jurídicos, entre os magistrados estaduais.

Fechado durante algumas semanas para reformulação, o fórum vai ser reaberto no dia dois de outubro, passando a funcionar a cada primeira segunda-feira do mês, a partir das 19h. As atividades também são destinadas aos alunos da Esmape.

O juiz Frederico Neves, no exercício da diretoria da Escola, informa

que as recentes e iminentes inovações no Código de Processo Civil serão alvo de debates na sessão de reabertura. Segundo ele, é fundamental que os juízes acompanhem as modificações para que os processos possam fluir com mais rapidez.

A diretoria da Escola Superior da Magistratura convida a todos os juízes, capital e interior, para prestigiarem o acontecimento. Os participantes devem sugerir temas diversos para discussão ou encaminhá-los por escrito. A Es-

mape fica localizada no Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley.



O funcionamento do Poder Judiciário e a beleza arquitetônica do Palácio da Justiça foram motivo de conversa entre o recém-chegado cônsul dos Estados Unidos Earl Irving e o desembargador-presidente do TJ Luiz Belém de Alencar. Essa foi a primeira visita oficial do diplomata, recebido no Salão Nobre do Palácio.



Fred: é preciso debater as inovações no Código de Processo Civil



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Mary Ana Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Aldemar Pinheiro

Editora:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Oliveira

Fotografia:  
Jesús Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pra. da República nº 5º  
Anísio - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.381.100 -  
288 - Telex: 3116 - Fax:  
426/1822

## Posse

Quinze juízes tomaram posse ontem no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Eles são juízes substitutos e vão ocupar as Comarcas de 1ª En-

trância. Com isso, o presidente do TJPE, desembargador Luís Belém de Alencar, pretende melhorar a prestação jurisdicional em todo o Estado.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 180

# Diário Oficial

## Congresso brasileiro reúne magistrados

"O Poder Judiciário e a Constituição", "O Poder Judiciário e os Direitos Fundamentais", "Funções essenciais da Justiça", "As relações

do Poder Judiciário com o Parlamento", "Diagnóstico da Magistratura" são alguns dos temas que vêm sendo discutidos. Entre os debatedores, estão representantes de renome nacional dos Poderes Judiciário e Legislativo e do jornalismo.

### MINISTRO

Entre os painéis que serão realizados hoje, os temas giram em torno do controle externo do Poder Judiciário, das perspectivas dos novos processos penal e civil e das alternativas para uma maior eficácia da prestação jurisdicio-

**O**XIV Congresso Brasileiro de Magistrados começou quarta-feira em Fortaleza. Com o tema "O Poder Judiciário e a Constituição", estão sendo realizados painéis e conferências até amanhã. O evento reúne cerca de 3 mil magistrados de todo o País. A magistratura pernambucana é representada pelo presidente da Amepe, juiz José Fernandes Lemos.



O presidente da Amepe, juiz José Fernandes, participa do congresso

nal. O Congresso fecha amanhã, com o tema "O Poder Judiciário e os Meios de Comunicação", com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, e dos jornalistas Boris Casoy, Carlos Chagas, Paulo Cabral, Sidney Rezen- de e Zuenir Ventura.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nélio Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Delório

Editor:  
Roberto Tavares

Relatores: Lúcia Cavallini,  
Maurício Gláucio,  
Fotografia:  
João Roberto

Diagramação:  
Cátia Dias

Redação:  
Pça. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50010-040 - Fone: 424.3111/30-  
268 - Telex: 3116 - Fax:  
424/1822

## Tribunal de Justiça firma convênio com farmácia

de Justiça de Pernambuco e a Farmácia São Francisco para compra de mercadorias comercializadas nas referidas lojas. A vantagem é de que o servidor pode adquirir o produto no início do mês e o valor só será descontado com sessenta dias diretamente na folha de pagamento.

**O**s funcionários do Poder Judiciário contam a partir de agora com um convênio firmado entre o Tribunal

O convênio entrou em vigor no começo deste mês. Os funcionários interessados devem procurar o Núcleo de Recursos Humanos e pegar um encaminhamento. Para tanto, é necessário apresentar o contracheque, já que o servidor só poderá efetuar compras até 30% do seu salário. A farmácia só vai aceitar os encaminhamentos autorizados e os funcionários devem se apresentar com as carteiras funcional e de identidade.

Uma outra novidade para os servidores da Justiça é de que o vale-transporte não será fornecido no mês em que os funcionários estiverem de férias. A determinação entrou em vigor também este mês. O vale-transporte é um benefício regulamentado por lei que estabelece o seu uso no deslocamento de casa para o trabalho. Como, no período de férias, esse deslocamento não ocorre, o fornecimento não será mais realizado, segundo informa o Núcleo de Recursos Humanos.

## Instalação

A instalação de mais duas Varas da Fazenda Municipal na Comarca da Capital é a mais nova iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça, Luís Belém de Alencar. Com isso, o chefe do Poder Judiciário pretende diminuir o acúmulo de processos existente nas 1ª e 2ª Varas da Fazenda já existentes (veja matéria).



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 23 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 181

# Diário Oficial

## Magistrados tomam posse



Os 15 mais novos juízes que passaram a fazer parte do quadro da magistratura foram empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luís Belém de Alencar. A ex-promotora de Passira, Ana Paula de Oliveira Lira, leu o termo de compromisso em nome do grupo, enquanto o ex-promotor de Agostina, José Romero Maciel de Aquino, fez o discurso, representando os novos magistrados. Aquino disse que todos podem ficar tranquilos porque os empossados saberão honrar a magistratura e o povo pernambucano.

O desembargador-presidente afirmou que o Poder Judiciário recebe em seu seio os novos juízes para que sirvam à comunidade. Segundo Belém de Alencar, eles ingressam numa época em que o Poder Judiciário, apesar das críticas, vem tentando se modernizar. O presidente pediu aos magistrados que se empenhem no exercício da função, encarem as dificuldades e lutem para o fortalecimento da instituição e pelas mudanças que favoreçam a população. A nomeação dos juízes substitutos para as Comarcas de 1ª Instância tem como objetivo completar o quadro de magistrados em todo o Estado e agilizar a prestação jurisdicional.

### NOVOS JUÍZES

Ana Paula de Oliveira Lira; Eduardo Costa; Francisco Josafá Moreira; João Alberto Magalhães de Siqueira; José de Andrade Saraiya Filho; José Romero Maciel de Aquino; José Francisco de Almeida Filho; Marcone José Fraga do Nascimento; Maria da Conceição Siqueira e Silva; Marcyraja Maria Góis da Silva; Ossamu Eber Narita; Rafael José de Menezes; Saulo Fabianne de Melo Ferreira; Severino Bezerra do Nascimento; Wagner Ramalho Procópio.

## Presidente instala duas Varas da Fazenda Municipal

Mais duas Varas da Fazenda Municipal serão implantadas na Comarca da Capital no próximo dia 6. As 3ª e 4ª Varas foram criadas pela Lei 10.756, de 12 de junho de 1992, e agora serão instaladas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luís Belém de Alencar, segundo informou o secretário judiciário José Bezerra Júnior.

Processar e julgar as ações e execuções relativas à cobrança da dívida ativa, tributária e não tributária do município do Recife são as competências das Varas Privativas dos feitos da Fazenda Municipal dentro da Organização Judiciária do Estado.

### ACÚMULO DE PROCESSOS

A Comarca da Capital já está provida das 1ª e 2ª Varas que, de acordo com o corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, têm um grande acúmulo de feitos. Conforme estatísticas da Corregedoria, no primeiro

trimestre do ano, a 1ª Vara apresentou 80.400 processos acumulados. Já a 2ª Vara apresentou um número de 75.496 feitos.

O desembargador Sá Sampaio resalta que a iniciativa de instalar as duas Varas criadas é mais uma demonstração de que o Poder Judiciário vem trabalhando pela agilização processual: "A instalação dessas Varas e de outras já ocorridas nesta gestão faz parte do esforço concentrado no sentido de prestar um melhor serviço à sociedade pernambucana".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luís Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessora de Imprensa:  
Regina Ribeiro

Editora:  
Roberta Tereza

Redator: Lúcio Cavallini  
Maurício Gusmão  
Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Sede:  
Praça da República s/nº - 2ª  
Andar - Recife - PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.381.180  
288 - Telex: 3116 - Fax:  
424.1812

## Cargo

O procurador geral da República Geraldo Brindeiro, que na semana passada esteve em visita ao Poder Judiciário estadual, é o primeiro pernambucano a assumir o cargo.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 183

# Diário Oficial



**E**m visita ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, o procurador geral da República Geraldo Brindeiro foi recebido pelo presidente do TJ desembargador Luiz Belém de Alencar. O funcionamento do Poder Judiciário foi assunto de prioridade durante o encontro. Essa foi a primeira visita oficial que Brindeiro fez ao Estado desde que assumiu o cargo, há cerca de dois meses.

## Seminário

Previsto para outubro realização de seminário sobre importância e atuação do Ministério Público pernambucano. O objetivo, segundo a procuradora Anamaria Campos Torres, autora da idéia, é orientar a comunidade quanto às funções do MP no Estado.

O encontro deve contar com a presença do procurador geral da República Geraldo Brindeiro. O convite foi feito durante sua visita a Pernambuco, quando foi recebido pelo procurador geral da Justiça José Tavares e representantes do MP estadual.



**Dificuldades do Ministério Público**, tais como orçamento e remuneração, foram temas de conversa entre o procurador geral da República Geraldo Brindeiro e o procurador geral da Justiça estadual José Tavares. O encontro teve a participação de representantes do MP pernambucano, sendo reafirmado o acordo de cooperação entre os dois órgãos.



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Assessoria de Imprensa:**  
Regina Seltzer

**Editora:**  
Roberta Tavares

**Redatores:** Lúcia Cavallini,  
Marcelo Glauco  
**Fotografia:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Cilene Dias

**Redigido:**  
Pia. da República (40) - 50\*  
Avulso - Recife-PE - CEP  
50.000-040 - Fone: 424.88118-  
268 - Telex: 3116 - Fax:  
4041822

## Resultado

O presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, José Fernandes Lemos, foi um dos participantes do Congresso que

elaborou a Carta de Fortaleza. Segundo ele, o encontro foi proveitoso no sentido de definir os principais postulados da categoria.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 185

# Diário Oficial

## Carta de Fortaleza resume princípios dos magistrados

Entre os resultados dos debates, o fortalecimento do Poder Judiciário para melhor servir à comunidade e a afirmação da independência do Poder, contrária a qualquer controle externo, foram algumas das principais questões reafirmadas durante o Congresso.

**R**eunidos no XIV Congresso Brasileiro em Fortaleza, entre os dias 20 e 23 de setembro, os magistrados de todo o Brasil estiveram discutindo durante painéis e conferências "O Poder Judiciário e a Constituição". Do encontro, foi escrita a Carta de Fortaleza, que resume princípios da magistratura brasileira.



José Fernandes Lemos



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Antônio de Albuquerque

Vice-Presidente:  
Des. Nélson Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Delácio

Editora:  
Helena Tavares

Redatores: Lúcia Cavallini,  
Mônica Gilson

Fotografia:  
João de Deus

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pça. da República 604 - 30°  
Andar - Recife-PE - CEP  
51.019-040 - Fone: 41.361.186  
188 - Telex: 3115 - Fax  
41.7922

Segundo os magistrados, a criação de um órgão de controle externo do Judiciário contradiz a cláusula constitucional de separação dos poderes e representa uma "ofensa à autonomia imprescindível ao exercício de função inerente ao Estado Democrático de Direito".

Foi ressaltada, ainda, a necessidade de instalação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Com isso, o acesso dos jurisdicionados, em especial os excluídos, pode ser facilitado, contando com a colaboração do

Ministério e Defesa Pública e dos advogados.

A harmonia entre os três Poderes também foi assunto abordado na Carta de Fortaleza. A colaboração entre os Poderes, como o encaminhamento de propostas de lei ao Legislativo e a sensibilização do Executivo para a concretização de políticas que diminuam as desigualdades sociais no campo, teve sua importância destacada.

### DEFICIÊNCIAS

Os magistrados reconheceram ainda que existem deficiên-

cias estruturais do funcionamento judicial e que comportamentos isolados, que não representam a visão da categoria, prejudicam a instituição, muitas vezes, causando o descrédito por parte da população.

Essa questão fez inclusive com que os magistrados discutissem o papel que devem desempenhar atualmente, preocupando-se com a "ordem jurídica justa". Prova disso foi a edição da Cartilha da Justiça e a realização da pesquisa "O Magistrado e o Poder Judi-

ciário — Auto-análise para melhor servir".

### EXTINÇÃO CLASSISTA

Manifestando-se contra a representação classista, na Justiça do Trabalho, os magistrados criticaram a estrutura arcaica que dá origem aos juízes classistas. De acordo com a Carta confeccionada pelos participantes do Congresso, a extinção é de interesse público.

Como interesse público também, os magistrados ressaltaram o dever de assegurar os direitos fundamentais às crianças

e adolescentes, preservando-os de violência, discriminação, opressão, comprometendo-se em punir os transgressores da lei e buscando despertar uma maior consciência por parte da família, da sociedade e do Estado.

Por fim, a Carta de Fortaleza destacou o empenho na divulgação das atividades do Judiciário nos meios de comunicação de massa, mostrando a instituição como instrumento de prestação de serviços ao cidadão e à sociedade.

## Jaboatão

Em outubro, o Juizado Especial de Pequenas Causas de Jaboatão dos Guararapes completa quatro anos de funcionamento. Localizado na Primeira Travessa Jílio Maranhão, 47, em Prazeres, o JPC atende à

comunidade de Muribeca, Can-deias, Piedade e Ponte dos Carvalhos, com jurisdição até a Comarca de Moreno. Durante esse tempo, manteve a média de 85% de conciliação entre as partes.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 30 DE SETEMBRO DE 1995 Nº 186

# Diário Oficial

## Seminário de Processo Civil acontece no Recife



Nery atua como presidente de mesa durante seminário

**O Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor — Brasilcon — promove, no dia 6 de outubro, o I Seminário de Atualização em Direito Processual Civil. As conferências são realizadas das 8h às 18h, no auditório do Recife Monte Hotel, sendo conferidos certificados.**

À tarde, é a vez de o conferencista Nelson Nery Júnior abordar procedimento monitorio, ratio essendi, repercussões nos processos de conhecimento, execução cautelar e procedimentos

especiais com as respectivas alterações. Ele é professor de Processo Civil e Direito do Consumidor, mestre em Direito e procurador de Justiça do Estado de São Paulo.

As inscrições antecipadas estão abertas no térreo do Tribunal Regional do Trabalho, na Avenida Cais do Apolo, 739, custando R\$ 90,00 e R\$ 45,00 para profissionais e estudantes, respectivamente. Para quem prefere se inscrever no dia e local do seminário, a taxa é de R\$ 120,00 e R\$ 60,00.

O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nildo Nery dos Santos, participa do evento como presidente de mesa. O I Seminário de Atualização em Direito Processual Civil tem apoio da Associação do Ministério Público de Pernambuco.

Rodolfo de Camargo Mancuso, professor de Processo Ci-

vil da Universidade de São Paulo, procurador municipal e autor de obras jurídicas é o primeiro conferencista do dia. Ele fala sobre antecipação da tutela, análise dos pressupostos em face da teoria da razoabilidade, repercussões nos processos de conhecimento, execução cautelar e procedimentos especiais.

## Brasilcon

Órgão promotor do evento, o Brasilcon foi criado há cerca de cinco anos, com sede em São Paulo. Tem por objetivo a implementação do estudo e aplicação do Direito do Consumidor. Além disso, promove cursos para formação de técnicos nessa área e prepara especialistas na matéria.

Juízes de Direito, advogados, promotores de Justiça e estudantes de Direito são o público alvo de tais cursos. Para os consumidores, especificamente, a entidade promove eventos com o intuito de prepará-los para a defesa de seus direitos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Dex. Luís Bello de Alencar

Vice-Presidente:  
Dex. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Dex. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Brito

Editor:  
Roberto Tiviana

Redatores: Lúcia Cavallini,  
Marcelo Gomes

Fotografias:  
José Barboza

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.015-040 - Fone: 424.3811/16  
166 - Telex: 3116 - Fax:  
434/1822

## Seminário

O Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor — Brasilcon — promove, no dia 6 de outubro, o I Seminário de Atualização em Direito Processual Civil. As conferências são realizadas das 8h às 18h, no auditório do Recife Monte Hotel, sendo conferidos certificados.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 188

# Diário Oficial

## Departamento Cível faz balanço positivo

Melhoria da produtividade, maior coordenação do pessoal e desafogamento do acúmulo de processos foram alguns dos resultados obtidos com a nova estrutura montada informalmente no Departamento Judiciário Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, segundo o diretor Rômulo Belém de Alencar.

Há cerca de um ano e meio, foram criadas cinco equipes de trabalho, cada uma com um coordenador, que trabalham com uma Câmara Cível, enquanto, na estrutura antiga, três pessoas eram sobrecarregadas com um grande número de tarefas, o que invariavelmente acarretava num acúmulo de trabalho e num menor índice de

produtividade do que o observado atualmente.

Com a descentralização, cerca de 30 pessoas que compõem o departamento se dividem entre as equipes, prestando atendimentos distintos a cada Câmara, e a recepção, onde realizam atendimento ao público, do meio-dia às 18h, e fazem triagem, encaminhando cada questão à equipe correspondente.

### INFORMATIZAÇÃO

De acordo com Rômulo Belém de Alencar, que assumiu a diretoria do departamento em agosto de 1991, com formação em Administração de Empresas, o processo de informatização do setor foi outro aspecto que possibilitou maior agilização dos



Rômulo Belém de Alencar resalta a importância da informatização nos trabalhos do Departamento Cível

trabalhos como as publicações de despacho, expedição de documentos, processamento de

informações e controle de prazos.

Dentro do processo de informatização, o diretor destaca ainda a criação de um programa de controle de processos para precatórios por Luciano Moreira, do Núcleo de Organização e Sistemas. Além disso, já está, em última fase de elaboração pelo NOS, a estatística da movimentação processual via computador.

Belém de Alencar resalta que a sugestão de departamentos é de que essa estatística seja realizada a partir dos processos cadastrados no sistema que, hoje, segundo ele, numa avaliação otimista, representa cerca

de 70%. O Departamento Cível terá ainda cinco micros 486 que serão acoplados ao sistema, para a confecção e apresentação de documentos expedidos pelo setor.

### RECURSOS HUMANOS

O treinamento na área de atendimento ao público foi uma das iniciativas que a direção do departamento tomou no sentido de qualificar o serviço tanto na recepção, quanto com o pessoal das Câmaras. Um curso de Direito Processual também foi requerido à Presidência do Tribunal de Justiça e o diretor espera autorização.

Um projeto em conjunto com o diretor do

Departamento Criminal, Francisco Ramón Peixoto, e o Núcleo de Organização e Sistemas também está em andamento. A ideia é a criação de um treinamento no sentido de facilitar o acesso aos departamentos.

Antes do final da atual gestão, o Departamento Cível deve ir para o térreo do TIPE, com melhores instalações e mais espaço, segundo informou Rômulo Belém de Alencar. Essa mudança vai proporcionar um maior acesso do público ao departamento.



A melhoria da produtividade foi um dos resultados da nova estrutura



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Leão Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nélson Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Siqueira

Assessor de Imprensa:  
Regina Roberto

Editores:  
Roberto Tavares

Colaboradores: Lúcia Carvalho,  
Marcelo Glaser

Fotografia:  
Jovet Barbosa

Diagramação:  
Cátia Dias

Redação:  
Pça. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50010-040 - Fone: 424.38118-  
288 - Telex: 3116 - Fax:  
4241812

## Reunião

Uma reunião promovida pelo Conselho da Magistratura de Pernambuco vai reunir os juizes das Varas Cíveis da Capital e Região Metropolitana, no próximo dia 19, na Escola Superior da Magistratura, às 19 horas. O objetivo da reunião é instruir os magistrados sobre a estratégia a ser utilizada na Semana da Conciliação.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 07 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 191

# Diário Oficial

## Semana da Conciliação é iniciativa pioneira

**Entre os dias 23 e 27, as pautas de audiência do foro cível estarão reservadas para a realização exclusiva de audiências de conciliação, na forma prevista no artigo 125, IV, do Código de Processo Civil. É a Semana da Conciliação, segundo informou o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Nildo Nery.**

juiz à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 15 dias, informando o número de audiências de conciliação agendadas, o número de audiências de conciliação para processos em que o réu ainda não havia sido citado, quantas foram realizadas e ainda a quantidade de conciliações obtidas e homologadas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luis Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Bello

Editora:  
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho,  
Marcos Glauco

Fotografia:  
Rozel Dantas

Diagramação:  
Celeste Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-000 - Fone: (016) 381.500  
248 - Telex: 3135 - Fax:  
424/8822



Nildo Nery acredita que o programa deve desafogar as pautas de audiência

O programa foi estabelecido pelo Conselho da Magistratura, de forma pioneira no Brasil, com o objetivo de diminuir o acúmulo de demandas judiciais, através de um acordo entre as partes interessadas. O objetivo é reduzir o atraso na prestação jurisdicional e desafogar as pautas de audiências, já que o Poder Judiciário espera que milhares de feitos sejam extintos por meio da conciliação.

Um dos princípios fundamentais do processo é a tentativa de conciliação por iniciativa do juiz, de acordo com a Lei 8.952. Com esse objetivo, a tentativa deve

ocorrer a qualquer tempo durante o processo, podendo ser exercida quantas vezes for necessário. O desembargador Nildo Nery afirmou que a função conciliadora é importante para a presteza e rapidez da prestação jurisdicional.

### PROCEDIMENTOS

Segundo resolução do presidente Luís Belém de Alencar, publicada em Diário Oficial, as audiências serão agendadas dando preferência àqueles feitos internos em que o réu ainda não tiver sido citado. O juiz deve mostrar às partes as vantagens da conciliação. Caso seja obtida, deve ser reduzida a ter-

mo e homologada por sentença. Por outro lado, se a solução não for amigável, o magistrado

deverá mandar lavrar termo de ocorrência, dando prosseguimento ao feito.

Encerrada a Semana, os chefes de secretaria devem enviar relatório visado pelo

## Expediente

Sexta-feira não haverá expediente no Tribunal de Justiça. A informação é do secretário judiciário

José Bezerra Júnior, conforme determinação do presidente Luiz Belém de Alencar.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 193

# Diário Oficial

## Tribunal de Justiça presta contas

**E**stá pronta a prestação de contas do primeiro ano de gestão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar. O trabalho configura a transparência dos atos do magistrado no período de 1994 e resulta na encadernação de 61 exemplares. O material se encontra à disposição da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

A iniciativa foi da Secretaria de Administração, Pessoal e Interior junto ao Departamento Financeiro do Tribunal de Justiça. A prestação do segundo ano de gestão, relativa a 1995, já se encontra em anda-

mento, seguindo o mesmo estilo. A previsão é que esteja concluída em fevereiro, com o término do mandato de Belém.

O diretor de Finanças do Tribunal de Justiça João Lopes disse que a transparência de atos administrativos numa gestão pública é exigência constitucional. "Para atingir o objetivo, foi preciso desenvolver projetos de mensuração contábil com utiliza-

ção de tecnologia informática", acrescentou.

Informou, ainda, que o processo de elaboração da Prestação de Contas do Poder Judiciário teve início com a desvinculação da Conta Única do Estado da movimentação financeira da atual gestão como consequência da autonomia financeira e administrativa, prevista pela Constituição Federal de 1988.



João Lopes: transparência é determinação constitucional

## Violência

Quem não recebeu o folder "Proteja-se contra roubos e furtos" pode pegar o seu na Assistência Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça. A delegada Maria Segundo informa que ainda restam alguns para serem distribuídos com o servidor do Poder Judiciário. O folheto faz parte da campanha educativa e informativa contra a violência realizada pela administração Belém de Alencar.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Helena

Editora:  
Roberta Távora

Relator: Christiane Nóbrega,  
Marcelo Gomes

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Cátia Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50010-040 - Fone: 424.30.100  
364 - Telex: 3116 - Fax:  
4201832

## A obra

O livro "O Silêncio da Pedra Bruta", do magistrado Marcílio Sampaio, que será lançado hoje, tem capa, ilustrações e diagramação de Fernando Carlos Camarotti Júnior. Veja matéria abaixo.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1995

Nº 198

# Diário Oficial

Literatura

## Magistrado faz lançamento de livro

Nesta sexta-feira, a partir das 18h30m, no restaurante do Fórum Thomaz Cyrillo Wanderley, a Justiça pernambucana estará reunida para prestigiar o lançamento da obra "O Silêncio da Pedra Bruta", de autoria do magistrado/poeta Marcílio de Sampaio Carvalho.



Marcílio: renda do livro vai ajudar centro beneficente

"O Silêncio da Pedra Bruta" reúne 36 poemas, sendo o mais antigo de 1967. Os anteriores a essa data foram destruídos por uma enchente que atingiu a residência de Marcílio. A orelha do livro é uma homenagem de sua filha Alessandra, escrita no Dia Nacional da Poesia, em março.

A renda vai ser revertida em favor do Centro Beneficente Filantrópico do Bongi, fundado em 1989 por Íris de Sá Sampaio e Aline

Amorim. O Cenbengi trabalha com crianças carentes e abandonadas, fornecendo-lhes estudo, alimentação e higiene.

A idéia inicial era confeccionar os livros (foram feitos no computador caseiro de Marcílio) para distribuí-los com os amigos. No entanto, depois de prontos, o autor resolveu prestar ajuda ao Centro, pois conhece de perto as dificuldades enfrentadas pela presidente Íris Sampaio.

### ACOES DO CENBENGI

O Centro Beneficente Filantrópico do Bongi tem sede própria na Rua Acajutiba, nº 43, Bongi. Mantém 116 menores: 16 no jardim de infância, 50 no pré-escolar e alfabetiza-

ção e 50 nas aulas de evangelização moral e higiene. Os matriculados na escola recebem merenda e almoço, os demais somente a merenda.

Para o próximo ano, Íris Sampaio pretende dar continuidade à escola,

iniciar cursos profissionalizantes de cabeleireira e manicure e internamento de 10 menores abandonados. Atualmente, quatro menores são aprendizes de mecânica e dois trabalham no comércio.

A aquisição dos gêneros alimentícios e o pagamento das professoras é possível graças às doações das sócias, pessoas amigas e promoções. A renda com a venda do livro será um grande reforço às atividades do Centro Beneficente do Bongi.

### O AUTOR

Marcílio Sampaio foi classificado em primeiro lugar no seu concurso para juiz de Direito, realizado em 1975, após cinco anos de formado, quando atuava como advogado. Foi sempre um magistrado brilhante, tendo passado pelas Comarcas de Pedra, São Joaquim do Monte, Ma-

caparana, Jaboatão e Recife.

Aposentou-se em fevereiro de 1991, tendo sido nomeado assessor técnico judiciário do Tribunal de Justiça, lotado no gabinete do desembargador Francisco de Sá Sampaio. Sobre o seu livro, diz que é uma homenagem a seu pai, o poeta matuto Otacílio Pereira de Carvalho, já falecido.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Edson de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Rafaela Seabra

Editor:  
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Corvello,  
Marcelo Glória

Fotógrafo:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.381-108  
348 - Telex: 5116 - Fax:  
424.018-22

## Reunião

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, desembargador Cláudio Américo de Miranda, está convidando os coordenadores da Esmape para participarem da reunião do Conselho técnico-administrativo, que será realizada hoje, dia 25, às 19h30, na sede da Escola.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 201

# Diário Oficial

## Ações buscam diminuição do acúmulo de processos

Com a instalação das novas Varas da Fazenda Municipal na Comarca da Capital, cerca de 80 mil processos deverão ir para 3ª Vara e 75 mil serão encaminhados para a 4ª Vara, segundo informou o juiz da 3ª Vara, Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho. Com isso, o Judiciário pretende diminuir o acúmulo de feitos existente.



Os juizes Antônio Vidal e Gabriel Cavalcanti (da esquerda para a direita) assumiram as Varas da Fazenda

Especializadas, as Varas processam e julgam ações e execuções relativas à cobrança da dívida ativa, tributária e não tributária do município do Recife, ou seja, lida com executivos fiscais, ações de cobrança do município com relação aos contri-

buintes. Essa avaliação da quantidade de feitos fez com que as primeiras providências no sentido de desafogar as Varas fossem tomadas.

O juiz Cavalcanti Filho afirmou que a meta para o próximo trimestre é um recadastramen-

to realizado pelas 3ª e 4ª Varas em conjunto com a Procuradoria Municipal. O trabalho de recadastramento vai funcionar como um levantamento dos processos em que os débitos se tornaram inexecutíveis, realizando nesses casos a extinção do

feito. Nos demais, os pagamentos devem ser executados, diminuindo assim o número de processos, seja através de arquivamento ou pagamento.

Cavalcanti Filho ressalta, entretanto, que essa iniciativa só poderá ser levada adiante

se a Vara contar com uma infraestrutura compatível, com o suporte de material e recursos humanos. Segundo o magistrado, já que a Vara tem uma quantidade maior de feitos, é necessário também uma maior estrutura.

"Sem apoio, não poderemos resolver o problema do acúmulo de processos", afirma o juiz Cavalcanti Filho. Segundo informações da Procuradoria Municipal, existem ainda 70 mil processos para distribuição para as 3ª e 4ª Varas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Bellen de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:  
Regina Daltro

Editor:  
Roberta Tavares

Relatores: Christiane Alcântara  
e Marcelino Chaves

Fotografia:  
José Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Praça da República 212 - 2º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50010-640 - Fone: 424.3811/6-  
248 - Telex: 3016 - Fax:  
424/3822

## Homenagem

**O**s componentes do grupo de canto do Tribunal de Justiça de Pernambuco, prestaram uma homenagem à regente Wânia Dias, que deixa o comando do coral após seis anos de

trabalho. Ela se afasta de suas atividades após 30 anos dedicados à arte musical. Na ocasião, Wânia recebeu uma placa em agradecimento pela sua brilhante passagem pelo coral do TJPE.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 203

# Diário Oficial

Cidadão

## Siqueira Campos recebe Título

**O** desembargador Hélio Barros Siqueira Campos recebe, hoje, o Título de Cidadão de Pesqueira. A homenagem acontece às 20h, no anexo do Hotel Independente, naquele município. O Título foi concedido pela Câmara Mu-

nicipal de Pesqueira, em reconhecimento aos serviços que o magistrado prestou à cidade.

Nascido no município de Flores, Hélio Barros de Siqueira Campos morou em Pesqueira durante 42 anos. Aproveitando em concurso

público em 1965, foi juiz substituto em Alagoinha, Poção e Pesqueira e juiz titular nas Comarcas de Betânia, Venturosa, Sanharó, Floresta, Rio Formoso, Limoeiro e Caruaru.

Como magistrado exerceu atividades de juiz eleitoral das 3ª e

8ª Zonas da Capital, juiz de registro eleitoral da Capital, desembargador substituto no período de 1987 a 1993 e nomeado desembargador em 3 de novembro de 1993.



Etério: palestra na Faculdade

**U**ma palestra sobre as Reformas do Poder Judiciário será proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, e pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Etério Ramos Galvão. A palestra será realizada amanhã, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, a partir das 10 horas, e será aberta a magistrados, advogados, integrantes do Ministério Público e estudantes de Direito.

## "Servidor Pé-Quente" ganha prêmios

**N**o mês do funcionário público, o programa estadual de lazer está realizando uma promoção intitulada "Servidor Pé-Quente" para presentear seus associados. Para participar, o servidor inscrito no Pró-Lazer deve preencher o cupom e colocar na urna de sua repartição.

No dia 31 deste mês acontece o sorteio de vários prêmios, entre eles um final de semana numa fazenda em Garanhuns, com alimentação e direito a acompanhante, e duas excursões para o Vale do Peixe, em Aliança.

Quem quiser participar é só ir até o Departamento de Pessoal setor de Recursos Humanos, e depositar o cupom na urna que estará lá até hoje, dia 27. Ângela Figueira, do NRH, avisa que cada servidor inscrito no programa só pode participar com um único cupom.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Azevedo

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Regina Eulírio

Editor:

Roberto Tavares

Redatores: Christiane Almeida

e Marcos Gláucio

Fotografia:

Jonas Barbosa

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Rua da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: 424.3801/8

288 - Telex: 3118 - Fax:

42471822

## Visita

O embaixador da Grã-Bretanha, lém de Alencar. O embaixador Keith Haskel, baixador veio acompanhado do cônsul Alan Fiori.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 28 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 204

# Diário Oficial

## Agenda

**TERÇA-FEIRA (31)** — O Juizado Especial de Pequenas Causas de Jaboatão dos Guararapes completa quatro anos de funcionamento. Instalado na 1ª Travessa Júlio Maranhão, 47, Prazeres, atende à população da área, mantendo índice de conciliação em torno de 85% entre as partes.

**QUARTA-FEIRA (1) novembro** — O presidente do Tribunal de Justiça desembargador Luiz Belém de Alencar instala mais uma Comarca de 1ª Entrância. Com uma população atual de sete mil habitantes, Terra Nova passa a ter autonomia judicial para julgar e processar seus próprios feitos, antes julgados em Parnamirim.

**TERÇA-FEIRA (7) novembro** — Primeiro a ser instalado em Pernambuco, o Juizado Especial de Pequenas Causas do Rosarinho, Recife, está fazendo seis anos. Instalado em 1989, o JEPC serviu de modelo para instalação de núcleos jurisdicionais semelhantes em outros estados.



## Conselho preenche cargos com remanescentes



Judite: candidatos devem trazer documentação exigida

O Conselho da Magistratura abriu concorrência para o preenchimento do cargo de oficial de Justiça de 2ª Entrância da Comarca de Palmares. O objetivo é aproveitar os candidatos aprovados, remanescentes de concursos

públicos de outras Comarcas do interior do Estado, que devem apresentar seus pedidos de inscrição para nomeação.

As inscrições devem ser feitas na secretaria do Conselho da Magistratura, que fica no 3º andar do Palácio da

Justiça, até segunda-feira, dia 30. Estão sendo oferecidos dois cargos de oficial de Justiça.

A secretária do Conselho, Judite Alcântara, avisa aos candidatos que o pedido de inscrição deverá ser instruído com os seguintes documentos: publicação ou equivalente do Diário do Poder Judiciário que homologou o concurso do qual o candidato é remanescente; a certidão da média global obtida pelo candidato; comprovante do provimento do cargo do concurso a que se submeteu e folha corrida fornecida pela Diretoria do Foro com visto do respectivo juiz da Comarca do candidato.

Caso entenda ser necessário, o candidato pode ainda apresentar outros documentos no ato de sua inscrição para a observância dos critérios de desempate.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nilda Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Regina Beltrão

Editor:

Roberta Tavares

Redatores: Christiane Alcântara

e Marlene Glória

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Pq. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.110-040 - Fone: 424.381.180

288 - Telex: 3116 - Fax:

4141822

## Brasilcon

O Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor é presidido pelo jurista Antonio Herman de Vasconcelos. A diretoria do órgão é ainda integrada pelo ministro do

Superior Tribunal de Justiça Rui Rosado de Aguiar Júnior e pelos desembargadores Eládio Lecey e Antonio Dall'Agnol (RS), Fátima Andrichi (DF) e Nildo Nery dos Santos (PE).



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 11 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 213

# Diário Oficial

## Juizes reúnem-se em Gravata

Vai ser do ministro Sidney Sanches a palestra de abertura do I Encontro dos Magistrados do Agreste Pernambucano, promovido pela Associação dos Magistrados de Pernambuco, Escola Superior da Magistratura, com apoio do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça do Estado.

O Encontro começa quinta-feira (16) e se estende até sábado (18), na Comarca de Gravata. O presidente do Tribunal de Justiça desembargador Luiz Belém de Alencar faz pronunciamento na sessão de abertura, sendo coordenador dos trabalhos no último dia do evento. A instalação dos trabalhos está a cargo do presidente da Amepe, juiz José Fernandes de Lemos, e do diretor da Escola da Magistratura, desembargador Cláudio Américo de Miranda.

Execução Penal, Juri, Juizados de Pequenas Causas, Separação Judicial, Divórcio e União Estável são alguns dos temas programados para o Encontro. O programa prevê ainda Alteração no CPP, Sucessões, Inventário e Partilha, Reforma Processual e Solução de Casos Concretos.

Como coordenadores e conferencistas figuram os desembargadores Francisco de Sá Sampaio, Waldemir Lins, Benildes de Souza Ribeiro, juizes Mauro Alencar, Cícero Alcoforado, Geraldo Og Fernandes, Napoleão Tavares, Leopoldo Raposo e Frederico Neves, dentre outros nomes da magistratura pernambucana.

## Processo Civil Recife sedia Seminário Nacional de Atualização

Juizes, advogados, promotores e estudantes de Direito estiveram juntos, sexta-feira (10), no auditório do Recife Monte Hotel, durante o I Seminário de

**Integrante da diretoria do Brasilcon, o desembargador Nildo Nery presidiu a mesa de trabalhos do I Seminário Nacional de Atualização em Direito Processual Civil**

Direito Processual Civil, promovido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor — Brasilcon — seccional de Pernambuco. O desembargador Nildo Nery, vice-presidente do Tribunal de Justiça, presidiu a mesa dos trabalhos.

Antecipação de Tutela, Análise dos Pressupostos em face da Teoria da Razoabilidade e sua repercussão nos Processos de

juiz Frederico Neves e desembargador Macedo Malta.

O Seminário teve apoio da Ordem dos Advogados do Brasil-PE,

dária, o Brasilcon busca a implementação do estudo e aplicação do Direito do Consumidor, promover cursos para formação de técnicos nessa área e preparar especialistas na matéria.



Conhecimento, Execução, Cautelar e Procedimentos Especiais foram os temas discutidos junto aos conferencistas Nelson Nery Júnior (SP), J. J. Calmom dos Passos (BA), Rodolfo Mancuso (SP) e pernambucanos

do Recife Monte Hotel e S.O.S.-Direito-D.A-Unicap. O objetivo foi tirar dúvidas e oferecer soluções relativas às recentes inovações no Código de Processo Civil. Sociedade sem fins lucrativos, de âmbito nacional e sem filiação parti-



PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belém de Alencar

**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Sampaio

**Auxiliar de Imprensa:**  
Regina Rêgo

**Editor:**  
Roberto Tavares

**Redator:** Christiane Aldemir e Marcos Glauco

**Fotografia:**  
João Barbosa

**Diagramação:**  
Cristina Dias

**Redação:**  
Praça da República 107 - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP:  
50010-900 - Fone: 424.181 (18)  
268 - Telex: 1116 - Fax:  
424.1822

## AEMEPE

A Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco está completando 15 anos de fundação. Na semana passada, a data foi comemorada com uma missa na capela do Tribunal de Justiça e um coquetel para os convidados. Na ocasião, foi descerada uma placa pelo aniversário da AEMEPE.

rada com uma missa na capela do Tribunal de Justiça e um coquetel para os convidados. Na ocasião, foi descerada uma placa pelo aniversário da AEMEPE.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 215

# Diário Oficial

## Escola abre inscrições para Curso de Preparação

**A**s inscrições para o teste de seleção do Curso de Preparação à Magistratura encerram-se esta semana. Promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, o curso oferece 100 vagas aos bacharéis em Direito interessados.

Para participar do processo seletivo de ingresso no curso, o candidato deve pagar uma taxa de 40 reais e efetivar a inscrição na Esmape, que fica no térreo do Fórum Cyriilo Wanderley, no horário das 9 às 22 horas.

No ato da inscrição, será exigida, além do comprovante de pagamento da

taxa, uma cópia autenticada da carteira de identidade. Caso for aprovado no teste seletivo, o candidato terá que apresentar nova documentação.

Para obter a aprovação no referido exame, que terá caráter eliminatório, o candidato deve atingir uma média global mínima de seis (6,0). O dia e

local das provas serão oportunamente divulgados pela Escola da Magistratura.

Durante o exame, os candidatos podem consultar a legislação não comentada e não anotada. O programa para as provas contém Direito Civil, Penal, Processual (Civil e Penal), Direito do Trabalho e

Des. Cláudio Américo, diretor geral da Esmape



ele assistirá às seguintes aulas de Direito: do Trabalho, Processual do Trabalho, Constitucional do Trabalho, Penal e Processual Penal do Trabalho e Internacional do Trabalho, além de Direito Previdenciário e Prática de Sentença.

Processual do Trabalho.

### CURSO

Com início marcado para o dia 5 de fevereiro de 1996, o Curso de Preparação à Magistratura tem uma carga horária total de 720 horas/aula, divididas em três semestres. Nos dois primeiros, os alunos têm aulas comuns, nas diversas áreas do Direito.

Já no último período do curso, cada aluno faz uma opção

entre o Curso de Preparação à Magistratura da Justiça Comum ou o de Preparação à Magistratura do Trabalho.

Os que optarem pela Justiça Comum terão aulas de Medicina Legal, Direito Processual Penal III, Direito Penal II, Direito Tributário, Organização Judiciária, Direito da Criança e do Adolescente e Direito Constitucional.

Caso a escolha do aluno seja pela Justiça do Trabalho,



A Escola recebe inscrições até o dia 19 deste mês



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Lauro de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor da Imprensa:  
Regina Bello

Edição:  
Roberto Tavares

Relatoria: Cristiane Alcântara  
e Marcelo Gomes

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Cristina Dias

Redação:  
Pós. da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-000 - Fone: 43431118-  
208 - Telex: 3110 - Fax:  
4341802

## Resultados

Dados revelam o movimento forense do segundo trimestre do ano. Os números foram fornecidos pela Corregedoria Geral da Justiça e publicados no Diário Oficial. A produtividade dos magistrados nas 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias também foi divulgada.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 18 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 217

# Diário Oficial

## Corregedoria divulga produtividade do segundo trimestre

A Corregedoria Geral da Justiça publicou dados estatísticos do movimento forense das 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias do Estado de Pernambuco referentes ao segundo trimestre do ano. Os números são um levantamento de toda a movimentação judiciária no período de abril a junho.

Segundo os dados publicados no Diário Oficial, foram iniciados 37.428 feitos nas três Entrâncias e julgados 27.260. Quanto às precatórias, 5.436 foram recebidas e 4.964, devolvidas. O movimento forense ainda mostra o arquivamento de 599 inquéritos, o decreto de 1.168 prescrições e a realização de 17.869 audiências.

Agora passam para o terceiro

trimestre 448.234 processos. Desse, 32.063 feitos são referentes à 1ª Entrância; 135.824 correspondem à 2ª Entrância e 280.347 processos são da 3ª Entrância. Do primeiro para o segundo trimestre do ano, haviam passado 454.240 feitos cíveis e criminais.

### PRODUTIVIDADE

O magistrado da Comarca da Capital que

mais julgou durante o segundo trimestre do ano foi Antônio Fernando Martins, juiz da 1ª Vara da Fazenda Municipal, com 544 processos. Francisco Tenório dos Santos, da 2ª Vara da Fazenda Municipal, julgou 311 feitos. Mauro Alencar de Barros, da 1ª Vara de Execuções Penais, ficou em terceiro

lugar, perfazendo um total de 261 processos julgados.

Os juízes das 4ª e 5ª Varas da Assistência Judiciária, Celso Gusmão e José Alexandre Aquino, julgaram respectivamente 246 e 242 processos durante o período. Tais números indicam a produtividade dos magistrados no segundo tri-



O juiz Antônio Fernando Martins apresentou a maior produtividade na Comarca da Capital

mestre do ano na Capital.

A estatística ainda ressalta os julgamentos dos magistrados de 2ª e 1ª Entrância. Na 2ª, a magistrada que apresentou maior desempenho foi Nalva Cristina da Silva, da 3ª Vara Cível de Olinda, com 546 processos. Já na 1ª Entrância, Cláudio Pereira de Lima, juiz de Buíque, realizou 249 julgamentos.



### PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessor de Imprensa:

Regina Brito

Editora:

Roberta Tavares

Redatores: Christiane Alcântara e Marcos Obeas

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5ª  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-080 - Fone: 424.3511/9  
256 - Telex: 3118 - Fax:  
4241632

## Medalha

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Belém de Alencar, é uma das autoridades agraciadas com a Medalha "Joaquim Nabuco", comemorativa aos 160 anos de funcionamento do Poder Legislativo no Estado. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos, também receberá a comenda do aniversário legislativo.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 219

# Diário Oficial

## Corregedoria define plantão judiciário

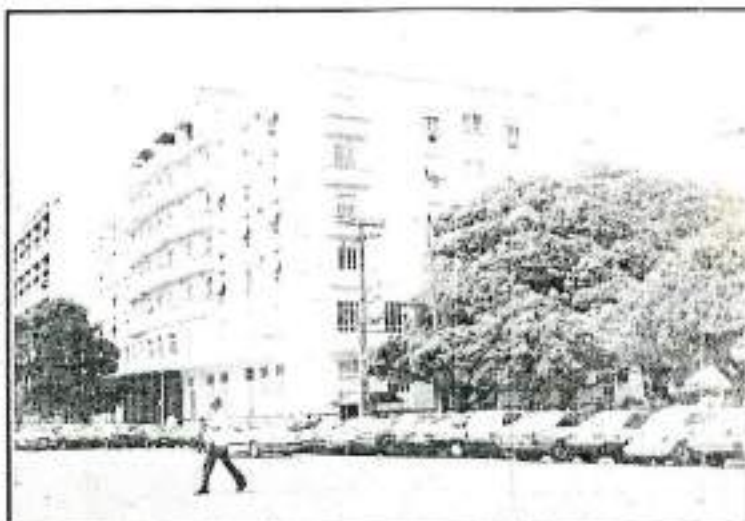
A Corregedoria Geral da Justiça já definiu a escala de plantão judiciário do Foro da Capital no período de 02 de dezembro a 01 de janeiro de 1996. A competência dos juízes de plantão, segundo a portaria 270/95, restringe-se à prática de qualquer ato processual que requeira urgência.

Os plantões, que acontecem nos finais de semana e feriados deste período, serão realizados por um juiz de Direito, chefe de secretaria, oficial de Justiça e técnico judiciário.

Nos feriados forenses, de 26 a 29 de dezembro, de acordo com a portaria, face ao fluxo de processos geralmente distribuídos nesses dias, ficam escalados dois juízes: um para feitos cíveis e outro para criminais.

Os processos apresentados aos juízes plantonistas terão andamento independentemente de conta prévia e de distribuição. O último chefe de secretaria de plantão encaminhará os autos à distribuição, no primeiro dia útil imediato.

Plantão de  
juízes e  
servidores  
será no  
Fórum  
Cyrillo  
Wanderley



## Pró-Lazer promove novo sorteio

Depois do sucesso da promoção "Servidor Pé-Quente" no mês passado, o Programa de Lazer do Funcionalismo estadual está dando mais um presente aos seus associados. Desta vez é a promoção "Proclamação ao Direito de Lazer".

Qualquer servidor do Poder Judiciário associado ao Pró-Lazer pode participar. Basta preencher o seu cupom e depositar na urna do Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça. Cada associado só pode participar com apenas um cupom.

O sorteio, que acontece no dia 31 deste mês (os participantes têm até o dia 28 para depositarem seus cupons), dará os seguintes prêmios: 01 final de semana num chalé para seis pessoas em Porto de Galinhas e 01 excursão ao Vale do Peixe, em Aliança, com direito a acompanhante.

Na promoção do mês de outubro, entre os sorteados estava uma servidora do Poder Judiciário. Deolinda de Paula Cunha Brandão, assistente judiciária, lotada no Juizado de Pequenas Causas de Olinda, ganhou uma linda camisa do circuito de Vaquejada de Pernambuco.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Siqueira

Assessor de Imprensa:  
Regina Estrela

Editores:  
Roberto Tavares

Redatores: Christiane Alcides  
e Marcos Glauco

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Day

Redação:  
Pc. da República nº 57 - 5ª  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-000 - Fone: 424.911/108-  
264 - Telex: 3116 - Fax:  
424.91821

## Projeto

O Tribunal de Justiça enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que trata da criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais previstos na Lei federal

9.099. De acordo com o assessor da Presidência, Cícero Guedes Alcoforado, a nova lei é mais abrangente que a anterior, que se refere aos Juizados Especiais de Pequenas Causas.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 25 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 222

# Diário Oficial

## Criação de Juizados Cíveis e Criminais é projeto do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luís Belém de Alencar, enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei, aprovado pela unanimidade dos juizes que compõem a Corte Especial do TJPE, que institui o sistema e funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, criados pela Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro deste ano. A Lei é praticamente uma reedição da 7.244/84, que criou os Juizados de Pequenas Causas, segundo informou o assessor da Presidência do Tribunal, Cícero Guedes Alcoforado.



Guedes Alcoforado afirma que a Lei é inovadora

processos por dia dão entrada nos juizados do Estado", afirma o assessor da Presidência, Guedes Alcoforado, que já foi diretor do juizado de Jaboatão dos Guararapes. A conciliação continua sendo a base dos Juizados segundo a nova Lei. Inclusive nas causas criminais, o rito é sumário.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Dep. Luis Belém de Alencar

Vice-Presidente:  
Dep. Nilton Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Dep. Francisco de Sá Guimaraes

Assessor de Imprensa:  
Regina Beltrão

Editora:  
Roberta Torres

Relatores: Christiano Alencar  
e Marcos Glória

Fotografia:  
João Barbosa

Diagramação:  
Celso Dias

Redação:  
Pq. da República nº 50  
Andaraí - Recife-PE - CEP:  
50010-000 - Fone: 424.3111/10  
248 - Telex: 3118 - Fax:  
4241822

De acordo com o assessor, a proposta dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais é profunda e inovadora no contexto do Poder Judiciário. Além da criação de Juizados que tratam das causas criminais de pequena potencialidade, a Lei dispõe ainda sobre a sua competência no que diz respeito ao valor da causa e a eleva para 40 salários mínimos.

Alterações de competência na alça-

da de processo e julgamento das causas cíveis também podem ser ressaltadas. Com a nova lei, a parte poderá recorrer aos órgãos nos casos de ações de cobrança, arrendamento rural e de parceria agrícola, despesas de condomínio, ação de despejo para uso próprio e ações possessórias sobre bens imóveis. Por outro lado, a Lei 9.099/95, como a anterior, veda causas de natureza alimentar e

mantém a proteção ao consumidor.

### Juizados Criminais

A competência dos Juizados Criminais e os seus atos processuais seguem o disposto para os Juizados Cíveis. A mudança refere-se apenas à citação do réu e quanto à intimação do acusado que deverá vir acompanhado de advogado. Contravenções penais e todos os crimes que não exce-

dam detenção até 12 meses, como agressão física, furto e porte de arma, serão processados e julgados pelos Juizados.

A composição também é praticamente a mesma. "Só muda mesmo em relação ao promotor, cuja presença é obrigatória", afirma Guedes Alcoforado. A Lei explicita que o Ministério Público deverá estar presente em todos os atos do Processo Criminal. O

JEC orienta-se pelos mesmos critérios de oralidade e informalidade, buscando a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

### Conciliação

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas, criados pela Lei 7.244/84, são avaliados como eficientes. "Os JEPs apresentam hoje conciliação em 85% dos casos. Cerca de 300

## Concursos

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Comissão Permanente de Concursos das Comarcas do Interior, publicou edital com a data de 10 de dezembro para a realização das provas para oficial de Justiça

de 1ª Entrância da Comarca de Capoeiras. A comissão também está convocando os candidatos classificados na Comarca de Ibirajuba para apresentarem documentação no prazo estabelecido por edital.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 224

# Diário Oficial

## Esmape prorroga inscrições



Taxa de inscrição deve ser paga no Bandejo do próprio Fórum

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco prorrogou para o dia 10 de dezembro o prazo de inscrição no teste de seleção para o Curso de Preparação à Magistratura. A prova, de caráter eliminatório, será realizada no dia 05 de janeiro.

Os bacharéis em Direito interessados devem procurar a Esmape, no térreo do Fórum Cyrrillo Wanderley, no horário das 9 às 22h, apresentando xerox autenticada da identidade e o comprovante de pagamento da taxa de 40 reais.

Para conseguir a matrícula no Curso de Preparação, o candidato deve alcançar a nota mínima de seis (6,0), na média global, no processo de seleção. O local da prova será oportunamente di-

vulgado pela Esmape.

Direito Civil e Processual Civil, Penal e Processual Penal e Direito do Trabalho e Processual do Trabalho fazem parte do programa da prova. O manuseio da legislação não comentada e não anotada será permitido.

Os candidatos aprovados iniciarão o curso no dia 5 de fevereiro de 1996. O Curso de Preparação à Magistratura tem, no total, 720 horas/aula, sendo realizado em três semestres. A

Esmape está oferecendo 100 vagas, para serem divididas em duas turmas de 50 alunos.

## Ciclo de Estudos começa amanhã

Começa nesta quinta-feira, dia 30, às 17h, na sede da Associação dos Procuradores do Estado de Pernambuco, o Ciclo de Estudos de Direito Tributário. O tributarista Luiz Lustosa Roriz Caribé fará a exposição de abertura.

Promovida pela 6ª Vara da Fazenda Estadual, que tem à frente o juiz Jackson Borges de Araújo, a série de encontros será destinada aos magistrados das sete Varas da Fazenda da capital, além dos juizes das Varas da Fazenda Municipal e de alguns convidados.

O programa elaborado para o Ciclo de Estudos engloba três pontos gerais: ICMS — Noções Gerais; Antecipação Tributária e Tributação Simplificada. O expositor desta semana é auditor aposentado do Estado, ex-secretário adjunto da Secretaria da Fazenda e autor de vários livros em matéria tributária.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luis Balle de Almeida

Vice-Presidente:  
Des. Wlady Mary dos Santos

Corregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá Sampaio

Assessoria de Imprensa:  
Regina Delirio

Editor:  
Roberta Tavares

Redatora:  
Christiane Almeida e Marlene Glauco

Fotografia:  
Assaf Barbosa

Diagramação:  
Carmen Dias

Redação:  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50015-040 - Fone: 424.38118  
268 - Telex: 3116 - Fax:  
4241822

## Promotores

**O**s novos promotores de Justiça de Pernambuco, nomeados por ocasião do Dia Nacional do Ministério Público (ver matéria abaixo), são os seguintes: Cristiane Mendes Correia (Carnalbal), Regina Coeli Erband (Chã Grande), Ana Barbosa Lopes (Correntes), Roberto

Brayner Sampaio (Marial), Clóvis Alves Araújo (Poção), Keiller Toscano de Almeida (Riacho das Almas), Garibaldi Cavalcanti Soares (Tabira), Antônio Carlos Araújo (Toritama), Clélio Farias Guerra (Venturosa) e Adriane Marques Freitas (Salgueiro).



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 16 DE DEZEMBRO DE 1995 Nº 236

# Diário Oficial

Ministério Público

## Solenidades marcam Dia Nacional

**O** Dia Nacional do Ministério Público foi comemorado em Pernambuco com diversas solenidades. Uma Missa de Ação de Graças foi celebrada e, sob a presidência do procurador geral de Justiça, José Tavares, foi concretizada a implantação da Escola Superior do Ministério Público estadual.

A Escola, antigo desejo dos integrantes do MP, será dirigida pelo promotor Roberto Benjamim. As festividades continuaram com a nomeação de 10 novos promotores de Justiça e o lançamento do Caderno de Pesquisas dos Esta-

giários, trabalho coordenado pela promotora Ângela Simões.

Durante as comemorações, o procurador geral mais uma vez manifestou sua preocupação ante a necessidade de uma definição do problema da falta de quadro permanente de ser-

vidores do Ministério Público estadual. Neste sentido, acrescentou ainda que será enviado projeto para análise do Legislativo.

"Todos os nossos funcionários, à exceção dos promotores e procuradores, são emprestados pelo Executivo esta-

dual, municipal e até por prefeituras do interior. Sem esse pessoal, os serviços burocráticos ficariam paralisados", garantiu José Tavares.

### INTERIOR

A falta de condições de trabalho nas Comarcas do interior também foi ressal-

tada pelo procurador geral do Ministério Público. Segundo ele, essa

motora (ver box acima) vai melhorar o desempenho do Ministério Público na região. "Em muitos casos, tínhamos promotores acumulando duas e até três Comarcas, com o objetivo de evitar acúmulo de processos", finalizou.



O dr. José Tavares (4º à dir.) presidiu a solenidade



PODER JUDICIÁRIO

#### Presidente:

Des. Luiz Belém de Alencar

#### Vice-Presidente:

Des. Nildo Nery dos Santos

#### Corregedor-Geral:

Des. Francisco de Sá Sampaio

#### Assessor de Imprensa:

Rogério Bastião

#### Edição:

Roberto Tavares

#### Redatores:

Christiane Vilela

Adriane Glória

#### Fotografia:

João Barbosa

#### Diagramação:

Celso Dias

#### Redação:

Rua da República nº 57

Recife - Recife-PE - CEP

51.000-040 - Fone: 424.38.118

248 - Telex: 5116 - Fax:

424/1822

TJPE - BIBLIOTECA

## Inglês

**C**omeça no dia 03 de abril mais um curso de Língua Inglesa para os servidores do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral. Serão formadas duas turmas, sendo uma para iniciantes e outra para intermediários — pessoas com conhecimentos básicos do idioma. Cada turma contará com 14

participantes e as aulas serão ministradas na Escola Superior da Magistratura, duas vezes por semana, no horário das 13 às 14h30. O curso é gratuito. Os interessados devem procurar o Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça até o dia 31 deste mês.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

## PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 18 DE MARÇO DE 1995 Nº 52

# Diário Oficial

## Escolas promovem Atualização Jurídica

*A Escola Nacional da Magistratura em conjunto com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco estão promovendo, no período de 20 a 24 deste mês, a II Semana de Atualização Jurídica em Direito Processual Civil. Os magistrados interessados devem fazer suas inscrições no Fórum Tomás Cirylo Wanderley.*



### PODER JUDICIÁRIO

**Presidente:**  
Des. Luiz Belito de Almeida

**Vice-Presidente:**  
Des. Nildo Nery dos Santos

**Corregedor-Geral:**  
Des. Francisco de Sá Santiago

**Assessor de Imprensa:**  
Aldemir Feitosa

**Editor:**  
Roberto Tavares

**Redatores:** Lúcia Carvalho,  
Márcia Glória  
**Fotografia:**  
Izabel Barbosa

**Diagramação:**  
Cristina Dias

**Redação:**  
Praça da República s/nº - 5º  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.000-000 - Fone: 404.381138  
266 - Telex: 3106 - Fax:  
4241822

**A** programação da II Semana, que vai conferir certificado aos participantes, será realizada no horário das 8 às 11h30 e as palestras e painéis serão apresentados no mezanino do Fórum Thomaz de Aquino Wanderley.

Já nesta segunda-feira, o painel "Reforma Processual", sobre a Lei 8.950, de 13 de dezembro de 1994, será mostrado pelo juiz federal Francisco Queiroz Bezerra. Participam da exposição o desembargador Itamar Pereira e os juízes Virgínio Car-



Juiz Frederico Neves, da Esmape, organização da II Semana

neiro Leão e Jorge Américo Pereira de Lira.

Na terça-feira, o expositor do painel sobre as Leis 8.951, de 13.12.94, e 8.898, de 29.06.94, é o procurador da República, Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho. Os desembargadores José Na-

poleão Tavares e Hélio Barros de Siqueira Campos serão os painelistas.

O terceiro dia de debates fará uma análise da Reforma Processual da Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994. O professor José Augusto Delgado será o expositor, ficando a

cargo dos desembargadores Macedo Malta e Cláudio Américo de Miranda as discussões em torno do painel apresentado.

Na quinta-feira, começando sempre às 8h30, os participantes da Semana de Atualização vão se debruçar sobre a Lei

8.952/94. O painel terá apresentação do desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos. Os painelistas serão os desembargadores Antônio Camarotti e José Maria Florentino.

O encerramento da II Semana de Atualização Jurídica em Direito Processual Civil acontece na sexta-feira, dia 24. "A Reforma Processual — Considerações Gerais" será o último tema do encontro. Na apresentação, estará o professor Sidnei Agostinho Beneti.

A organização do encontro está a cargo do diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura, desembargador Nildo Nery dos Santos, e do coordenador regional da Escola Nacional e supervisor da Esmape, juiz Frederico de Almeida Neves.

## Projetos

Com vários projetos em andamento, a secretaria busca promover o desenvolvimento dos trabalhos do Ju-

diciário, não apenas no que diz respeito a uma melhor prestação jurisdicional, como também no atendimento direto ao público.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1995 Nº 91

# Diário Oficial

## Secretaria planeja estrutura organizacional

Segundo a secretária Maria de Fátima Bezerra, com a criação desse cargo dentro da nova estrutura administrativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Presidência busca realizar um trabalho de base, que coordene os processos de articulação e elaboração de planos,

**P**lanejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de pessoal, finanças e infra-estrutura, além de dar suporte ao interior, são algumas das funções de competência da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior.

programas, pesquisas e projetos.

Com formação em psicologia, especializações em orçamento público, recrutamento e seleção e pós-graduação em planejamento, sistemas e métodos, além de mestrado de adminis-

tração de recursos humanos, Maria de Fátima pretende montar uma estrutura organizacional que atenda às necessidades do Poder Judiciário estadual.

"Para que a Justiça pernambucana agilize sua prestação de servi-



A secretária Maria de Fátima Bezerra ressalta a estruturação de um trabalho de base

ços, é preciso que desenvolvamos primeiramente um trabalho interno de articulação entre os vários setores do Judiciário local, que é um dos nossos principais objetivos", ressalta a secretária.

Essa integração, segundo Maria de Fátima Bezerra, tem sido possível por meio de programas de desenvolvimento de recursos humanos, reciclagem e qualificação de pessoal do TJPE e dos Juizados de Pequenas Causas.

A secretária Maria de Fátima explica ainda que a nova tendência da

administração atual é priorizar o investimento em recursos humanos: "Quando constatamos essa nova vertente, observamos que o Poder Judiciário, que tem se modernizado em tantas áreas, não pode perder de vista mais esta dimensão".

## Tribunal promove jornada de modernização

Com o objetivo de atualizar e uniformizar os procedimentos e rotinas legais, a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco promove a Jornada de Modernização dos Juizados de Pequenas Causas, durante o mês de junho, para todos os funcionários dos JEPs.

De acordo com a secretária de Planejamento, Administração e Interior, Maria de Fátima Bezerra, a Jornada visa à otimização do funcionamento dos Juizados em Pernambuco. "A proposta é obter um fluxo contínuo dos serviços, ampliando e facilitando o acesso e imprimindo confiabilidade às informações", explica a secretária.

A criação dos JEPs é um marco para Justiça pernambucana. O primeiro, localizado no Rosarinho, foi instalado há 5 anos. De lá pra cá, o Estado já contabilizou doze JEPs, espalhados pela Capital, Região Metropolitana e Interior.

Considerados um avanço na democratização da Justiça, Maria de Fátima Bezerra afirma que a Jornada propõe a modernização dos Juizados, concentrando as mudanças a nível qualitativo. Além disso, os JEPs se apresentam como uma alternativa para o emperramento da máquina judiciária.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Dr. Luiz Beltrão de Azevedo

Vice-Presidente:  
Dr. Nilton Nery dos Santos

Corregedor-Geral:  
Dr. Francisco de Sá Santiago

Assessoria de Imprensa:  
Regina Bello

Editor:  
Roberto Tavares

Redação:  
Ondineia Alcântara, Marcos  
Oliveira

Integração:  
José Roberto

Diagramação:  
Cristina Dias

Endereço:  
Rua da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.38111  
Fax: 424.38111 - Telex: 3116 -  
Fax: 4241821

## Juizes

**O**s juizes Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho e Antônio Vital de Moraes assumem a partir de hoje, respectivamente, as 3ª e 4ª Varas da Fazenda Muni-

cipal. A instalação das novas Varas na Comarca da Capital deve desafogar as primeiras já existentes, que contam com um grande acúmulo de processos.



ANO XXXII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1995 Nº 1

# Diário Oficial

## Tribunal instala Varas da Fazenda Municipal

**O** presidente do Tribunal de Justiça desembargador Luiz Belém de Alencar instala, hoje, às 10h, as 3ª e 4ª Varas da Fazenda Municipal. A solenidade acontece no Fórum Thomaz de Aquino Cirillo Wanderley, onde estão localizadas.

Com a iniciativa, a mesa diretora do Tribunal, integrada ainda pelos desembargadores Nildo Nery e Francisco Sampaio, vice-presidente e corregedor, espera diminuir

o acúmulo de processos em tramitação nas 1ª e 2ª Varas Privativas da Fazenda Municipal, relativos à cobrança de dívida ativa, tributária e não tributária do Recife.

Segundo dados da corregedoria geral da Justiça, a 1ª Vara apresentou mais de 80 mil processos acumulados, enquanto na 2ª Vara havia 75 mil feitos em andamento. A estatística é referente ao primeiro trimestre do ano.



Belém: Justiça beneficia população de Terra Nova

## Terra Nova passa a ser Comarca

Terra Nova, Termo Judiciário de Parnamirim, sobe à condição de Comarca no primeiro dia de novembro. A data foi marcada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Belém de Alencar, que entra em reta final de gestão. Em fevereiro, o magistrado completa dois anos à frente da administração

do Poder Judiciário pernambucano.

Com uma população atual de sete mil habitantes, a nova Comarca passa a dispor de juiz substituto de 1ª Entrância e, conseqüentemente, de autonomia para processar e julgar os casos ocorridos em sua jurisdição. Terra Nova se localiza no Sertão per-



Sampaio: Preocupação com o acúmulo de feitos municipais

nambucano e está a 568 km do Recife.

Das 16 Comarcas criadas durante a admi-

nistração de Belém de Alencar, sete foram instaladas durante o ano passado: Lagoa de Itaenga, Chã Grande, Tuparetama, Jupi, Calçados, Itapissuma e Lagoa do Ouro. Porque aguardava a conclusão da reforma do prédio que servirá de Fórum, somente agora Terra Nova poderá ser instalada.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:  
Des. Luiz Belém de AlencarVice-Presidente:  
Des. Nildo Nery dos SantosCorregedor-Geral:  
Des. Francisco de Sá SampaioAssessor de Imprensa:  
Regina BeltrãoEditores:  
Roberta TavaresRelatores:  
Lúcia Carvalho,  
Marcelo GlaucoFotografar:  
Israel BarbosaDiagramação:  
Celeste DiasRedação:  
Fp. do Republicano s/nº - 5ª  
Andar - Recife-PE - CEP  
50.010-040 - Fone: 424.3811  
200 - Telex: 3116 - Fax:  
4241822